



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA- MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

DISSERTAÇÃO

**ENCONTROS NA INTERFACE: UMA ANÁLISE DO COLEGIADO DO
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COSTA DO DESCOBRIMENTO E O CAPITAL
SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE VALE VERDE**

Pablo Alberto Callegaris

PORTO SEGURO – BAHIA

Março- 2020

PABLO ALBERTO CALLEGARIS

**ENCONTROS NA INTERFACE: UMA ANÁLISE DO COLEGIADO DO
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COSTA DO DESCOBRIMENTO E O CAPITAL
SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE VALE VERDE**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Estado e Sociedade – Mestrado,
na linha de Pesquisa 1 – Estado,
Instituições e Governança.

Orientadora: Prof. May Waddington Telles Ribeiro

PORTO SEGURO – BAHIA

2020

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia - Sistema de Bibliotecas

C157e Callegaris, Pablo Alberto, 1990 -

Encontros na interface: uma análise do colegiado do território de identidade Costa do Descobrimento e o capital social dos agricultores familiares de Vale Verde. / Pablo Alberto Callegaris. – Porto Seguro, 2020.
130 p.

Orientador: May Waddington Telles Ribeiro
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade. Campus Sosígenes Costa.

1. Sociologia Rural. 2. Desenvolvimento Territorial. 3. Agricultura Familiar. I. Ribeiro, May Waddington Telles. II. Título.

CDD: 338.18142

PABLO ALBERTO CALLEGARIS

**ENCONTROS NA INTERFACE: UMA ANÁLISE DO COLEGIADO DO
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COSTA DO DESCOBRIMENTO E O CAPITAL
SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE VALE VERDE**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Estado e Sociedade – Mestrado,
na linha de Pesquisa 1 – Estado,
Instituições e Governança.

Banca Examinadora

Prof. May Waddignton Telles Ribeiro
(Orientadora)

Prof. Beatriz Nussbaumer
(Examinador Externo)

Prof. Maria José Carneiro
(Examinador Interno)

Dedico este trabalho à minha família, em especial a minha mãe, meu pai e minha irmã

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a algumas pessoas e instituições pelo apoio que me brindaram e a possibilidade que me ofereceram, de realizar um curso de pós-graduação e de experimentar uma vivência inesquecível em Porto Seguro:

A Prof. Beatriz Nussbaumer pelo apoio desde o início da postulação da Bolsa até o fim do mestrado.

A Prof. May Waddigton Telles Ribeiro, pelo apoio desde o primeiro dia até o fim do mestrado.

Aos colegas especialmente a Yuri Macedo e Cinthya Koss, funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade e da Universidade Federal do Sud do Bahia.

Aos membros do CODETER da Costa do Descobrimento e a os Agricultores familiares do território;

A OEA e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileñas (GCUB) através do Programa de Alianzas para la Educación y La Capacitación (PAEC OEA - GCUB), pelo apoio financeiro através da bolsa de mestrado da CAPES;

E ao povo brasileiro, em particular a povo do Nordeste e mais especialmente a povo da Bahia.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo verificar o alcance da interface social do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Costa do Descobrimento (CODETER) que é gerada com a implementação da Política Pública Territórios de Identidade (TI) promovida pelo estado da Bahia, onde duas questões: o Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) e a Agricultura Familiar (AF) se inter-relacionam e como operam a modificações do Capital Social da AF do distrito rural de Vale Verde por meio desta Política Pública. Pretende-se analisar a multiatorialidade tanto de mediadores sociais como da AF na interface representada pelo CODETER, onde os diferentes atores sociais se relacionam com base em interesses, *habitus* e capitais diferenciados. Ao mesmo tempo analisar-se-á natureza relacional dos membros do CODETER em torno da questão do DTR e da AF. Por fim, considera-se como operam modificações no Capital Social dos AF do Vale Verde através desta Política Pública do TI, associado à análise da dinâmica rural deste distrito. No aspecto metodológico priorizou-se a delimitação do objeto de pesquisa, através de um recorte geográfico: na escala territorial, a Costa do Descobrimento e o distrito rural Vale Verde, na escala local. Aplicou-se um método de natureza empírico-dedutivo e qualitativo a partir da perspectiva de interface orientada para o ator. Conseguiu-se demonstrar que as questões do DTR e da AF, longe de se basearem em uma unidade e coerência de pensamento, são moldados em torno de esquemas fragmentados e articulados com base em conceitos-chave que adquirem diferentes significados e relações entre si segundo os enunciadores e seus contextos. A multiatorialidade que compõem o colegiado é muito diversa e expressa à diversidade do território, mas incompleta já que não envolve a todos os setores da sociedade. Isso seria a chave para pensar que na implementação da política de desenvolvimento territorial do estado da Bahia como uma política setorial com aspirações territoriais que não chega a ser pluri-setorial ao menos no TI pesquisado. Por ultimo, respeito os AF de Vale Verde além constatar a existência e a dotação de Capital Social de vários tipos resulta em uma escassa participação na política pública territorial.

Palavras Chaves: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Territorial Rural, Políticas Públicas, Capital Social, Interface

ABSTRACT

This dissertation has to aim to verify the reach of the social interface of the Territorial Development Collegiate of Costa do Descobrimento (CODETER) that is generated with the implementation of the Public Policy Territories of Identity (TI) promoted by the state of Bahia, where two issues: Development Rural Territorial (DRT) and Family Agriculture (FA) are interrelated and how they operate the modifications of the Social Capital of the FA in the rural district of Vale Verde through this Public Policy. It is intended to analyze the multiatoriality of both social mediators and FA in the interface represented by CODETER, where the different social actors are related based on different interests, habitus and capitals. At the same time, analyze the relational nature of CODETER members around the issue: of DTR and FA. Finally, we analyze how changes are made in the Social Capital of the FA of Vale Verde through this Public Policy IT, associated with the analysis of the rural dynamics of this district. In the methodological aspect, the delimitation of the research object was prioritized, through a geographic cut: on the territorial scale, the Costa do Descobrimento and the rural district Vale Verde, on the local scale. An empirical-deductive and qualitative method was applied from the perspective of an actor-oriented interface. It was possible to demonstrate that the issues of DRT and FA, far from being based on a unity and coherence of thought, are shaped around fragmented and articulated schemes based on key concepts that acquire different meanings and relationships among themselves according to enunciators and their contexts. The multi-activity that makes up the collegiate is very diverse and expresses the diversity of the territory, but incomplete since it does not involve all sectors of society. This would be the key to think that in the implementation of the territorial development policy of the state of Bahia as a sectorial policy with territorial aspirations that is not even polysectoral, at least in the researched TI. Finally, I respect the FA of Vale Verde, in addition to verifying the existence and the provision of Social Capital of various types, results in little participation in territorial public policy.

Key Words: Family Agriculture, Rural Territorial Development, Public Policy, Social Capital, Interface

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

AF	Agricultura Familiar
BM	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CET	Coordenação Estadual dos Territórios
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
DTR	Desenvolvimento Territorial Rural
DITERC	Grupo de Pesquisa e Extensão em Dinâmicas Territoriais, Etnicidades e Ruralidades Contemporâneas.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IFBA	Instituto Federal da Bahia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEADER	Programa Laços Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ORNA	Ocupações Rurais Não Agrícolas
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual Participativo
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PPGES	Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
CMDR	Conselho Municipais de Desenvolvimento Rural
PRONAT - PDSTR	Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTDSS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário

SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria Estadual de Planejamento
SETAF	Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar
SDR	Secretaria Desenvolvimento Rural
TI	Programa Territórios de Identidade
TI-CdD	Territórios de Identidade Costa do Descobrimento
UFSB	Universidade Federal do Sud da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I AS INTERRELACIONES ENTRE O DTR E A AGRICULTURA FAMILIAR NO CODETER DO TI COSTA DO DESCOBRIMENTO	17
1.1 Perspectiva bourdiana como teoria general	17
1.2 A relação estado – sociedade: em seu intermédio, as políticas públicas	20
1.3 Duas questões e seus debates: O paradigma do Desenvolvimento Territorial Rural e o ator social Agricultura Familiar	28
CAPÍTULO II – A MULTIATORIALIDADE NO CODETER DO TI COSTA DO DESCOBRIMENTO	47
2.1 Inverter a perspectiva: o olhar dos atores sobre o CODETER TI-CdD e os encontros que ocorrem na interface	47
2.2 Uma política inserido em uma história de longo prazo	50
2.3 Interpretações conflituosas dos membros do CODETER	54
2.4 A percepção dos atores sobre o território e suas estratégias	65
CAPÍTULO III – RURALIDADE EM VALE VERDE ENTRE O CAPITAL SOCIAL E MARGENS DO ESTADO	72
3.1 Capital Social Uma ferramenta para entender as dinâmicas rurais locais?	72
3.2 A dinâmica rural em Vale Verde	76
3.3 O Capital Social em Vale Verde	82
3.4 Vale Verde um margens do Estado	90
IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXOS	111

INTRODUÇÃO

Exposição do problema

Os territórios rurais da América Latina e do Brasil, em particular, sofreram profundas mudanças nas últimas décadas como resultado de transformações econômicas, tecnológicas, produtivas, demográficas, sociais e políticas. As mudanças são complexas e deram origem a uma multiplicidade de visões e abordagens sobre a nova realidade nos territórios rurais. No caso brasileiro, as políticas territoriais rurais vêm desempenhando um papel importante na indução de melhoras nos territórios como forma de combate à concentração de miséria e pobreza causadas pelo baixo dinamismo econômico. Por sua vez acontecem redefinições conceituais do espaço rural que favorecem o aparecimento de novas dinâmicas em muitos territórios. Expressões dessas mudanças podem ser observadas na constituição do paradigma do "Desenvolvimento Territorial Rural" (DTR) e da categoria dos atores sociais denominados "Agricultura Familiar" (AF) na medida em que se transformam em instrumentos discursivos e de intervenção através das políticas públicas. No entanto, é no campo social¹ no qual elas se encontram que onde são (re)configuradas as políticas públicas. É no universo destas duas questões² que pretendo recortar as áreas temáticas para minha pesquisa, entendendo a sua vinculação multifacetada em uma interface social³ constituída pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Território de Identidade da Costa Do Descobrimento (TI - CdD) que tive a oportunidade de observar diretamente, durante o período de 2018/2020, no trabalho de mestrado na UFSB, em Porto Seguro, Bahia.

Buscando tecer considerações aqui apresentadas, no primeiro capítulo da dissertação foi realizada uma revisão bibliográfica, tomando a perspectiva bourdiana como teoria geral, para embasar a questão da relação estado – sociedade e do desenvolvimento e por ultimo as questões do paradigma do Desenvolvimento Territorial Rural e da Agricultura Familiar foram analisadas.

¹Os campos sociais constituem 'espaços abertos' compostos por distribuições de elementos heterogêneos (recursos materiais, informações, tecnologias, componentes institucionais, discursos e conjuntos de relações sociais de vários tipos), portanto, não prevalece um princípio único de ordenação. Embora o padrão de relações sociais e a disponibilidade e distribuição de recursos permitam certas possibilidades organizacionais, qualquer ordem que surja dentro de um campo social é resultado das lutas, negociações e acomodações que ocorreram entre as partes concorrentes. (LONG, [2001] 2007, p. 241)

²Por questão, entendo as maneiras pelas quais um determinado objeto ou tema é representado, as problemáticas e soluções alternativas a elas associadas e as maneiras em que é pensada sua articulação com o restante da sociedade.

³Uma interface social é um ponto crítico de interseção entre os mundos da vida, os campos sociais ou os níveis da organização social, onde é provável que descontinuidades sociais, baseadas em discrepâncias de valores, interesses, conhecimento e poder. (LONG, [2001] 2007, p. 243)

Uma breve análise dos dados sobre a composição demográfica e produtiva do Estado da Bahia aponta para a importância da aplicação das políticas de DTR neste cenário. O estado da Bahia é 4º em população no Brasil com 14.8 milhões de habitantes no ano 2018. É 5º estado em extensão territorial e a 6º economia estadual do Brasil. Com dados de 2016, a Participação da Bahia no PIB do Brasil foi de um 4,1% e a participação da Bahia no PIB da região do Nordeste foi um 28.8%; onde o 69.1% do PIB do estado da Bahia são no setor comércio e serviço. O 60% do PIB estadual se encontra concentrado em quatro TI onde o território metropolitano de Salvador representa um 43%. Por tanto se pode dizer que a Bahia é um estado com forte desequilíbrio territorial⁴. Segundo um informe da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que focaliza a participação da agricultura familiar no valor adicionado da agropecuária baiana aponta que, em média, o valor adicionado da agricultura familiar da Bahia corresponde a 36,4% do valor adicionado da agropecuária. No entanto, essa participação é declinante ao longo do período analisado (2010- 2015)⁵: No Censo agropecuário 2006, na Bahia tinha 665.831 estabelecimentos da Agricultura Familiar (segundo a definição da Lei nº 11.326) numa Área 9.955.563 hectares sendo 95.697 Estabelecimentos Não Familiares numa Área 19.224.996 hectares⁶;

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial é a instância local de uma política pública de DTR implementada pelo governo do estado da Bahia, conhecida como Programa Territórios de Identidade que pretende reconhecer as especificidades locais, culturais e territoriais através de oitivas e debates com uma grande quantidade de atores nos vinte e sete Territórios de Identidade identificados. Pretende, assim, adequar a distribuição dos recursos do estado, criando novos canais de comunicação entre o poder público e a população alvo do DTR. A presente pesquisa, registrando a história da formação do paradigma dessa Política Pública DTR situando-se dentro da evolução no Brasil; e se referenciar no análise do autor Sabourine et.al. (2016) na difusão do paradigma pelo América Latina. Examina-se a interface da esfera civil com as instituições estatais com a observação direta da interação entre os atores dentro do Colegiado (CODETER) no território específico do TI da Cd D, isso nos fornece a oportunidade de examinar não apenas as negociações e conflitos de interesses em jogo, como o processo de aprendizagem e a formação de capital social através dessas instâncias promovidas pela política pública de DTR. No segundo capítulo da dissertação foi feita uma

⁴http://www.sei.ba.gov.br/images/resumo/resumo_bahia.pdf

⁵http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/agricultura/AgriculturaFamiliar_Bahia_2010_2015.pdf

⁶O Censo agropecuário 2017 mudou a metodologia e não diferenciou entre estabelecimentos da Agricultura Familiar e Não Familiar, mas aumentou tanto o número de estabelecimentos como a área total: 762.620 estabelecimentos, em uma Área de 27.831.883 hectares

análise crítica da implementação da política pública de DTR-TI pelo Estado da Bahia e a participação social⁷ no TI Costa do Descobrimento (TI-CdD) desde a perspectiva do ator e triangulação das miradas, quem compõe esta multiatorialidade do CODETER TI-CdD através de observação participante das plenárias do CODTER e realização de entrevistas semi-estruturadas a seus membros.

A área geográfica que atualmente compõe o Território de Identidade Costa do Descobrimento (TI-CdD) onde esse trabalho de pesquisa foi realizado, originalmente integrava o Território Extremo Sul. No ano de 2013 desencadeou-se um processo de desmembramento, a partir do qual se originaram os dois territórios que existem na atualidade (TI Extremo Sul e TI Costa do Descobrimento). O TI-CdD é constituído por oito municípios⁸, nos quais o censo de 2010 apontou uma população de 384mil, sendo 79.7% urbana. Mas, a exceção de Porto Seguro e Eunápolis, nenhum município tem população superior a 30 mil pessoas. Tendo uma densidade demográfica 31,8 hab. / km², se comparamos com o parâmetro da OCDE para definir população rural de 150 hab. / km² além de ter 75% de AF no território vemos claramente sua característica de território predominantemente rural (Anexo I). Além disso, segundo dados da participação do PIB do TI-CdD na Bahia para o ano 2015 foi 2.5% e a participação da AF no valor agregado do TI-CdD para o ano 2015 foi de 21%. O TI-CdD tem 17.040 estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar, de acordo com levantamento do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, não contando com dado no censo 2017 pela mudança da metodologia.

O território apresentam a Cidade Alta Histórica do município de Porto Seguro em sua conservação desde a sua criação no ano de 1534. A Costa do Descobrimento possui ampla diversidade ambiental, seu bioma a Mata Atlântica passou a ocorrer um brutal desmatamento agravando a já dramática redução da sua cobertura ao longo dos anos. Na zona costeira, são encontrados ecossistemas como manguezais, lagunas, restingas e praias. O turismo é uma das principais atividades econômicas da Costa do Descobrimento já que parte dos municípios do litoral conta com belas praias que atraem turistas nacionais e estrangeiros, além da sua rica história ao ser conhecido o território como a Terra mãe do Brasil pela chegada dos portugueses. No TI convivem agricultores familiares, assentados “sem terra” da reforma

⁷ Entendida como as ações da sociedade civil através de mecanismos procuram aproximar Estado e Sociedade na elaboração e implementação das Políticas Públicas, estabelecendo uma maior igualdade e imprimindo maior legitimidade a esse processo. Conteúdo propriamente político da participação tal como concebida no interior do projeto participativo no Brasil é marcada pelo objetivo da “partilha efetiva do poder” entre Estado e Sociedade civil (Dagnino, 2002)

⁸Belmonte, Itapebi, Itagimirim, Eunápolis, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Guaratinga e Itabela (SEI, 2015)

agraria, Povos e Comunidades Tradicionais (Ciganos, Pescadores e marisqueiras, Indígenas da comunidade Pataxó e Tupinambá, Quilombolas) com muita riqueza cultural além de produtiva no meio rural. As principais atividades agropecuárias são 23 cadeias produtivas⁹.

Quanto à questão do uso da terra e sua concentração é o principal conflito por causa históricas da conformação de estrutura agraria e o avanço da monocultura do plantio de eucalipto, que foi fortemente expandido desde a implantação em 1991 no município de Eunápolis da Veracel Celulose S/A; provocando conflitos entre a empresa, povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais de ordem camponesa (MALINA, 2013). Em referência a este conflito presente no território, podemos referenciar a análise na importância do conceito de “territórios de contestação” (territórios em disputa) (CLARE et. al., 2017) e com base nesse conceito, é importante refletir sobre como os movimentos da AF participam da produção e defesa de seus territórios, explorando suas multiterritorialidades (HAESBAERT, 2013) e como esses territórios se encontram em uma relação de contestação não apenas com a empresa de celulose, mas também com o Estado e as Políticas Públicas.

Na primeira observação de uma reunião do CODETER, na câmara municipal de Itapebi (município predominantemente rural de 10495 habitantes que limita ao norte com o TI – Médio sudoeste baiano) foi feita a apresentação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS) por parte do Professor Aldemir Inácio de Azevedo/IFBA, que havia coordenado um processo de escuta com a sociedade civil e o poder público nos oito municípios para objetivar as demandas locais específicas. Após a sessão de consultas e perguntas dos presentes, pude identificar que muitos eram agricultores ligados a movimentos sociais “sem terra”, já que muitas das perguntas tiveram que ver com eixo do PTDSS relacionado à Estrutura Fundiária e Acesso à Terra. Preocupavam-se, especificamente, com o avanço da monocultura de eucalipto que alterou profundamente a estrutura fundiária nas últimas duas décadas no TI-CdD. Também houve considerações sobre o eixo Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva, sobre o qual comentavam a importância de fortalecer e desenvolver a agricultura familiar e estimular a produção agroecológica no território. Pude observar a presença de pescadores e marisqueiras que em suas falas enfatizavam que “o nosso território é da terra e da água”, ressaltando que havia atividades não agrícolas envolvidas. Depois de finalizar a reunião, procurei conversar com um jovem agricultor de Vale Verde que se apresentava timidamente, pela primeira vez,

⁹ Café, Mandioca, Fruticultura, Cana de açúcar, Pesca e aquíicultura, Silvicultura; Bovinocultura, Suinocultura, Caprinocultura, Pimenta do reino, Apicultura, Equicultura, Horticultura, Heveicultura, Avicultura, Ovinocultura, Bananicultura, Dendê, Piaçava, Coco da Bahia e Urucum.

enquanto representante de uma associação de produtores rurais, cuja coordenação acabara de assumir: “é a minha primeira reunião do CODETER, fiquei sabendo pela secretária de agricultura de Porto Seguro”. Dois anos depois, entrevistando-o em sua casa no Vale Verde afirmou que nessa reunião ele estivera “um pouco perdido nos debates, não aproveitei muito. Só observei e consegui apresentar a papelada da associação” dando a entrada formal de sua associação no colegiado. Mas, continuou: “eu acho que é bom ter um lugar onde o agricultor se expressar, para que o agricultor possa ser ajudado”. (Entrevista AF Comunidade Santa Rita Vale Verde, 28/11/2019)

Ao longo deste trabalho, participei ativamente do Grupo de Pesquisas DITERC, liderado por minha orientadora, que tinha como *locus* de pesquisa principal o distrito do Vale Verde e seus agricultores. Inserindo-me em um contexto no qual diversos alunos pesquisavam diferentes aspectos da vida social nas 16 comunidades que ladeiam o Parque Nacional do Pau Brasil, neste distrito, adotei como meu esse cenário que proporcionou as condições de verificação do alcance da Política Pública aqui analisada, através do contato direto com os agricultores.

O Vale Verde é um distrito rural do Município de Porto Seguro, localizada às margens do rio Buranhém. A história do distrito de Vale Verde coincide com o processo de colonização Portuguesa, visto nesse local, durante a segunda metade do século XVI, a origem da localidade se organiza no entorno de um quadrado jesuítico. Depois de mudanças na sua dinâmica rural atualmente, o distrito é constituído por 16 comunidades no entorno deste parque nacional Pau Brasil, entre elas as comunidades do quadrado de Vale Verde, São Valentim, Bom Jesus, Nossa Senhora da Aparecida, São Miguel e Santa Rita. O IBGE, em 2010, estimou que aproximadamente 1900 habitantes. Sendo a principal fonte de ingresso as atividades agropecuárias. O terceiro capítulo focaliza numa análise da dinâmica rural do Vale Verde, tendo em conta a sua configuração histórica, a economia rural e as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares nesta escala local. Também é analisado o capital social em Vale Verde em seus diferentes tipos e explorando como a dotação de capital social da agricultura familiar opera no acesso as Políticas Públicas. Por último, o conceito de margem de estado (DAS e POOLE, 2008) foi aplicado à análise deste espaço local

Assumo como problema de pesquisa, então, verificar como a nova configuração de políticas públicas impacta os espaços rurais, orientado pelos eixos do Desenvolvimento Territorial e da Agricultura Familiar. Entendo que a observação do conjunto de iniciativas e respostas que o Estado dá a determinados problemas em um dado contexto histórico, nos

permitem inferir a posição predominante do Estado em relação às questões que envolvem setores significativos da sociedade (OSZLAK e O'DONNELL, 1981, p. 12). Isto é enriquecido pela perspectiva de Muller que entende que a cosmovisão de mundo contida nas políticas públicas, longe de ser o produto do consenso, é geralmente o resultado de lutas e disputas que ocorrem tanto dentro da estrutura do Estado quanto entre diferentes grupos de pessoas e de interesses na sociedade (MULLER, 2002).

Por último, outro elemento que permite abordar o corpo de questões sobre as concepções e práticas vinculadas à sociologia do desenvolvimento nos é fornecido por LONG (2007) e DE SARDAN (2005) que dão especial atenção às tensões que emergem do contacto entre dois sistemas de significado: o dos agentes das instituições de desenvolvimento enquanto mediadores sociais (PESSANHA (1997), DE SARDAN (2005) e NUSSBAUMER (2011)) e dos agricultores familiares, como novos sujeitos de direitos. Com a noção de interface, destacam-se os pontos de intersecção de diferentes domínios sociais em que emergem descontinuidades de valores, interesses, conhecimentos e poder, configurando áreas de disputas e negociação e seu análise a partir desde a perspectiva do ator (LONG, 2007).

Assim, partindo dos questionamentos teóricos comuns à disciplina de Economia Agrária, minha formação de graduação, mas com um instrumental interdisciplinar fornecido pelo mestrado no PPGES/UFSB e orientado por uma antropóloga, busquei examinar o que observei diretamente a partir das hipóteses que trouxera de minha bagagem anterior:

Hipóteses de trabalho

1. Desenvolvimento territorial rural e AF, longe de se basearem em uma unidade e coerência de pensamento, são categorias moldados em torno de esquemas fragmentados de ação e articulados como noções-chave que adquirem diferentes significados e relações entre si segundo os enunciadores e seus contextos.
2. Entendendo o colegiado como uma interface social, devemos buscar como as relações entre agentes de campos distintos e possuidores de diferentes *habitus* capitais que compõem a multiatorialidade do colegiado podem comprometer a (re)configuração da política pública.

3. Na escala local, a dinâmica rural do distrito de Vale Verde e a dotação de Capital Social de seus Agricultores Familiares resulta em uma escassa participação na política pública TI do estado da Bahia.

Para examinarmos como se operacionaliza a política pública em tela e seu alcance aos sujeitos de pesquisa, que são os “produtores rurais” do Vale Verde categorizados como AF, estaremos trabalhando com noções-chave de Desenvolvimento Territorial Rural e de Agricultura Familiar que aqui introduzimos, mas tendo em conta que são categorias em construção.

As estratégias de desenvolvimento rural na América Latina têm se concentrado historicamente na redução da pobreza rural, especialmente considerando os pequenos produtores agrícolas. Os programas de intervenção acompanharam o processo de refinamento conceitual em relação aos destinatários das políticas de desenvolvimento rural, destacando-se em meados da primeira década do século XXI a incorporação da categoria AF no seu léxico, que no Brasil foi na década dos noventa com o PRONAF. A multidimensionalidade do problema promoveu o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para AF nos processos de desenvolvimento territorial rural (LATTUADA, 2014), que por sua vez tiveram que se inserir em um cenário caracterizado por uma abertura acelerada das economias a partir da globalização dos sistemas alimentares conjugada com processos de modernização do Estado e da descentralização da gestão pública que envolveu (CALLEGARIS, 2014).

Geralmente, pode-se considerar a AF como um tipo de sujeitos sócias agrários em que a unidade doméstica e a unidade de produção estão fisicamente integradas e na qual a família fornece a parte predominante da força de trabalho utilizada na produção, tanto para o consumo doméstico como para o mercado. No entanto, apesar dessa conceituação sofrer diante da heterogeneidade dos distintos grupos sociais e que a envolve, precisamos partir de um mínimo conceitual que seria, como aponta Carneiro: “[...] por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados [...]” (CARNEIRO, 1999, p.18).

Mesmo simples, a noção não deixa de ser conflitivo. Na verdade, têm-se gerado em torno do uso do termo AF uma série de tensões como argumentou SOVERNA et. al. (2008), sobre como operacionalizar o conceito e, principalmente, sobre seus usos políticos, visto que se transformou em uma importante chave para definir como o Estado delimitaria a quem, como e com quais políticas diferenciadas deve-se atender as demandas de produção,

comercialização, do desenvolvimento rural e da solução da pobreza rural. Aumentando a complexidade do termo, MANZANAL e SCHNEIDER (2011) nos mostram como a AF enquanto nome genérico acionado pelas políticas públicas engloba um grupo de atores sociais muito heterogêneo (camponeses, comunidades de povos indígenas, pequenos produtores) não necessariamente compatíveis entre si e com foco em diferentes particularidades. Então, trata-se de famílias rurais, trabalhadores e produtores agrícolas diferenciados por sua identidade, modos de vida, estratégias de sobrevivência, inserção produtiva e graus de capitalização. Por fim, a categoria Agricultura Familiar tem seu potencial como categoria política, de intervenção estatal e como categoria analítica, ainda requer um esforço maior na tentativa de construí-la conceitualmente sólida, requer considerá-la nativa, tanto para os portadores quanto para os que formulam das políticas públicas. Por outro lado, na América Latina e no Brasil em particular, é uma categoria fortemente instalada como uma categoria de oposição ao agronegócio.

A segunda questão, o DTR é um processo simultâneo de transformação produtiva e institucional de uma determinada área rural, que garante a redução da pobreza e da desigualdade. Para o DTR, o território é uma área rural com identidade e um projeto de desenvolvimento socialmente concebido, sendo entendido como uma construção social (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2003). As recentes políticas dirigidas ao meio rural no Brasil, como é o caso das políticas territoriais, buscam superar a tradição do exclusivismo de políticas setoriais dirigidas simplesmente à agricultura. Conforme ABRAMOVAY (2003), a ruralidade está cada vez mais se transformando num valor para as sociedades atuais. As políticas de desenvolvimento territoriais rurais não devem tomar como pressuposto que o rural é sinônimo de agropecuário, mas sim de espaço (SILVA, 1999; VEIGA, 2005a; 2005b; ABRAMOVAY, 2003). Portanto,

O enfoque de atuação do Estado (Brasileiro) no espaço rural ampliou seu foco deixando de ser exclusivamente setorial e incorporando os aspectos territoriais. Esse fato deslocou o debate dicotômico rural e urbano para o ambiente territorial. E, nesse sentido, o território torna-se o centro de dinamização de arranjos socioprodutivos locais, numa expectativa de transformação de uma realidade de pobreza ou miséria. (ORTEGA, 2016, p. 51).

O uso do enfoque territorial no Brasil iniciou-se há pelo menos duas décadas, em um período no qual o ideário do Banco Mundial foi importante na formulação das políticas de desenvolvimento territorial adotadas. A perspectiva territorial deixou de associar-se ao espaço municipal para constituir-se em espaços intermunicipais com no PRONAF infraestrutura. Mas foi a partir de 2003, com o governo federal de Ignácio Lula Da Silva, emergem estratégias

territoriais que visam um processo de desenvolvimento inclusivo, em que o papel do Estado federal visa combinar as ações “bottom-up” com as “top-down”, reconhecendo o protagonismo coletivo local dos arranjos socioprodutivos (ORTEGA e MURILO, 2016). Enquanto políticas de desenvolvimento territorial passaram a ser executadas a nível federal pelo MDA; o estado da Bahia, além de receber as políticas da União, incorporou sua própria estratégia começando por fazer a regionalização do estado em Territórios de Identidade. Ela foi adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN) através da Lei nº 10.705, no 14 de novembro de 2007. Na época contava com 26 Territórios de Identidade que abarcavam os 417 municípios do estado. Sendo o território Costa do Descobrimento o número 27, o mais novo a ser criado, a partir de uma divisão do território Extremo Sul no ano 2013.

Já no ano 2010 o estado da Bahia implementou sua política de desenvolvimento territorial própria, instituindo o Programa Territórios de Identidade (TI) com o decreto nº 12.354, definindo a finalidade do TI como a promoção do desenvolvimento econômico e social em consonância com os programas e ações do governo federal, estadual e municipais. Visava-se a redução das assimetrias regionais por meio do DTR, com maior inclusão social e econômica através de ampliações dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas. Na mesma lei, fica instituído o CEDETER (Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial) que é um fórum permanente de caráter consultivo com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias integrantes do programa TI e os CODETERs (Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável) que são fóruns consultivos de discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial.

Enquanto os CODETER são compostos paritariamente por representantes dos poderes públicos estadual, municipal e da união e pela sociedade civil organizada, presentes na esfera de cada território. O Conselho (CEDETER) tem a representação paritária entre Secretarias do Governo estadual e representantes dos CODETERs, sendo oito (08) representantes de cada além de um representante do MDA (Delegado estadual do Desenvolvimento Agrário) e um representante do Ministério de Integração Regional.

As entidades constituídas formalmente são homologadas para constituir a representação no colegiado local dos territórios de identidade, os CODETER. No TI da Costa do Descobrimento (TI-CdD) são aproximadamente 71 atores sociais coletivos representados entre: associações, sindicatos, assentamentos da reforma agrária, organismos federais (como universidades e escolas técnicas), estaduais e municipais, cooperativas, o Banco do Nordeste e

movimentos sociais. Os atores mais politizados do meio rural que participam das reuniões bimestrais são os membros do MST e MLT, dos quais lideranças assumem cargos no núcleo diretivo. Das reuniões do CODETER observadas nos últimos dois anos, pude perceber pautas articuladas progressivamente, como aquelas que avançaram na aprovação de seu Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário (PTDSS), seu regimento interno e na conformação de sete câmeras temáticas. Observou-se, assim, através de um processo não livre de tensões, conflitos e múltiplas visões, mas encaminhado, segundo suas falas: “uma reconstrução do colegiado após a eleição de um novo núcleo diretivo”, que se deu no final de 2017, logo antes de minha observação se iniciar. Os entrevistados alegavam, repetidamente, que buscavam sair de “brigas políticas de antes” que afastaram muitas pessoas da participação nas reuniões do colegiado: “Meu filho, a principal briga entre a antiga presidenta do Núcleo e uma técnica dificultava muito o funcionamento de nosso CODETER. Agora estamos melhor, mas falta melhorar ainda na comunicação” (Entrevista com agricultor V, 20/05/2018, Eunápolis, Bahia).

A política pública de TI incentiva a cada território da Bahia a criar seu próprio PTDSS como um diagnóstico para promover “[...] um modelo de desenvolvimento que melhore a qualidade de vida para toda a população, especialmente para as mais pobres das áreas rurais, e que assegure a qualidade ambiental e a sustentabilidade dos recursos naturais [...]” (DE AZEVEDO et.al., 2016). O PTDSS foi o resultado de um trabalho coletivo que envolveu representantes do colegiado territorial, lideranças de diversas organizações e membros do poder público (Secretaria de Planejamento - SEPLAN, Coordenação Estadual dos Territórios – CET) que foi coordenado pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) que consistia em um conjunto de professores e acadêmicos financiados por o programa Territórios de Identidade, em associação com a SEPLAN. No TI-CdD a elaboração do plano aconteceu no período de julho a dezembro de 2016, em várias etapas e níveis de envolvimento, com três oficinas participativas territorial e encontros abertos nos oito municípios em um Processo de Escuta Territorial, para aprofundar as discussões com a coordenação técnica do NEDET Costa do Descobrimento/IFBA¹⁰. As informações oriundas do Processo de Escuta Territorial foram contidas no PTDSS e são votadas na Escuta territorial para a definição do Plano Plurianual Participativo (PPA) do governo do Estado,

¹⁰O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Costa do Descobrimento é u grupo de pesquisa interdisciplinar de professores do IFBA do campus Eunápolis. Ele constituiu um grupo ampliado de coordenação composto por representantes do colegiado territorial, do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Costa do Descobrimento – CONDESC, do Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar – SETAF, da Bahiapisca e da Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional – CAR.

onde propostas de diversos temas são colocadas em debate e as prioridades que o PPA deve incluir são votadas.

O encontro de Escuta Territorial para o PPA (2020-2023) que presenciei aconteceu na cidade de Eunápolis no fevereiro do 2019; com a participação de mais de 80 representantes que, através de um processo de refinação de 90 propostas do PTDSS, foram priorizadas e votadas 30 propostas para serem encaminhadas pela SEPLAN às outras secretarias do estado. Entre as propostas mais votadas haviam doze na área temática do desenvolvimento rural e produtivo e cinco referidas ao meio ambiente. Mas esse processo de refino e seleção de propostas não esteve livre de conflitos, pelo contrário. Foi o resultado de todo um dia de debates e argumentações por parte dos atores envolvidos onde a votação final foi negociada coletivamente pelos membros que ficaram depois de todo um dia de debate. Neste encontro, o papel de liderança da presidenta do núcleo diretivo pertencente ao MST foi importante na organizar essa votação coletiva. Houve, inclusive, um momento de dura, renegociação na plenária da votação para incluir uma proposta na área da cultura que foi solicitada por um jovem.

Em cada espaço de interface onde diferentes sujeitos (individuais e coletivos) convergem com visões, recursos, conhecimentos, lógica e interesses heterogêneos, surgem disputas sobre a definição de objetos, problemas e soluções alternativas (LONG, 2007). Em torno de cada questão, uma arena de disputas pode ser estabelecida, práticas sociais são implantadas e instituições se constelam, adquirindo traços específicos em cada esfera social e em cada zona espacial. Compreendo território como um conceito que abrange não apenas o espaço, mas todas as arenas e disputas nele encontrados e as construções de paisagens físicas, sociais e institucionais resultantes destas relações. Diante da crescente complexidade tanto do rural concreto como das interpretações em disputa quanto ao mesmo, é necessário um modelo interpretativo da realidade a partir do qual possam ser compreendidas as dinâmicas que organizam e estruturam o funcionamento dos territórios rurais no Brasil, que examinarei no espaço territorial no TI-CdD e no Vale Verde (distrito rural do município de Porto Seguro - TI-CdD).

Para dar conta desse recorte, propõe-se como referencial teórico para a análise da política pública os conceitos de espaço social, campo, capitais, *habitus* e estratégia criado por Pierre Bourdieu. No entanto, a respeito do conceito de Capital Social, embora este autor haja sido o pioneiro na sistematização do conceito, esta pesquisa irá adotar a visão cepalina e a conceituação do antropólogo John Durston (2002 e 2003). Mesmo que os estudos

empreendidos por Bourdieu não tenham abarcado, especificamente as políticas de desenvolvimento territorial, as ideias desse autor têm muito a contribuir para a análise dessas políticas tanto como referencial teórico e metodológico da pesquisa quanto como teoria geral da sociedade, e em especial sobre a relação entre estado e sociedade.

Dessa forma, a dinâmica das populações e do desenvolvimento dos territórios rurais nos leva a formular as seguintes perguntas de pesquisa: como as duas questões (DTR e AF) estão inter-relacionadas no CODETER? Como se distinguem as estratégias de intervenção específicas para a agricultura familiar no conjunto de instrumentos para o desenvolvimento territorial e como a visão dos atores intervêm na (re)configuração da política pública Território de Identidade(TI) do estado da Bahia? Como opera o capital social do Vale Verde na participação das políticas públicas?

Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é verificar o alcance da interface social do CODETER que é gerada com a implementação da política pública de Territórios de Identidade promovida pelo estado da Bahia, onde o DTR e AF se inter-relacionam e como operam a modificação do Capital Social dos agricultores familiares do distrito rural de Vale Verde.

Os objetivos específicos são:

1. Analisar a multiatorialidade tanto de agentes técnicos (mediadores sociais) como de agricultores familiares na interface representada pelo CODETER do TI- CdD, onde os diferentes atores sociais se relacionam com base em interesses, *habitus* e capitais diferenciados.
2. Analisar a natureza relacional dos membros do CODETER do TI - CdD em torno da questão do DTR e da AF, sistematizando como essas questões são hierarquizadas e institucionalizadas no nível do governo estadual e pelos agricultores familiares.
3. Analisar como se operam modificações no Capital Social dos agricultores familiares do Vale Verde através desta política pública TI, associado à análise da dinâmica rural numa escala local do TI - CdD.

Metodologia da pesquisa

A metodologia da pesquisa mantém uma coerência com os objetivos e hipóteses, já expostos. A estratégia metodológica é mais do que a determinação de quais métodos ou técnicas usar: SAUTU (2003, p. 39) indica que é necessário considerar a população teoricamente relevante para os objetivos, especificando os critérios de seleção dos casos, a construção dos instrumentos e a estratégia analítica. Outros autores recomendam, além disso, ficar muito tempo em campo, usar fontes triangulares de dados, métodos e pesquisadores (DENZIN, 1970), construir uma descrição densa e revisar constantemente todo o processo de pesquisa, para dar conta de cada passo e de todas as decisões fundamentadas (VALLES, 2000; SAUTU, 2003; HAMMERSLEY e ATKINSON 1994).

As técnicas utilizadas nesta pesquisa e os critérios de seleção do caso seguiram três dimensões da abordagem analítica: aplicou um método de natureza empírico-dedutivo e qualitativo a partir da perspectiva do ator (GALLART, 1993 e LONG, 2007); baseou-se no paradigma da compreensão e; concentrou-se em trabalho de campo com uma estratégia de triangulação de técnicas para o desenvolvimento de um estudo de caso (YIN, 1994) sobre a política pública TI. O estudo de caso permite que você compare estratégias institucionais para o território, as concepções dominantes de AF, limitações e potencialidades de desenvolvimento podem ser identificadas, as visões de mediadores sociais, dos atores da AF e diretrizes de intervenção como às propostas tecnológicas, organização e gestão dos recursos naturais no quadro da economia e do DTR. Portanto, organizações sociais, agências estaduais, municipais, e da União e agentes individuais também são consideradas.

Por sua vez, a perspectiva de interface orientada para o ator fornece uma estrutura conceitual e metodológica sistemática para analisar o bloqueio dos mundos da vida e dos 'projetos' dos atores onde o campo de investigação não deve se restringir apenas aos atores e elementos identificados nos discursos e práticas de instituições e pessoal de desenvolvimento. Também deve abranger as narrativas, interesses, repertórios culturais, ações estratégicas e preocupações com os meios de subsistência de todos os atores (sejam implementadores, partes interessadas, ativistas ou espectadores) direta ou indiretamente envolvidos na criação e refazer de cenários de desenvolvimento e seus resultados. As lutas no espaço social, ao mesmo tempo uma batalha por relacionamentos e recursos e as transformações e ramificações sociais que isso implica pode ser melhor capturada através de uma perspectiva de interface. Ela fornece um dispositivo heurístico para identificar os locais de descontinuidade social, ambigüidade e

diferença cultural. Sensibiliza o pesquisador para a importância de explorar como as discrepâncias de interesse social, interpretação cultural, conhecimento e poder são mediadas: sendo perpetuadas ou transformadas em pontos críticos de confronto e articulação (LONG, 2007).

Durante o trabalho de campo, foram utilizadas técnicas primárias de coleta e análise de informações com dez entrevistas semi-estruturadas em profundidade com membros do CODETER com objetivo de analisar a multiatorialidade (entre eles foram membros de aldeias indígenas Pataxó, pescadores e marisqueiras, agricultores familiares de Vale Verde e assentados da reforma agrária do movimento social “sem terra” tanto MST e MLT, membros do poder público da SEPLAN e do SETAF). Também se fez um acompanhamento de dois anos com observação participante das reuniões bimestrais do CODETER em total 12 reuniões foram observadas. Outras observações participantes foram: a Escuta Territorial para o PPA-P (2020-2023), a Conferências Macro territoriais de Ciência, Tecnologia e Inovação, o 2º Simpósio de Ruralidades Contemporâneas em Rede organizado pelo o grupo de pesquisa DITERC – Dinâmicas Territoriais, Étnicas, Cidades e Ruralidades Contemporâneas, coordenado pela professora May Waddington, orientadora da pesquisa, e o acompanhamento junto com membros do CODETER da 6ª Jornada de Agroecologia do Estado da Bahia. Além de isso foram oito viagens a campo no distrito de Vale Verde, tendo a escala local de análise desta pesquisa entrado em contato com os agricultores familiares das distintas comunidades, suas festas religiosas, assentamento do MST (Serra Azul) e observação participante da reunião de agricultores familiares com técnicos da SDR. Outros trabalhos de campo foram visitar e realizar entrevistas nos assentamentos do MLT: São Caetano e Baixa Verde para analisar de mais perto o conflito com a produção de eucalipto no TI – CdD.

Por último foram usadas fontes e informações secundárias da bibliografia disponível, pesquisas locais e fontes documentais escritas que são bastante abundantes (em relação às ações públicas: toda a legislação contendo Decretos Legislativos, Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Resoluções, que são documentos importantes a sinalizar os rumos da política levada a cabo pelos gestores públicos no período estudado). O que foi dito não significa desistir do tratamento da informação quantitativa disponível como censos agrários e de população do IBGE, pelo contrário, será fundamental estabelecer correlações entre as diferentes instâncias da análise proposta.

Esta pesquisa seguiu, em linhas gerais, o protocolo de investigação estrutural-construtivista indicado por Bourdieu. Ele desenvolve seu trabalho em etapas que se

superpõem, mas que podem ser explicitadas separadamente: marcação de um segmento do social com características sistêmicas (campo); construção prévia do esquema das relações dos agentes e instituições objeto do estudo (posições); decomposição de cada ocorrência significativa, característica do sistema de posições do campo; análise das relações objetivas entre as posições no campo (lógica); análise das disposições subjetivas (*habitus*); construção de uma matriz relacional corrigida da articulação entre as posições (estrutura); síntese da problemática geral do campo. Havendo demarcado o campo da investigação, construído os sistemas de relações, analisado as posições objetivas dos agentes e a gênese das disposições, estamos em condição de finalizar a matriz estrutural e de discutir o problema de pesquisa que recortamos. Também seguindo a Bourdieu, se foi a campo, proceder às observações, às entrevistas e fazer levantamentos, mas sempre a partir de um quadro referencial que vai sendo corrigido, aperfeiçoado e retomado. Em suas análises, ele adota o processo hipotético-dedutivo, que consiste em concluir, a partir de hipóteses, o que é logicamente necessário sobre um objeto. Nesse ponto ele não inova: segue Durkheim, ao tratar o fato social como coisa, e conduz investigações sobre o terreno, confrontando as suas hipóteses com a realidade. (BOURDIEU et. al., 1990, p. 82 e segs.).

Justificativa

Esta pesquisa será articulada com a linha de pesquisa da orientadora, Dra. May Waddington, que também coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão em Dinâmicas Territoriais, Etnicidades e Ruralidades Contemporâneas/DITERC. Por outro lado, minha trajetória de pesquisa voltada para o estudo da AF e políticas públicas (trabalho de graduação CALLEGARIS, 2014), bem como de soberania alimentar e desenvolvimento rural, constituem antecedentes no foco da pesquisa que facilitam minha imersão neste campo de estudo.

A importância da pesquisa em termos de avanço do conhecimento no assunto envolve uma abordagem epistemológica que estimula o pensamento crítico, aproximando o pensamento teórico da observação direta de reuniões do colegiado e da situação de campo entre agricultores familiares no Vale Verde. Quanto à relevância em relação a outras investigações, implica na complementaridade das duas únicas dissertações de mestrado com foco em política pública Territórios de Identidade na Bahia (DANTAS FLORES, 2014 e OLIVEIRA ROCHA, 2015), e um aprofundamento do assunto juntamente com a análise de

um caso empírico de um território de identidade, em particular, em uma escala local rural de Vale Verde. Por fim, existe a necessidade de aprofundar a discussão da abordagem epistemológica crítica à temática da pesquisa. Os benefícios sociais ou acadêmicos dos resultados esperados permitirão corrigir erros da política pública bem como destacar os sucessos da mesma. Também permitirá melhores bases para tomar decisões tanto por parte dos implementadores da política quanto das organizações sociais e moradores de Vale Verde.

CAPÍTULO I - AS INTERRELAÇÕES ENTRE O DTR E A AGRICULTURA FAMILIAR NO CODETER DO TI COSTA DO DESCOBRIMENTO

1.1 Perspectiva bourdiana como teoria general

Essa pesquisa segue o modelo teórico sociológico desenvolvido por Pierre Bourdieu, que aplica um modelo de análise no qual a sociedade é observada como um conjunto de campos relacionados e, ao mesmo tempo, relativamente autônomos. De acordo com essa interpretação, cada campo é constituído como um espaço de conflito entre atores confrontados pelos recursos oferecidos por cada campo. Ao contrário das categorias de outros modelos interpretativos, o conceito de campo é parte de uma metáfora espacial em que a fluidez do espaço social e o papel dos atores no campo são reconhecidos. Embora esta proposta analítica reconheça que os campos contêm capital econômico como determinante estrutural, rejeita o reducionismo que considera que as práticas sociais dos atores derivam mecanicamente de suas posições sociais.

Desta forma, propõe-se como referencial teórico para a análise da política pública TI, o conceito de espaço social criado por Pierre Bourdieu. Essa escolha deve-se à ênfase dada à dinâmica entre os autores nessa abordagem relacional do espaço social que foi considerada adequada para apresentar uma análise sobre a participação dos agentes envolvidos no CODETER. A política pública de TI do estado da Bahia prevê, em suas diretrizes, a participação de agentes de diferentes campos sociais tanto na perspectiva macro-sociológica – que engloba os agentes do Estado – como na esfera micro-sociológica – sociedade civil. Embora os estudos empreendidos por Bourdieu não tenham abarcado, especificamente, as políticas de desenvolvimento territorial com participação social, as ideias desse autor têm muito a contribuir para a análise dessas políticas, já que na sua visão relacional do espaço social os agentes estão em constante disputa por posições de domínio. Isso pode ser associado, dentro da esfera das disputas políticas no campo político, ao conceito de *politics* da ‘*policy analysis*’ que representa o processo de disputas, negociações, coalizões que se operam nas interfaces, ou seja, o jogo político.

A teoria que Bourdieu leva à prova empírica não é um modelo, mas um referencial de conceitos relacionais — /campo/, /habitus/, /capital/, /estratégia/; que é tanto a grade quanto o conteúdo da explicação. Bourdieu escapa à rigidez universalista do estruturalismo ao operar com a dinâmica das relações sociais. Na medida em que os campos estão em permanente

ebulição, as estruturas podem ser subvertidas, sofrerem influências aleatórias. Uma vez em que estruturam o campo, elas são continuadas, mas não são permanentes. Isto é, a estrutura se reproduz, mas, dependendo dos resultados das lutas internas, da influência das lutas externas em outros campos, as posições podem ser alteradas. Na prática, Bourdieu procede à busca da lógica das ações como produto do *habitus* no meio considerado. Ao analisar as estruturas internas do campo, ele produz interpretações conforme um projeto, um instrumento pelo qual o sentido é reintroduzido nas relações estatísticas (BOURDIEU, 2005, p. 191; DELSAULT, 2005, p. 222). As questões a pesquisar são especificamente: quais os capitais, principalmente, qual o capital simbólico em jogo no CODETER? Como o mundo é percebido, dividido, registrado pelos agentes envolvidos no CODETER? Como as estruturas cognitivas se ajustam às estruturas objetivas? E de precisar: quais as coerções, quais as relações de dominação que elas exercem? Quais os interesses de perpetuação da dominação envolvidos? Quais os grupos de interesse? Quais os conflitos que se dão no interior do espaço social do CODETER? As respostas encerraram o ciclo investigatório que desvela a síntese da problemática geral do campo e sub-campo a pesquisar.

A delimitação do campo é, portanto, analítica (VANDENBERGHE, 1999, p. 44). A sua escolha é inteiramente livre. Os campos não são arbitrários, mas nascem como construtos auto-referenciados. Sistemas fechados de relações entre conceitos, modelos, teorias cuja homologia com a realidade tem de ser testada e verificada. Ao definir o campo, o importante é formar um objeto teórico que será submetido à prova empírica. A construção do fato social consiste em delimitar claramente um segmento da realidade — o campo, nesta pesquisa o campo político— o que significa, na prática, selecionar determinados elementos dessa realidade multiforme e descobrir por trás das aparências um sistema de relações próprias ao segmento estudado (BONNEWITZ, 2002, p. 28). Todo campo pode ser dividido em regiões menores, os subcampos que se comportam da mesma forma que o campo, ambos dentro do espaço social (nesta pesquisa o CODETER do TI CdD). A dinâmica dos campos e dos subcampos é dada pela luta das classes sociais, na tentativa de modificar a sua estrutura, isto é, na tentativa de alterar o princípio hierárquico (econômico, cultural, simbólico) das posições internas ao campo. O campo é caracterizado pelas relações de força resultantes das lutas internas e pelas estratégias em uso. Sejam estratégias defensivas ou subversivas. Mas, também, pelas pressões externas.

A teoria da prática de Bourdieu tenta superar as antinomias entre as posições teóricas do subjetivismo de Sartre e o estruturalismo de Lévi-Strauss. Por exemplo, se o trabalhador,

seja ele um operário, um burocrata ou um acadêmico, não pode se conduzir, improvisar ou criar livremente, ele é sujeito da estrutura estruturada, dos seus códigos e preceitos. Mas, dentro de limites, de restrições inculcadas e aceitas, a sua conduta, a improvisação e criação são livres: conformam a estrutura estruturante do *habitus*. Então seria possível transferir esse olhar para a multi-atorialidade que compõe o CODETERTI CdD?

Se a resposta é sim, se pensará o CODETER TI CdD como uma interface social, um espaço social; um “sistema” ou um “espaço” estruturado de posições. Esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições. As lutas dão-se em torno da apropriação de um capital específico do campo (o monopólio do capital específico legítimo) e/ou da redefinição daquele capital. Além do econômico, que compreende a riqueza material, o dinheiro, as ações, bens e patrimônios em general, para Bourdieu existe também o capital cultural, social e simbólico. Onde as formas de esses capitais são conversíveis umas nas outras, por exemplo: o capital econômico pode ser convertido em capital simbólico e vice-versa (BOURDIEU, 1984, p. 114) e a posição relativa na estrutura é determinada pelo volume e pela qualidade dos capitais que o agente detém (BOURDIEU, 1992, p. 72). O capital é desigualmente distribuído dentro do sub-campo e existem, portanto, dominantes e dominados. A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes e instituições) em presença no campo da política e na interface social do CODETER TI CdD.

Portanto as estratégias dos agentes são entendidas se as relacionarmos com suas posições no campo e no sub-campo dentro do espaço social. Entre as estratégias invariantes, pode-se ressaltar a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (o estado da relação de força existente). As primeiras são mais freqüentemente as dos dominantes e as segundas, as dos dominados. Na luta de uns contra os outros, os agentes de um campo têm pelo menos interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem. Logo, os interesses sociais são sempre específicos de cada campo e não se reduzem ao interesse de tipo econômico.

Como ROBIN GRILLER (1996) aponta, na metodologia de Bourdieu o uso do conceito de campo é feito a partir de três perspectivas: Em primeiro lugar, qualquer campo particular sujeito a análise deve estar relacionado ao campo de poder, na medida em que o campo do poder constitui a fonte das relações hierárquicas presentes em todos os outros campos. No segundo caso, uma topografia social do campo em estudo deve ser construída

com o propósito de delinear a estrutura objetiva de posições, de acordo com sua relação com os recursos que estão em disputa naquele campo. No terceiro caso, o *habitus* dos agentes nesse campo deve ser analisado. Se a teoria do *habitus* e a teoria do campo são entrelaçadas; uma é o meio e a consequência da outra (VANDENBERGHE, 1999, p.61). Para seguir os passos do processo investigatório de Bourdieu é essencial compreender estes conceitos tanto separadamente quanto na forma como se articulam. Portanto é possível pensar em *habitus* diferenciados dos agricultores familiares que, quanto à incorporação ou não do paradigmas do DTR definem suas diversas estratégias de reprodução social na disputa as diversas formas de capital em jogo no CODETER da CdD. Também tendo outro ponto de análise nos processo de aprendizado dos atores , por exemplo, através de suas trajetórias de luta ou a participação em assembléia de organização de base para lograr melhores resultados na participação social. De acordo com a visão de agencia estatal SEPLAN é necessário uma incorporação do *habitus* respeito de como se comportar na plenária do CODETER por parte dos atores.

Por último, todo campo vive o conflito entre os agentes que o dominam e os demais, isto é, entre os agentes que monopolizam o capital específico do campo, pela via da violência simbólica (autoridade) contra os agentes com pretensão à dominação (BOURDIEU, 1984, p. 114 e segs.). A cada agente corresponde um *habitus*, “[...]como sistema de disposições socialmente constituídas que, como estruturas estruturadas e estruturantes, são o princípio gerador e unificador de todas as práticas e ideologias características de um grupo de agentes[...]” (Bourdieu, [1971]1983, p.107) . Para que um campo funcione, é necessário que haja em jogo e pessoas dispostas a jogar, que sejam: dotadas de *habitus* que impliquem conhecimento e reconhecimento das leis imanentes no jogo, do que está em jogo. Então apenas quem tiver incorporado o *habitus* tem condições de jogar o jogo e de acreditar na importância desse jogo. Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo. Um campo possui uma autonomia relativa; as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas) externas ao campo pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas. (LAHIRE, 2002, p. 47-48).

1.2 A relação estado – sociedade: em seu intermédio, as políticas públicas

Em termos gerais, quatro grandes respostas podem ser identificadas à questão sobre o papel da intervenção estatal na construção de um processo de desenvolvimento: aquelas em

que o Estado é o principal agente que pode impulsionar o processo de "decolagem" econômica (HIRSCHMAN 1958; MYRDAL, 1957; GERSCHENKRON, 1962; CARDOSO e FALETTO, 1969); aqueles que supõem que muita intervenção do Estado cria distorções graves no desempenho econômico que impedem alcançar o desenvolvimento fechando os mecanismos de mercado básicos (DORNBUSCH e EDWARDS, 1990; FRIEDMAN, 1962; GRINDLE, 1991 e KRUEGER, 1974); aqueles que acreditam que a qualidade da intervenção estatal e quadros institucionais existentes são cruciais para explicar o sucesso ou o fracasso dos processos de desenvolvimento (EVANS, 1995 e 1996; SIKKINK, 1993 e SHAPIRO e TAYLOR, 1991); e, finalmente, aqueles que dão importância à análise da relação entre o Estado e os empresários para entender a persistência do subdesenvolvimento (AMDSSEN, 1989 e 1991; CHIBBER, 2002 e 2003; NOCHTEFF, 1994 e SCHNEIDER, 1999).

Para entender melhor essas visões das relações entre o desenvolvimento e o Estado, é necessário entender que, por trás de cada concepção teórica do Estado, há uma maneira de interpretar a sociedade e o poder político; que não é uma mera descrição livre de interesses, supõe valorações que cortam e podem influir na realidade que procura analisar. Portanto cada descrição-construção de natureza "teórica" do Estado como construção discursiva implica explícita ou implicitamente, uma aposta em jogo como uma estratégia de luta política. Portanto, existem dois grandes paradigmas: por um lado, as teorias que (com suas nuances) apontam para a afirmação da ordem capitalista existente tentando explicar, justificar e/ou corrigi-lo e outro que além das posturas variadas, desafia e aponta para uma construção alternativa (THWAITES REY, 2008). De acordo com o cientista político argentino, Guillermo O'Donnell (1986) é possível levantar uma análise tridimensional que pode ser útil para estruturar o campo de estudos sobre o estado: a) o Estado como um co-contrutor das relações sociais (dimensão socioeconômica); b) o Estado como a burocracia e/ou conjunto de instituições públicas (dimensão política e administrativa) e c) o Estado como um monopólio da violência simbólica, que ocorre na sociedade como um garante do bem comum (dimensão ideológica).

Então é possível agrupar a bibliografia sobre a relação Estado-Sociedade vinculada à explicação sobre a definição de políticas públicas em duas grandes correntes tributárias de diversas matrizes teóricas. Por um lado, há explicações de natureza socio-cêntrica, em que as políticas estatais surgem das demandas sociais, devido à pressão exercida por diferentes atores sociais ou grupos de interesse. Por outro lado, a corrente da matriz Estado-cêntrica, onde as

políticas são explicadas por objetivos específicos das elites estaduais e/ou condições institucionais em cada momento histórico.

Entre as explicações centradas no Estado, os neo-institucionalistas enfatizam o peso das instituições no comportamento dos agentes econômicos, e as contribuições da chamada Escola da Escolha Pública, onde o Estado aparece como um conjunto de atores que maximizam seus próprios interesses e cuja ação se explica pela própria lógica e racionalidade do serviço público; este análise tem a vantagem de apresentar o estado como um conjunto de atores com interesses diversos e não como um ator monolítico (BUCHANAN, 1968, 1969, 2003, ROSA, 2001). Por outro lado, dentro das explicações de referenciais Socio-centrico Nordlinger (1981) sustenta que tem quatro principais corpos teóricos que deram respostas centradas na sociedade: a liberal-pluralista, a elitista (ao contrário levantando Nordlinger também pode ser concebido como parte da corrente Estado-cêntrica), a corporativa e a marxista.

Mas neste ponto é preciso não reificar o Estado como algo monolítico, coerente e linear. Ele é “naturalizado” como um hábito social produzido por processos articulados de correlações de forças, de institucionalizações dessas correlações de forças e legitimações políticas (GARCÍA LINERA, 2010). E a partir da perspectiva de Bourdieu é possível pensar o estado como um campo disputado, onde existem agentes com interesses diferentes que lutam para impor suas visões de mundo. Então o Estado seja uma condensação material e simbólica de relações sócias que expressa em suas instituições uma diversidade de posições e de conflitos estabelecidos entre os diversos segmentos da sociedade. Estes encontram, sobretudo, nas instituições públicas estatais e nas políticas públicas, o locus de resolução ou aprofundamento desses conflitos. A perspectiva relacional possibilita uma compreensão alternativa da relação do Estado com a sociedade civil permitindo a definição do Estado (em seu sentido amplo) como um campo de lutas e conflitos (macro e micro), reproduzindo, dentro e fora dele os conflitos do mundo social.

Como observa Paul Hirst (1993, p. 23), a sociedade civil não é a garantia de harmonia e concórdia, e há nela muitas fontes de divisão e antagonismo que não se esgotam nas classes sociais. Então, pode-se observar o Estado como expressão de uma arena dos conflitos sociais. Por exemplo, podemos pensar o campo político definido pelas políticas de DTR, no caso específico a interface social criada por a institucionalidade CODETER, como o locus onde se disputam espaços coexistentes, onde agências estatais implementam ideias hegemônicas de promoção do agronegócio coexistindo, por outro lado, com outras agências e políticas para a

AF. Elas são complementares? Refletem as disputas? Quais interesses são impostos? Portanto, para aproximar possíveis respostas é necessário uma abordagem analítica das práticas estatais, através da categoria *estatalidades* (o conjunto de agentes, agências, práticas, processos e instituições referenciados em nível do estado) que surge como uma alternativa à categoria Estado, dados os vieses que esta última contém (COWAN, 2016).

Voltando à abordagem analítica sobre o Estado do sociólogo francês Pierre Bourdieu, ([2012]2014)¹¹, nas suas palavras é: “um objeto quase impensável”. Um elemento proeminente desses cursos é que Bourdieu fala com outros autores algo que não é tão freqüente em outros livros do autor. O traço weberiano reaparece desde o início na definição de estado de Bourdieu. Ele trata de definir, seguir e corrigir a definição de Estado do sociólogo alemão, definindo o Estado como o monopólio da violência física e simbólica legítima ou simplesmente monopólio da violência simbólica, já que ela é a condição da posse do exercício do monopólio da própria violência física (BOURDIEU, [2012]2014, p. 34). Em consequência, o autor dá uma reviravolta interpretativa e equipara o consentimento legítimo, pois, segundo ele, a legitimidade da coerção física e simbólica é equivalente à aceitação da dominação pelos dominados. Para Bourdieu, o Estado não pode ser considerado apenas um aparelho de poder nas mãos dos dominantes e nem um espaço neutro de operacionalização de conflitos, mas sim um “metacampo” pelo qual se constrói a representação coletiva que estrutura a vida social.

O autor também se distancia muito expressamente da concepção marxista, que ele qualifica como funcionalismo do pior já que colocam o Estado como diabólico sempre a serviço das classes dominantes. Também rejeita a ideia althusseriana de aparato estatal, postulando como alternativa a noção de “campo”, ou seja, reivindicando uma visão complexa do Estado como uma realidade “inventada” capaz de mostrar a capacidade de produzir, através de das estratégias do público, o universal. Onde o monopólio estatal do universal, do conjunto de ideias reconhecidas e amplamente assumidas dentro da sociedade, seria a base e o cimento da dominação, cada vez mais baseados no racional e no simbólico.

Uma definição provisória do que se chama “o Estado”, segundo o sociólogo francês, é de um setor do campo do poder, que se pode chamar de “campo administrativo” ou “campo da função pública”. Tratar-se-ia do Estado como meta-campo ou o campo dos campos,

¹¹ Embora não seja uma teoria totalmente desenvolvida, encontramos na publicação póstuma: Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92) uma transcrição dos cursos ministrados por ele onde apresenta as observações e reflexões respeito o Estado. De acordo com os editores dessa obra, foi uma atenção um pouco atrasada no sociólogo francês e não é um trabalho fechado.

entendendo como tal o fator que viabiliza o funcionamento dos demais campos. O Estado seria, portanto, o banco central do capital simbólico (op.cit, p.173) (em outras palavras a grande fonte e reserva de capital simbólico), que existe por sobre os campos que disputam o monopólio da violência simbólica legítima. Portanto, o Estado vive camuflado nos campos, como poder sobre os poderes, como invenção mental e como fonte de imposição do universal. Para este discurso argumentativo central do Estado como uma realidade inventada e campo de campos acrescenta-se a caracterização e valorização do Estado de maneira ambivalente como instância simultaneamente integradora e dominadora, que possibilita a dominação com o consentimento dos dominados, mas é também uma condição de possibilidade para a integração dos dominados. É possível encontrar essa dualidade no CODETER, onde por um lado com a política pública procura-se a integração do poder público com a participação social da sociedade civil, mas a função dominadora gera perdas de autonomia da sociedade civil respeito à competição por acesso a recursos públicos e onde a compartilha do poder político entre o Estado e Sociedade não é tão efetiva, onde o fortalecimento dos espaços públicos e inovações democráticas (sejam discursivas ou práticas) são seguidamente contrapostos a críticas de que estes espaços voltam-se à manutenção da dominação política e econômica forjada e perpetuada pelo próprio Estado.

Por último, o Estado pode mesmo aparecer como o campo por excelência e até, segundo Bourdieu, como um “metacampo” porque “o Estado é meta”: um campo no qual as lutas têm como objeto a determinação da posição que os diferentes campos (econômico, intelectual, artístico etc.) devem legitimamente ocupar uns em relação aos outros. Onde o Estado é o produto quase necessário de um duplo processo: de um lado, a diferenciação das sociedades em campos relativamente autônomos e, por outro, a emergência de um espaço que concentra os poderes sobre estes últimos. Nesse espaço se dão as lutas entre os próprios campos autônomos e diferenciados da sociedade. A importância da reflexão contida nos cursos sobre o Estado reside, por fim, na atenção propriamente sociológica que Bourdieu dava a todas as formas de dominação. Ora, em cada campo, tanto em sua gênese como em seu funcionamento, o Estado está presente e a teoria geral que ele projetava fazer com o Estado exigia uma análise que lhe fosse especificamente dedicada já que o Estado constitui a forma de crença coletiva que estrutura o conjunto da vida social nas sociedades fortemente diferenciadas.

Outro olhar complementar de Bourdieu pode ser o de García Linera (2010) que propõe uma definição do Estado como estrutura de relações políticas territorializadas. Essa definição

nos permite entender o porquê da implementação de políticas territoriais e observar as relações políticas no CODETER. O sociólogo boliviano argumenta que também o Estado como relação e na sua visão da “relação-Estado” para ele é sempre um processo político histórico em construção, em movimento, em fluxo, inter-relações e as materializações passadas dessas inter-relações se referem à legitimidade e dominação políticas. A relação-Estado passa por momentos de estabilidade e outros momentos de "transição" de uma estrutura de relações políticas de dominação e legitimidade para outra, ou seja, para outra forma de relação-Estado, que ele chama “o Estado em tempos de transição”.

A partir de seu conceito de relação-Estado, propõe três eixos analíticos: o Estado como uma correlação de forças políticas sociais entre os blocos e classes sociais; o Estado como materialidade institucional (as decisões são materializadas em normas, regras, burocracias, aparelho repressivo, outros aparelhos, orçamentos, hierarquias, hábitos burocráticos, papéis, procedimentos); por último o Estado como uma ideia coletiva ou crença coletiva, como um senso comum do tempo que garante o consentimento moral entre os governantes e os governados. Os dois primeiros componentes referem-se ao Estado como uma relação material de dominação e liderança política. E o terceiro, referem-se o Estado como uma relação de legitimação política, ou nas palavras de Bourdieu, como monopólio do poder simbólico. Então, em sua análise, García Linera argumenta que a relação-Estado como a construção política de monopólios legítimos de certos recursos limitados da sociedade: coerção, recursos econômicos públicos e legitimação. O dois último são os mais disputados no CODETER; por exemplo numa observação da reunião onde se anunciaram os resultados do editais de Bahia Produtiva pela ausência de algumas associações quem conseguiu ganhar capital econômico, membros debateram sobre a legitimidade de quem não participa em receber esses recursos.

Para complementar a abordagem dos sociólogos boliviano e francês, incorporando um olhar retrospectivo do Estado, Veena Das e Deborah Poole (2008) privilegiam a análise nas margens do Estado como aquelas instâncias em que as leis e práticas estatais são colonizadas por outras formas de regulação que emanam das necessidades urgentes das populações e, conseqüentemente, as formas de governar são redefinidas o tempo todo. Em contraste com as perspectivas centradas na dimensão institucional, que se baseiam em práticas e linguagens estatais, essas autoras propõem pensar a produção do Estado a partir das práticas cotidianas das pessoas e observar seus efeitos na produção do "Estado". As margens do Estado podem ser pensadas de três maneiras: i) os espaços físicos em que o Estado ainda não penetrou; ii) os espaços, formas e práticas através dos quais o Estado continuamente se experimenta como um

desperdício na ilegibilidade de suas próprias práticas, documentos e palavras e iii) como o espaço entre os corpos, a lei e a disciplina ou biopoder, recuperando a noção cunhada por Michael Foucault. O interesse nas margens é que elas são espaços de "criatividade", porque nelas o (re) tornar-se tanto o estado quanto o não estado é expresso mais claramente como resultado do encontro de ambos (DAS e POOLE, 2008).

Portanto, a ideia central das Margens do Estado é que não é apenas uma metáfora espacial, mas é colocar as práticas do estado nas configurações sociais específicas que se desenvolvem nos espaços locais, ie. Vale Verde, ali se aplicam outras regras do jogo, definidas por outros elementos, como práticas localizadas em torno da construção sócio-cultural, histórica do lugar e a posição histórica de cada um dos grupos sociais. Assim também, podemos ver nas formas como as ações do CODETER da política de TI são disputadas, adaptadas e traduzidas no local. Algumas vezes perdendo sentido para os setores populares quem participa das reuniões, com dificuldade de entender o que está sendo discutido: numa das observações de plenária do CODETER na cidade de Belmonte uma agricultora familiar, no café da manhã, me diz que se eu estivesse entendendo algo do que estava sendo discutido na reunião já que ela não; naquele tempo com meu portunhol, tentei explicar que se estava debatendo sobre a redação de um regimento interno, regras de funcionamento do colegiado. Na mesma reunião uma marisqueira faz a pergunta se sua associação faz parte do território. E no caso de Vale Verde como um espaço físico em que o Estado ainda chegou pouco ou com baixa intensidade com a política TI.

Durante os séculos XIX e XX, as contribuições até agora enunciadas apoiaram de maneiras diferentes a consolidação de uma ideia dominante de Estado que pode ser encontrada tanto no senso comum como no acadêmico. É concebido como uma entidade substantiva, diferenciada do resto da sociedade, composta por profissionais e com lógica própria. Sua função na produção da ordem social é enfatizada, através do exercício de um poder específico e sua constituição é interpretada como resultado de processos históricos específicos. Ela cristalizou e dominou a ideia do Estado como uma entidade que está acima e fora dos indivíduos que compõem uma sociedade. A categoria de análise fundamental foi o "Estado", sendo a noção de "Políticas Públicas" menos abordadas. Já na definição clássica de Política Pública de Oscar Oszlak e Guillermo O'Donnell (1981), trata-se do conjunto de ações ou omissões do Estado que determinam a maneira de intervir em uma questão que atrai a atenção de outros atores de sociedade civil. Se a decisão política é fator de definição da política pública, temos sua natureza não-neutra e seu enraizamento em ideias, interesses e

relações de poder. Isso nos leva a conceituar o Estado de uma forma que abandona, necessariamente, a noção de que se trata de uma coisa e/ou sujeito externo à sociedade, isto é, como uma entidade ou um todo coerente.

Sem dúvida, o Estado tem um papel importante no desenvolvimento, que exerce através de Políticas Públicas. Mas para que uma questão seja abordada por uma Política Pública, deve ter sido previamente incluída na agenda pública¹². Embora as diferentes correntes políticas atribuam um peso diferente ao Estado como promotor do desenvolvimento, atualmente parece haver um consenso de que as instituições desempenham um papel importante na promoção do mesmo. Não seria tanto a quantidade de intervenção, mas a sua qualidade, muito associada, por sua vez, à qualidade das instituições do Estado (TREBILCOCK e MOTA PRADO, 2017) e às capacidades do Estado¹³ que podem ser propostos como uma ferramenta para a análise; ou seja, são as possibilidades de ação que esse complexo institucional tem através de diferentes Políticas Públicas, programas, marcos institucionais e outros instrumentos que dão conta da construção de institucionalidade do aparelho estatal sustentado ao longo do tempo. Em um contexto atual no Brasil, onde o governo federal extingue colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que incluem grupos como comitês e comissões, instituídos via decreto, ato normativo inferior ao decreto e ato de outro colegiado com o Decreto 9.759/19¹⁴. Esses grupos extintos por o presidente Bolsonaro atuam com representantes do governo e da sociedade civil para criar, executar e monitorar as ações de órgãos públicos e estatais. Então é válido refletir sobre o que aconteceria se houvesse uma mudança de governo no estado da Bahia, será que a política pública TI pode se estabelecer como uma capacidade do Estado em vez de uma capacidade de governo. Um passo relevante foi o Estado da Bahia ter transformado a política territorial em uma política de Estado, por meio da Lei Nº 13.214/2014, mas não é garantia sem uma incorporação de um *habitus* de participação territorial dos agentes envolvidos.

¹²A construção da agenda pública é entendida como o "processo pelo qual as demandas dos diferentes grupos da população se tornam questões que competem pela atenção do poder público" (Cobb, Ross & Ross, 1976).

¹³De acordo com Lattuada e Nogueira (2011), a noção de capacidades do Estado (CE) tem uma ligação direta com as "formas de fazer" do Estado. Em princípio é diferente, das capacidades de governo (ações concretas realizadas temporariamente por um governo). As CE são as capacidades políticas e administrativas. A capacidade política será identificada com a recepção das demandas da sociedade pelos governantes com dois tipos de interação: uma no nível público-institucional (relações que esse complexo institucional constrói com os poderes - legislativo e judicial - e com os demais Estados subnacionais) e outro no nível público-sociedade (na medida em que está vinculado às relações do Estado com vários atores da sociedade civil envolvidos nos processos de formulação de políticas públicas). Finalmente, as capacidades administrativas se referem ao aparato organizacional, aos fatores organizacionais e aos procedimentos existentes que gerarão eficiência burocrática.

¹⁴ http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137350

1.3 Duas questões e seus debates: O paradigma do Desenvolvimento Territorial Rural e o sujeito social Agricultura Familiar

Até agora, buscamos apresentar o conceito de desenvolvimento em sua relação com a questão do Estado e as políticas públicas, onde o desenvolvimento é comumente usado no discurso político com diferentes significados (embora geralmente aceito com uma conotação positiva). Ao longo das últimas décadas e em diferentes contextos histórico-geográficos, a ideia de desenvolvimento, e em particular o rural, esteve ligada a diferentes propostas de políticas e foi referida a diferentes atores sociais em referência a este espaço geográfico. Abordagens de desenvolvimento rural foram promovidas com o objetivo de reduzir a pobreza rural por parte dos estados e agências internacionais de financiamento. Analisarei sua abordagem mais atual, o territorial e sua inter-relação com a AF, procurando esclarecer ambas conceitualmente.

a) O paradigma do Desenvolvimento Territorial Rural

O desenvolvimento rural pode ser visto como um processo multinível, se for considerado em um nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade. Também um nível intermediário pode ser construído se analisado em quanto um novo modelo para o setor agrícola, com atenção constante para as sinergias entre ecossistemas locais e regionais. Por fim, um terceiro nível é o do indivíduo/família, onde se destacam as novas formas de alocação do trabalho familiar. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento rural pode ser um processo multiator, porque considera a multiplicidade das instituições envolvidas em sua construção, que fazem com que o desenvolvimento rural dependa de diferentes atores e das muitas redes entre esses atores. Por último, o desenvolvimento rural pode ser multifacetado, porque se revela em um conjunto de novas práticas tais como a administração da paisagem, a conservação da natureza, o agroturismo, a produção de especialidades regionais, entre outras, fazendo com que propriedades que haviam sido consideradas supérfluas no processo de modernização da agricultura possam vir a assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais. No debate internacional, nos termos de Ploeg et al. (2002), o desenvolvimento rural se constituiu em uma verdadeira “agenda de pesquisa”, devido ao reconhecimento dos limites práticos do paradigma da modernização, e levou pesquisadores a repensarem seus focos de investigação acerca dos processos de mudança social no meio rural. O caso de estudo o TI -

CdD possui uma grande diversidade ambiental; onde é preciso proteger ainda mais o bioma da Mata Atlântica, como o Parque Nacional de Monte Pascoal e o Parque Nacional de Pau Brasil que limita com Vale Verde. Também possui ecossistemas costeiros como manguezais, restingas, lagunas e praias. Os municípios do TI - CdD tiveram seu crescimento em torno do comércio, da pesca, do turismo, indústria, da agropecuária, artesanato indígena e apresentando como característica em todos os municípios a forte presença da agricultura familiar como base do desenvolvimento territorial. É possível perceber uma projeção de crescimento econômico nos municípios do território com a presença do crescimento do mercado do turismo principalmente nas cidades do litoral, mais é um desafio ainda o trabalho entre a intersetorialidade.

Ellis & Biggs (2001) apresentaram a trajetória do desenvolvimento rural ao longo do tempo: desde na década de 1950, o desenvolvimento rural esteve fortemente associado às políticas de modernização, com base em modelos dualistas que rotulavam os agricultores de “modernos”, em contraposição aos “atrasados”. Nos anos 1960, ganhou fôlego o debate sobre a modernização da agricultura e a transferência de tecnologia por via da Revolução Verde. Nos anos 1970, intensificaram-se as políticas agrícolas, com a adoção intensiva de tecnologias por parte dos agricultores, através da proposição de um desenvolvimento rural integrado com uma ativa participação das entidades de extensão rural. Durante os anos 1980 e 1990, com a crise do Estado desenvolvimentista, intensificaram-se as políticas de alívio à pobreza rural.

A virada do século XX para o século XXI marcou, assim, um momento histórico nessa problemática, graças à introdução de novas temáticas tais como as questões ambientais, as questões de gênero, a combinação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas, do empreendedorismo e da inovação, do papel das instituições, das redes agroalimentares, entre outras. Isso permitiu tratar tais mudanças visando um novo paradigma de desenvolvimento rural, menos ancorado apenas na produção agropecuária do que aquele observado ao longo das últimas décadas. O rural deixou de ser sinônimo exclusivo de agrícola e o foco virou-se para a ideia de território. No entanto, o debate brasileiro ainda é pautado por uma visão dicotômica: rural versus urbano, agrícola versus não-agrícola e familiar versus empresarial capitalista, consolidando o entendimento de que o desenvolvimento rural é o somatório de pequenas inovações que não se restrinjam às formas familiares de agricultura. Porém, foi a partir das discussões sobre agricultura familiar que se avançou para discussões relativas ao desenvolvimento rural no Brasil.

Desta forma, resumidamente, considera-se neste trabalho, o desenvolvimento rural como uma questão complexa: multinível, multiatorial e multifacetada que inclui múltiplas dimensões (política, econômica, social, cultural, tecnológica, ecológica, territorial, entre outras) em contextos histórico-geográficos específicos, que apresenta relações de mudança entre elas, ao longo do tempo. Também a expressão desenvolvimento rural denotaria uma área específica dos estudos sobre o mundo rural, distinto de outras formas de desenvolvimento, dando conta de que é a heterogeneidade que define o mundo rural. Tal ideia nos remete à constatação de que não há uma política única do desenvolvimento rural.

Desde o fim dos anos 1990, o "Desenvolvimento Territorial Rural" (DTR) ou "abordagem territorial do desenvolvimento rural", passa a significar "um processo de transformação produtiva e institucional de uma área rural específica cuja finalidade é reduzir a pobreza rural" (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2004). Este é o paradigma predominante na maioria dos países de América Latina. Foram formuladas uma série de programas e políticas do desenvolvimento, notadamente em meio rural, a partir de várias influências que vão desde a academia, as organizações internacionais de financiamentos (Banco Mundial) até às organizações interamericanas com interesse para a agricultura (Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola - IICA, a Comissão Econômica para América Latina – CEPAL). Finalmente podemos perceber que sempre aparece uma referência ao ‘modelo’ europeu dos fundos estruturais, notadamente do programa LEADER (Laços Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural.)

No Brasil, a retomada do tema do rural surge associada a duas correntes distintas de pensamento, sendo que mais recentemente um novo posicionamento analítico também passa a despontar como uma alternativa aos estudos do rural. Como uma vertente, pode ser citado o debate promovido por Graziano da Silva (1999 e 2001) sobre “o novo rural brasileiro” (Projeto Rurbano). Embora esse autor ainda faça sua leitura do rural baseado na perspectiva do contínuo urbano-rural, ele procura derrubar alguns velhos mitos sobre o mundo rural brasileiro: o rural como sinônimo de atraso; que seja predominantemente agrícola; que o desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural ou o êxodo rural como inexorável. Para Graziano, o inevitável é o êxodo agrícola o qual, todavia pode ser ao menos parcialmente compensado com o crescimento da ORNA (ocupações rurais não agrícolas). E de isto surge para o autor novos mitos criados: com que a ORNA seja a única solução para o desemprego, podendo se tornar o motor do desenvolvimento nas regiões atrasadas; ou inviabilidade da reforma agrária nesse contexto e por ultimo que desenvolvimento local leva automaticamente

ao desenvolvimento. Também o autor nos oferece argumentos para o entendimento da importância da emergência das atividades não-agrícolas; ao mesmo tempo em que reconhece algumas das limitações para a diversificação da agricultura familiar. Ele renova a análise desse novo rural onde o aspecto mais representativo seria o das famílias que combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas (pluriatividade) e promovem a integração intersetorial (agricultura com comércio e serviços) e interespacial (rural com urbano). Mas para Silva (2001), a pluriatividade por parte das famílias rurais no Brasil não resulta em um crescimento da produtividade do trabalho agropecuário, como ocorreria nos países desenvolvidos. O pesquisador entende que, ao contrário, a pluriatividade é em grande parte uma estratégia de sobrevivência de famílias agrícolas.

Outra vertente a destacar de estudos sobre a nova ruralidade e agricultura familiar são Wanderley (1999, 2000, 2003, 2009), Carneiro (1998, 1999, 2001 e 2008), Schneider (2003, 2010), Schneider e Niederelle (2008) e Schneider e Cassol (2013), onde temas de pesquisa que refletem dinâmicas sociais como a pluriatividade e a reemergência de sociabilidades e identidades passam a questionar a ideia de submissão do rural às pressões do universo urbano. Uma terceira leitura, proposta por José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay¹⁵ tem no enfoque territorial uma referência privilegiada para discutir os problemas do rural e da ruralidade. As discussões promovidas por estas vertentes sintetizam o que pode ser considerado como “o debate sobre a ruralidade brasileira”, pois estas posições buscam manter a atualidade e a pertinência da discussão sobre o rural no Brasil.

Aprofundando no enfoque territorial do desenvolvimento, ele representa uma das principais inovações no âmbito das Políticas Públicas nas primeiras duas décadas do século XXI, tanto no Brasil como na América Latina (FAVARETO, 2007; FAVARETO, 2016; BERDEGUÉ, 2016; SABOURIN et. al., 2016). No Brasil, se a década de 1990 foi iniciada com a entrada da agricultura familiar no vocabulário acadêmico e depois pela introdução de políticas públicas com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) (1996); os anos 2000 se iniciam com uma reavaliação do significado do desenvolvimento rural e no debate das relações entre o rural e o urbano, com a introdução da abordagem das dinâmicas territoriais nos processos de desenvolvimento (FAVARETO, 2010a). A proposta de uma abordagem territorial sugerida por José Eli da Veiga (1998, et. al. 2001 e 2002) foi inovadora no contexto brasileiro. Para este autor, o território como nova

¹⁵Veiga (1998, 2000 e Veiga et. al. 2001) (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS)) e Abramovay(2000 e 2003), insistem na importância da agricultura familiar e no reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais.

abordagem para analisar e estudar os problemas do rural e da ruralidade poderia substituir com vantagens as ambigüidades oriundas das perspectivas da corrente dicotômica (antagonismo dualístico para o rural e o urbano) ou a do continuum rural-urbano (proposta por Sorokin e Zimmerman (1929) questionando a corrente dicotômica), pois remete o debate a questões mais importantes do que precisar as características determinantes de um ou outro espaço.

Segundo a visão de Schetjman e Berdegué (2006), o DTR postula como objetivo principal que os territórios sejam competitivos. Sugere-se, para isso: (i) gerar inovação com base na proximidade dos atores e (ii) articulação com mercados globais. Dessa forma, os territórios rurais que se conseguem "desenvolver" são aqueles posicionados em mercados dinâmicos, através de consenso e articulação com outros atores e territórios (MANZANAL, 2014). Entre aqueles que questionam o enfoque territorial como um conceito-síntese para os estudos do rural encontram-se autores que percebem a carência de um embasamento teórico no uso generalizado e empírico-normativo do território, como Maria José Carneiro (2001), Sergio Boesier (1999, 2002) e Sergio Schneider (2003). Outras posições críticas sobre o DTR indicam que ele ignora a distribuição desigual de recursos e poder presentes na estrutura social agrária, bem como as assimetrias regionais existentes, pois a situação das áreas rurais negligenciadas da América Latina nos obriga a ter em mente que a falta de recursos de todos os tipos é uma limitação para qualquer tipo de inserção internacional como objetivo primário do DTR (MANZANAL, 2014). Além disso, Lattuada et al. (2012) e Manzanal (2014) afirmam que a visão do DTR é fraca quando os fatores estruturais do modelo de acumulação dominante no setor agrícola e os conflitos presentes no território são ignorados, o que tende a reproduzir a desigualdade que afeta os setores da agricultura familiar. Seria uma visão idílica de que, com a implementação dessas políticas, a cooperação e a coesão social seriam impostas às relações e interesses de poder presentes no território.

Autores como Schejtman e Berdegué, Veiga, e trabalhos financiados por instituições coma OCDE, o extinto MDA e o IICA utilizam a referência conceitual para o território¹⁶com

¹⁶É preciso deixar claro o que a expressão "território" carrega forte polissemia, a qual deve ser posta em perspectiva teórico-conceitual como argumenta Haesbaert (2018), de categoria de análise a categoria da prática. Nessa investigação a perspectiva de que o território, como espaço delimitado, uma construção social e, por isso, uma porção do espaço em que se territorializam as relações humanas e, entre estas, os fenômenos econômicos, por meio de instituições que condicionam o desempenho econômico. É o local onde se objetivam as relações humanas, econômicas e sociais, com o propósito de amalgamar a cooperação a partir de uma identidade territorial própria, ainda que relações conflitivas estejam presentes. De maneira sintética, assumimos a proposta de Haesbaert (2006), que defende uma perspectiva teórica em que o território deve ser apreendido sob duas perspectivas: i) O binômio materialismo-idealismo, que algumas vezes apresenta uma visão parcial, isto é, a partir de apenas uma dimensão (ou natural, ou política, ou cultural, ou econômica) e outras vezes em uma visão

um sentido normativo e prático. O território é concebido, nessas abordagens, não como um espaço físico objetivamente existente, mas como uma construção social, por exemplo na definição de Schejtman e Berdegúe:

"um conjunto de relações sociais que dão origem e, ao mesmo tempo, expressam uma identidade e um sentido de propósitos compartilhados por múltiplos agentes públicos e privado. Todo território é uma construção histórica, sociocultural e política, um espaço organizado, apropriado e dotado de significado, que não tem apenas significado econômico e social, mas envolve também uma identidade (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2004).

Foi essa visão que embasou as Políticas Públicas federais no Brasil: PRONAF-CMDR (1996), PRONAT-PDSTR (2003) do MDA e Programa Territórios da Cidadania (2008); acabando por inspirar, o estado da Bahia em 2010 a instituir o Programa Territórios de Identidade, objeto escolhido por este estudo, onde o conceito de território de identidade para o estado da Bahia é:

“Unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituída por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, conforme disposto no Plano Plurianual do Estado da Bahia”. (Lei Estadual 13.214 de 29/12/2014).

Por tanto a política de desenvolvimento territorial da Bahia postula que a escala territorial é mais adequada para formulação/execução de políticas públicas específicas; e sua implementação dá prioridade à participação social e criando um sistema estadual de desenvolvimento territorial para permitir que as organizações da AF atinjam os programas e políticas de apoio rural, como o Programa Bahia Produtiva (com financiamento pelo Banco Mundial). A atuação envolve grupos indígenas, ciganos, pescadores, marisqueiras, agricultores familiares e assentados da reforma agrária. A partir desse extrato social o CODETER da CdD se encontra no processo de rearticulação do colegiado, mobilização para uma maior participação dos membros do colegiado nas plenárias ordinárias que acontecem bimestralmente nos municípios, e construção de novas propostas. São importantes nessa interface social as parcerias locais que fortalecem a abordagem territorial do desenvolvimento: os agentes estatais da CAR, do SETAF, da SDR e da SEPLAN, a

integradora, a partir de todas aquelas dimensões; e ii) O binômio espaço-tempo, seja no seu caráter relacional, seja na sua historicidade e geograficidade. A combinação desses binômios, da dimensão simbólica ou cultural e da dimensão material, requer dos estudos sobre território uma perspectiva integradora e a interdisciplinaridade. Em outras palavras, a investigação adota “uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido (entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo- espaço)” (HAESBAERT, 1997, p. 42)

participação e colaboração das quatro instituições públicas de ensino superior e pesquisa no território (IFBA Campus Eunápolis e Campus Porto Seguro, UNEB e UFSB).

Em relação à trajetória da noção de território, surge como uma categoria administrativa vinculada aos processos de formação do Estado-nação (Habermas 1997; Haesbaert, 1997) em que o território se referia àquele espaço social e culturalmente ocupado que tinha que ser controlado e homogeneizado com base na construção de uma comunidade comum ou imaginária (Anderson, [1983] 1991). É através da incorporação das agências estatais (*Estatalidades*), quando se torna evidente o necessário esclarecimento conceitual com o qual as noções que apóiam políticas públicas de desenvolvimento com incidência geográfica nos obrigam a estabelecer uma distinção entre as noções de espaço e de território. De uma tradição mais arraigada em América Latina, a noção de território carrega uma dimensão que lhe dá conotações específicas, na medida em que aparece intimamente associada à idéia de pertencer (identidade / territorialidade), que pode ser definida como o sentimento de pertença ou identificação com um território em perspectiva individual ou coletiva e de transformação (idéia de projeto comum) que dá origem a um processo de recomposição permanente (des / territorialização) em seus elementos materiais e simbólicos.

Então Território como uma noção capaz de assumir uma entidade em diferentes escalas (Estado-nação, Província/Estado, Município, Região metropolitana, Região, Bairro, Território rural/identidade, aldeia indígena, assentamento da reforma agrária ou sem terra), cada uma das quais, avaliada como cenário de ação, como categoria prática e não apenas como uma categoria analítica, que parece sujeita aos processos de mudança derivados das estratégias de desenvolvimento, nos permite pensar em termos A trilogia de Bozzano (2000) (território real - pensado - possível) e suas semelhanças na trilogia da soja (1996) relacionadas às experimentações do espaço: um espaço concreto e cartesiano, um espaço imaginado e um espaço vivido. O território possível em Bozzano (2000) é o território do planejamento, mas também alude às intenções pessoais e coletivas e às possibilidades de imaginar um futuro e trabalhar para esse futuro a partir do presente. Nesse último sentido, o território possível também é um espaço vivido. Esses significados de território serão analisados em maior profundidade no próximo capítulo.

Em relação à DTR no Brasil, um olhar crítico foi o de Favareto que se dirigiu mais à implementação de políticas públicas com enfoque territorial do que ao paradigma em si. O autor aponta para o caráter fragmentado dos programas e também às vezes ilusório dos discursos com relação aos meios e resultados. Para ele existe uma hibridação dos objetivos,

funções, dimensões e instrumentos, numa forma de incrementalismo; e uma passagem da abordagem setorial para a territorial nas instituições e políticas de desenvolvimento rural incompleta, como uma espécie de “inovação por adição” no vocabulário o adjetivo “territorial” no discurso e nas políticas públicas, nos de órgãos governamentais e de agentes sociais como organizações da AF e movimentos sociais, sem que haja, de fato, um correspondente em termos de mudança institucional (FAVARETO, 2010a). Para o autor os resultados deste período de implementação do enfoque territorial (1999-2016), apresentam avanços inegáveis, mas eles coexistem com toda uma ordem de bloqueios, caracterizando uma situação de transição de paradigmas.

Para ele, os avanços são a ampla disseminação de uma retórica territorial e a criação de novas estruturas de governança, mesmo que ainda não tenham logrado todos os resultados esperados. Também aponta que os bloqueios seriam: a) A persistência da fragmentação e do imediatismo, em oposição à esperada orientação estratégica e integrada de investimentos em torno de um projeto de futuro, capaz de levar à reestruturação produtiva dos territórios; e b) a persistência de um viés setorial no que diz respeito aos atores mobilizados, em oposição à esperada diversificação de interesses e forças sociais representativos da dinâmica do território, e não somente de seu setor primário. Para Favareto um dos principais problemas é que:

“[...] O Brasil rural não tem uma estratégia de desenvolvimento. No final dos anos noventa o NEAD publicou um volume organizado por José Eli da Veiga que trazia como título “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento” (VEIGA et. al., 1998). Quinze anos depois, a afirmação continua válida [...]” (FAVARETO et. al., 2015).

Favareto acredita que operar uma transição para o desenvolvimento rural no Brasil implica em nos desapegarmos da agenda pública do desenvolvimento rural que, no contexto político brasileiro em que ele escreve, orbita entre uma agenda liberal, que prega a volta aos anos 90 e a agenda progressista que conclama a volta aos anos 2000. Assim, embora as políticas tenham se aproximado dos requisitos trazidos com a retórica do desenvolvimento territorial, seus efeitos ainda estão longe de representar um aporte sólido para que as regiões rurais consigam vislumbrar projetos estratégicos de longo prazo, capazes de melhorar suas formas de inserção externa e de organização local. Segundo o autor para completar uma transição na próxima década seria preciso promover mudanças institucionais: uma Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável, uma Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; uma reformar profunda dos órgãos de assistência técnica, os serviços e as formas de incentivo para o DTR sustentável. Além disso, para o autor, há a necessidade de um pacto

pela paridade entre as regiões rurais e urbanas no Brasil. Para ele, tais propostas seriam exemplos (mas não receitas) de possibilidades de avanço na transição real de paradigmas nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil, para superar a dicotomia entre redução da pobreza e dinamização econômica, para as quais as obras de infraestrutura e incremento de políticas sociais focalizadas seriam condições básicas, embora não suficientes para a promoção do desenvolvimento territorial. (FAVARETO, 2010b).

Outro autor importante é SABOURIN et. al. (2016) que tem como hipóteses a existência e difusão de um modelo latino-americano específico de políticas de DTR. Mas sua aplicação se dá através de um mecanismo de hibridação em cada país, dependendo tanto das referências teórico-metodológicas como das modalidades de difusão regional e de implementação nacional das políticas de DTR. Para o autor, o fato das políticas de desenvolvimento territorial na América Latina oferecerem um bom exemplo de mecanismos de hibridação, revela como estes constituem, simultânea e paradoxalmente, a atração de seu caráter inovador e a fragilidade dessas políticas. Entre as fragilidades, identificam primeiramente que a aplicação pura e simples da retórica do DTR, mudando o discurso dos programas e mudando apenas marginalmente suas modalidades de ação. Além disso, o autor nos alerta contra o excesso de ênfase da desagriculturalização observada em diversos programas de DTR, já que a agricultura continua sendo a atividade essencial da maioria dos territórios rurais de América Latina (IICA 2013). Em terceiro lugar, aponta que existe um excesso na diversidade de temas (desenvolvimento rural, sustentabilidade, redução da pobreza, etc.) e enfoques (descentralização, arrumação do território, desconcentração do estado, participação da sociedade civil, etc.) adotados pelos programas. Ressalta que mesmo que exista um potencial e valores na identidade territorial o “culto do território”, levaria a enfoques demasiado endógenos que negligenciam as interações entre territórios vizinhos ou o ambiente externo. Por último, apontam na existência de uma dualidade no enfoque territorial que apresentam uma oposição entre um enfoque de desenvolvimento endógeno (valorizar realmente os atributos territoriais) e o enfoque das cadeias produtivas (aproximar produtores, mercados de consumidores e agroindústria).

Pode-se dizer, assim, que nos últimos anos, o paradigma predominante das propostas de políticas tem sido o DTR, que é proposto como uma alternativa que supera a visão tradicional setorial-produtiva das atividades agropecuárias a partir de uma abordagem apoiada no alargamento da abrangência espacial, ocupacional e setorial no rural. A abordagem leva em consideração as novas condições da ruralidade, a multidimensionalidade dos territórios e a

interação entre os atores sociais. Apesar das críticas, o DTR perpassou os programas e planos, e até mesmo as propostas institucionais que realizam ações voltadas à agricultura familiar, tanto no referencial hierárquico na agenda política (pelo menos a partir de seu status institucional e discursivo). Por outro lado, não devemos perder de vista que as abordagens de desenvolvimento rural não podem estar divorciadas da forma como as políticas de desenvolvimento socioeconômico são realizadas em geral. Assim como "o setor agrário só pode ser estudado em relação à economia nacional e isso em relação à sociedade como um todo" (MARGIOTTA e BENENCIA, 2016), o desenvolvimento rural também deve ser entendido dentro do desenvolvimento global de uma nação e da região. E segundo Ortega (2008) destaca que ao realizarem projetos pactuados territorialmente: os agentes não deixem de considerar o ambiente macroeconômico, os papéis do espaço e das políticas nacionais, além da história local. Portanto, o uso do enfoque territorial requer um projeto coletivo, passa por um pacto territorial e, portanto, vai além dos projetos privados individuais. E também se destaca a importância da construção/busca de uma identidade territorial, que permite a coesão territorial e que se manifesta por meio de traços socioculturais, sociogeográficos, socioeconômicos e sociopolíticos. Nesse sentido, a identidade compreende o reconhecimento de valores, costumes, princípios, crenças, simbologias e formas de vida em um espaço (PERICO, 2009).

b) O sujeito social da Agricultura Familiar

Em termos político-institucionais, o desafio do desenvolvimento rural, no Brasil, inscreve-se dentro de uma lógica na qual Políticas Públicas atestam, institucionalmente, a dualidade do mundo rural. Tal dualidade se evidencia pela partilha, desigual, de terras entre a agricultura de cunho familiar e a agricultura patronal/empresarial capitalista. Tal dualidade se evidencia ainda mais através da coexistência, até o ano 2016, de dois Ministérios que se ocupam da questão agrária: de um lado, o MAPA – Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento, responsável pelas políticas públicas direcionadas ao chamado agronegócio, e, do outro, o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário (25 de novembro de 1999 - 12 de maio de 2016, hoje Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (SEAD)), que se ocupa das políticas de empoderamento da agricultura familiar e de implementação de modelos de reordenamento e de reforma agrária. No tempo das minhas observações não foi possível identificar esta disputa

no CODETER. Na fala de uno dos técnicos da SETAF fica explícito a causa pelo atual contexto do Brasil, “[...] você chegou numa época onde tudo o que era para a agricultura federal esta sendo desarticulado pelo governo federal atual, mas aqui na Bahia estamos resistindo [...]” (Entrevista membro da SETAF, 31/10/2019, Eunápolis, Bahia)

Foi na égide do MDA que os programas com enfoque territorial no Brasil surgiram, voltados especificamente para o combate à pobreza rural e a fome com o governo federal da presidência de Lula Da Silva desde o ano 2003. Mesmo que não se voltassem exclusivamente à agricultura familiar, beneficiaram sobremaneira a esta categoria social e política. Nos parágrafos seguintes, desenvolverei o conceito de AF como categoria ainda em construção, destacando suas virtudes e defeitos e uma comparação com o conceito de classe camponesa. A rigor, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar no Brasil era quase inexistente. Os termos usualmente utilizados pelo Estado para qualificar essa categoria eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda, embora o caráter de "familiar" já estivesse presente no o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 31/11/1964, Artº4) feito pela ditadura militar (1964-1984). Essa legislação legitimou o dualismo da formação agrária do Brasil mediante a classificação e segmentação dos estabelecimentos agropecuários em quatro categorias fundamentais: o latifúndio (que podiam ser por extensão ou por exploração), as empresas rurais, as propriedades familiares e os minifúndios. Talvez as últimas duas nomenclaturas tenham servido como um eufemismo para não usar o termo camponês, por sua carga política ideológica.

Como argumenta Carneiro (2019) a respeito da categoria rural, a categoria AF também pode ser qualificada como uma “categoria operacionalizada” (MORMONT, 1989), da mesma forma que Bourdieu (1993) entende por “categoria realizada” ao se referir ao uso da categoria família pelas agências governamentais. Em outros termos, trata-se do uso da categoria rural e AF para fins da administração pública, orientando ações e normatizações, como diria Bourdieu: “[...] os principais responsáveis pela construção de categorias oficiais segundo as quais essas sociedades estão estruturadas [...] é o Estado, que através de toda uma codificação acompanhada de efeitos econômicos e sociais bem reais [...]” (BOURDIEU, 1993, p 62).

Em decorrência das lutas do movimento sindical no Brasil, as múltiplas denominações foram cedendo espaço para a de AF, que deslocou também a própria identidade sindical em torno da noção de trabalhador rural. O debate sobre a noção de AF no Brasil de 1995 e até 2016 (fim do MDA) experimentou um processo de maior hierarquização político-institucional em um ambiente de importantes conquistas da sociedade brasileira potencializada pela

consolidação de um regime político democrático, em que a sociedade civil organizada passava a exercer papel fundamental na consolidação de novas categorias sociais. Assim, se na história do Brasil a pequena produção (familiar ou camponesa) que havia ficado relegada a um plano marginal só foi dinamizada através de políticas públicas específicas implementadas na década de 1990 conduzidas por órgãos vinculados ao MDA, em especial a SAF (Secretaria da Agricultura Familiar) e depois com o governo de Lula Da Silva pela SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial), passa a despertar também, a partir dessa mesma década, um interesse renovado na academia¹⁷.

Na América Latina, o conceito de agricultura camponesa, agricultura familiar e, até mesmo, agricultura familiar camponesa é freqüentemente usado de forma intercambiável. A fim de dar conta da heterogeneidade das populações rurais, várias tentativas de construir tipologias desse segmento de produtores proliferaram desde o final da década de 1970. É importante ter em mente que as tipologias no caso específico dos produtores rurais enquanto categorias operacionalizadas envolvem cortes mais ou menos arbitrários, no que é estritamente um continuum que varia de unidades familiares rurais dedicadas exclusivamente à produção agrícola da qual derivam a totalidade de sua renda, até aqueles em que tem emprego em atividades agrícolas e não agrícolas além sua produção agrícola. Do ponto de vista de sua função, as tipologias como instrumento para o desenho de políticas diferenciadas devem ser consistentes com a capacidade de implementar políticas destinadas a influenciar o comportamento dos agricultores familiares. Sem prejuízo do acima exposto, o termo camponês pode manter sua validade para se referir a certas identidades étnicas, culturais (moralidades e religiosidade camponesa) ou pertencentes a certas comunidades ou movimentos sociais.

Normalmente, a definição de agricultor tem uma relação específica com a terra, o papel da família e da comunidade como estruturas básicas de interação social, uma estrutura ocupacional particular, influências particulares do passado e uma estrutura social específica (SHANIN, 1973, p. 240). Para a teoria marxista ortodoxa, o camponês como classe social foi e é uma classe desconfortável em muitos aspectos e difícil de classificar em relação às classes

¹⁷O livro de publicado no ano 1991 por José Eli da Veiga, O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica; o livro de Ricardo Abramovay, Paradigmas do capitalismo agrário em questão, lançado em 1992 e os dois volumes da comparação internacional da agricultura familiar organizada por Hugues Lamarche (1993,1998), da qual participaram quatro equipes de pesquisa, uma delas composta pelos pesquisadores brasileiros Nazareth Wanderley, Fernando Lourenço, Anita Brumer, Ghislaine Duque; são os três livros que formaram uma espécie de literatura obrigatória no âmbito dos estudos rurais e serviram para afirmar a relevância da noção de agricultura familiar para o vocabulário acadêmico brasileiro.

fundamentais do capitalismo. A discussão sobre a questão agrária e, em particular, a questão camponesa na teoria marxista oscila entre o rigor de sua teoria com respeito ao modo de produção capitalista e a necessidade de ter um aliado, demograficamente importante, para os processos revolucionários. Aliado da classe trabalhadora, esse, paradoxal.

Na visão marxista ortodoxa, o camponês não pôde resistir ao ataque capitalista, abrindo mão do lucro e renda, contentando-se com um salário auto-atribuído de fome (Antonio Candido (1964) propõe a equação entre mínimo social e mínimo vital) com base em um forte nível de auto-exploração da sua força de trabalho. O resultado da concentração capitalista na indústria e na agricultura onde o avanço das relações sociais da produção capitalista implica a expropriação dos camponeses, pressupõe a concentração e centralização do capital e da terra, além da proletarização do campesinato. Nesta visão ortodoxa, só quando os camponeses se empobrecerem, se proletarizarem assumiriam uma posição revolucionária, pois em essência são fundamentalmente conservadores e até mesmo reacionários. Isso porque embora estruturalmente tendam a desaparecer, mantêm um sentimento de propriedade privada individual, que os afastaria das posições do proletariado.

Essa visão do marxismo foi contrastada pelo economista agrário russo Alexander V. Chayanov¹⁸ e também pelas pesquisas respeito outras dimensões que caracterizam o campesinato, notadamente sua diversidade cultural, a origem étnica e outras dimensões não econômicas, que na verdade são os traços mais marcantes da identidade deste grupo social em sua resistência, sua luta por autonomia e por sua persistência na sociedade capitalista. Como propõe Almeida ([1998] 2007), tudo que podia ser dito talvez já tenha sido dito no campo acadêmico: Camponeses-(cultura, sociedade parcial, estrutura, economia, classe, como modos de produção, ecologia); camponeses separados (marginais) ou articulados ao capitalismo; camponeses-passado, camponeses-futuro; camponeses-movimentos sociais, camponeses-revolucionários-reforma agrária; camponeses-moralistas; camponeses-agentes racionais; até mesmo a morte do campesinato (MENDRAS, 1984).

No contexto atual está cada vez mais evidente que ao se falar em agricultura familiar, não se está referindo ao campesinato tal como este era concebido nas visões marxista ortodoxa ou nas visões das décadas de 1960 e 1970. Os camponeses eram considerados os pobres rurais, pouco eficientes do ponto de vista econômico e ameaçados de desaparecimento pelo capitalismo urbano industrial sem contar que em alguns países eram considerados

¹⁸Para aprofundar ainda mais neste debate sobre a questão camponesa no marxismo: Campesinos, utopia y planificación (CHIRIBOGA VEGA, 1988) e Sobre a evolução do conceito de campesinato (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005)

perigosos e incômodos por seus alinhamentos políticos e ideológicos¹⁹ em sua luta pela terra (MOURA, 1986). Segundo Queiroz (1973) o que sempre existiu foi um campesinato ocupando na sociedade global uma posição de inferioridade sócio econômica, sendo impróprio de falar de “sociedades camponesas”.

No entanto, a agricultura familiar não é nem estritamente camponesa e tão pouco essencialmente capitalista e/ou mercantilizada. O tipo social médio de agricultor familiar constitui-se de uma família que trabalha em atividades agrícolas sob um pedaço de terra, em geral não muito grande, e nem sempre de sua propriedade legal. Este regime de trabalho em economia familiar gera uma produção agroalimentar que é utilizada para o auto abastecimento/autoconsumo, mas também para a comercialização. Por serem famílias que vivem e trabalham com menos terra que desejariam, parte da força de trabalho excedente é utilizada para o exercício de atividades não-agrícolas, na região ou fora dela, fazendo com que estas famílias tenham ingressos não-agrícolas. Não estamos falando, portanto, nem de economias fechadas nem completamente autárquicas, mas também não inteiramente inseridas e dependentes dos mercados das economias capitalistas para alcançar sua reprodução social (SCHNEIDER, 2010; PLOEG, 2008)

Em 2003, a categoria agricultura familiar foi instalada regionalmente quando a Coordenadora de Organizações Familiares de Produção do MERCOSUL solicitou na cúpula de presidentes a criação de um grupo *ad hoc* para propor uma agenda política diferenciada para a agricultura familiar (MANZANAL e GONZALEZ, 2010). Um ano depois, foi criado o Encontro Especializado de Agricultura Familiar (REAF) do MERCOSUL. Mais tarde, o debate alcançou uma escala global, quando a FAO declarou 2014 como o "Ano Internacional da Agricultura Familiar". Como já analisamos, a agricultura familiar é considerada uma categoria híbrida, no sentido de que forma um contínuo, numa escala dentro da estrutura social agrária, entre assalariados rurais e capitalistas agrários, sem ser nem um nem o outro (BALSA y LÓPEZ CASTRO, 2011). A categoria refere-se, em termos gerais, aos agricultores familiares diretos, que os realizam e / ou suas famílias, ao trabalho manual na produção e administração da roça (AZCUYAMEGHINO, 2012) e como um espaço onde se combina a unidade. Oscilar entre compreendê-los como um "tipo de produção", um "modo de vida" e uma questão cultural.

É interessante destacar aqui como a principal variável definidora da AF a organização social do trabalho, ancorada nos laços de parentesco e não nas relações salariais. As principais

¹⁹No caso do Brasil o Documentário, filmado em 1961 - "Brazil - The troubledland" (1964)

variáveis são (i) a presença e importância do trabalho familiar dentro da unidade produtiva; (ii) a capacidade produtiva das propriedades; e (iii) estratégias de reprodução familiar. Depois, há dois aspectos na caracterização do AF: (a) aqueles que postulam a ausência total de trabalho assalariado permanente e (b) aqueles que consideram a possibilidade de um contrato de trabalho assalariado, desde que o trabalho familiar seja maioria em relação ao total na roça (50% ou mais) (TSAKOUMAGKOS, 2013). A definição adotada não é neutra em relação à construção de políticas públicas para o setor (SOVERNA, TSAKOUMAGKOS e PAZ, 2008). Se for adotada uma visão dual que divida a estrutura agrária entre camponeses e agronegócios, a heterogeneidade das unidades familiares será perdida de vista. Em contrapartida, se adota uma perspectiva demasiadamente ampla em função do tipo de sujeitos sociais que ela engloba, em termos do desenho de Políticas Públicas, abre-se a possibilidade de dar um peso equivalente a estratos com níveis muito diferentes de necessidades de atenção do Estado.

No Brasil segundo Sergio Schneider e Paulo André Niederle (2008) o foco deve ser colocado na questão da diversidade e heterogeneidade das formas familiares de produção e trabalho, tentando mostrar as diferentes maneiras de abordá-las. O estudo mostra que as denominações locais e regionais como colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho entre outras estão na base do que hoje é chamado de agricultura familiar, que aparece como uma categoria política e, por exemplo, operacionalizada com a lei da agricultura familiar 11326/06 ou o PRONAF com a intenção de sintetizar a diversidade social existente no meio rural brasileiro. Em conclusão, os autores argumentam que os agricultores familiares podem ser distinguidos dos camponeses, mesmo que ambos pertençam ao mesmo grupo social e tenham elementos comuns de identidade. Para elaborar essa distinção, a variável fundamental analisada é a da mercantilização, que mostra que o maior envolvimento dos agricultores familiares nos mercados os torna, ao mesmo tempo, mais integrados e mais dependentes.

Para Schneider e Abel Cassol (2013) em termos didáticos pode-se dividir o período de 1990 até o presente da história recente do Brasil em três fases no que concerne ao debate político e intelectual sobre a agricultura familiar. A primeira fase refere-se ao (re)descobrimto da agricultura familiar (1990 até 1995) marcado pela afirmação política (no âmbito do movimento social e sindical) e acadêmica da categoria agricultura familiar. A segunda fase da agricultura familiar consolida-se no campo político institucional tornando-se a categoria social que atrai a maior parte dos programas e políticas de desenvolvimento rural (1996, com a criação do PRONAF, e estende-se até 2006, institucionalização da agricultura

familiar através da Lei 11.326 (24 de Julho de 2006), que Estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais). É uma terceira fase que compreende desde a divulgação do Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006 com os dados sobre a agricultura familiar (no ano 2009) até atualidade, na qual o debate opõe os que defendem o papel e o lugar da agricultura familiar numa estratégia de desenvolvimento rural *vis-a-vis* àqueles que sustentam que em face do padrão tecnológico exigido pela atividade agrícola moderna (também chamado de agronegócio), não haveria espaço para estas unidades se reproduzirem em condições sociais minimamente aceitáveis.

Portanto, para esses dois autores, haveria três grupos de análise. Dois alinhados com a AF (embora com posturas díspares) e outro alinhado ao agronegócio. Um primeiro grupo articula-se em torno da própria noção ou termo agricultura familiar e suas interfaces com novos temas, tais como a contribuição da agricultura para segurança e soberania alimentar, a produção mais sustentável e assentada em um padrão técnico menos dependente de insumos químicos, entre outros argumentos (GAZOLA, 2004; SCHNEIDER; 2010). O segundo grupo também se alinha com o anterior, mas basicamente na crítica ao agronegócio e ao modelo agrícola hegemônico. Para se diferenciar do primeiro os movimentos sociais²⁰ e acadêmicos²¹ recorrem ao termo camponês e campesinato como referência à sua identidade (campesinidade) e com isto acaba inclusive propondo o abandono ou a substituição da noção de agricultura familiar como uma estratégia política de enfrentamento ao agronegócio. O terceiro grupo se distingue dos anteriores por adotar a expressão agronegócio com maior preferência ou mesmo por propor uma nova terminologia como padrão de desenvolvimento a ser priorizado pelo Brasil (NAVARRO e PEDROSO, 2011; BUAINAIN, et al. 2013).

Atualmente, no já mencionado cenário de regressão de políticas públicas para a agricultura familiar, os argumentos que defendem a necessidade e a pertinência de se caracterizar os agricultores familiares como camponeses ou a agricultura familiar camponesa como estratégia de política identitária que contribui para reafirmar sua legitimidade social e simbólica, tornando necessário que os estudiosos e analistas sejam capazes de distinguir entre o que é propriamente uma construção política com sentido ideológico daquilo que é um sinal da existência de uma nova categoria na estratificação social do meio rural brasileiro, com base

²⁰Via Campesina internacional e do Movimento dos Trabalhadores Sem terra (MST) no Brasil

²¹, Intelectuais e acadêmicos como: WANDERLEY, 1999; 2003; 2009; CARVALHO, 2005; SABOURIN, 2009; FERNANDES, 2011; FERNANDES et.al., 2009.

em sua diversidade de formas familiares de trabalho e produção presentes no meio rural brasileiro nos dias atuais (ALMEIDA, ([1998] 2007).

A rigor, tanto em termos históricos como analíticos, é difícil distinguir camponeses de agricultores familiares. Existem vários elementos comuns a essas duas formas sociais e, não raro, na literatura especializada, aparecem posições que sustentam que não há diferenças substantivas entre ambas. Nesse sentido, as polarizações a que se tem assistido no Brasil no período recente são menos de natureza conceitual e analítica do que de fundo político. O que há de comum entre elas é que trabalho, produção e família formam um conjunto que opera de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e gerenciando processos biológicos através dos quais buscam criar condições materiais que visam garantir sua reprodução enquanto um grupo social. Isso significa que a organização social e econômica, o processo de trabalho e de produção, as relações com os mercados e as formas de transmissão patrimonial são fortemente influenciadas por relações de consangüinidade e parentesco que são tributárias tanto do modo como as famílias gerenciam os seus recursos materiais como dos valores culturais e simbólicos que definem sua identidade. De modo geral, os estudiosos da agricultura e do mundo rural acabam optando por determinados enfoques teóricos, alguns enfatizando os aspectos econômicos, relacionados ao modo como as unidades familiares lidam com os fatores de produção, terra, trabalho e capital, mas tem quem colocam em plano secundário as questões econômicas e materiais e ressaltam a análise dos aspectos culturais, políticos e identitários que caracterizam os grupos e os indivíduos organizados em unidades familiares. Nessa abordagem, a esfera produtiva é analisada como o resultado material que decorre do modo como um determinado coletivo social se organiza para viver e reproduzir aspectos de sua cultura e de sua identidade

As distintos grupos sociais espalhadas pelo Brasil formados pelas diversas categorias (camponeses, ou designados pelas comuns terminologias como colonos, sitiantes, caipiras, posseiros, moradores e ribeirinhos)²² de populações do espaço rural podem ser denominados de agricultores familiares em termos empíricos e do senso comum. Neste debate teórico de AF e campesinato são um conceito em disputa. Portanto AF não seria exatamente um conceito pois falta uma base teórica mas apenas uma noção em disputa tanto pelas políticas públicas como pelos atores. Não obstante, ainda que pertençam a um mesmo grupo social de população rural, para efeito de sua compreensão teórica e conceitual é preciso distinguir

²²Cada uma das categorias referidas configura uma determinada formação social que pode ser caracterizada como um modo de vida (ideia originalmente desenvolvida por Antônio Candido (1964), em seu estudo sobre os caipiras paulistas).

camponeses e agricultores familiares mais capitalizados ou consolidados; e mostrar que suas características, seu modo de existência e sua forma de reprodução obedecem a características socioculturais e a uma racionalidade econômica que não são análogas. Embora mantenham semelhanças entre si, como a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na execução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção dos vínculos sociais assentadas em relações de parentesco, religiosidade entre outras; o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos camponeses assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho no capitalismo, ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba. Fazendo esta distinção na análise quando a categoria AF como categoria analítica nesta pesquisa e como categoria política quando é usada pelos atores sociais e as políticas públicas.

A discussão teórica sobre a Agricultura Familiar situa-se no debate mais amplo sobre a persistência das formas familiares de trabalho e de produção no interior do capitalismo. A dinâmica socioeconômica dessas formas sociais no meio rural configura-se como uma projeção particular do conjunto das relações de produção e trabalho que existem e se reproduzem nos marcos de uma sociedade em que imperam relações sociais de caráter capitalista. O modo pelo qual a forma familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir feições heterogêneas e até mesmo muito particulares. Em alguns casos históricos, as formas sociais identificadas com o trabalho familiar acabaram sucumbindo, em outras foram absorvidas pelo próprio capitalismo. Entretanto, em muitas situações, a presença do trabalho familiar em unidades produtivas agrícolas pôde desenvolver relações estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes, como é o caso, só para dar um exemplo, da integração dos agricultores familiares às empresas agroindustriais que operam no regime de integração. Isso permite afirmar que, em várias situações e contextos, as unidades familiares podem subsistir com uma relativa autonomia em relação ao capital e se reproduzir nessas condições. A mercantilização e autonomia se apresentam como noções-chave para compreender como o processo de complexificação da divisão social do trabalho ocorre pela ampliação das relações de troca em uma sociedade crescentemente organizada sob o domínio da produção de bens para intercâmbio mercantil e desta maneira estabelecer uma distinção entre os agricultores familiares de camponeses além do significado político mesmo

que a moralidade camponesa persista. Como argumenta Ploeg (2006), “[...]a agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer a agricultura[...]. E como ele aponta “[...] o surgimento do modo empresarial de produção agropecuária não fez desaparecer o modo camponês de produção [...]”. Pelo contrário para o autor existem novos e relevantes processos de *recampesinização*, às vezes de natureza qualitativa, às vezes quantitativa. Portanto existem três diferentes mas interligados modos de produção com interfaces que são complexas, às vezes confusas, entre as diferentes mas interligados modos de produção. Estes interligados modos de produção estão presentes no Vale Verde e foram analisados no capítulo três desta dissertação.

Por último, Medeiros (2010) aponta ao “[...] consenso em torno da importância do que passou a se chamar AF, também há uma disputa por sua representação política e uma disputa política sobre quem é o AF, envolvendo concepções distintas de alianças possíveis e diversidade de projetos [...]”. Se agricultura familiar corresponde a certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais, uma terceira abordagem que assume uma dimensão diretamente político-ideológica. Trata-se da construção de novas facetas de uma identidade social que pretende representar uma posição crítica em relação ao modelo dominante de agricultura moderna além da própria pertinência da noção “agricultura familiar” para dar conta da diversidade de categorias sociais que habitam o meio rural brasileiro como reflexo de sua heterogeneidade e diversidade territorial (WANDERLEY, 2003).

CAPÍTULO II – A MULTIATORIALIDADE NO CODETER DO TI - COSTA DO DESCOBRIMENTO

2.1 Invertendo a perspectiva: o olhar dos atores sobre o CODETER TI-CdD e os encontros que ocorrem na interface

“[...] Os CODETER na Bahia, desde minha leitura da institucionalidade estatal da política de desenvolvimento territorial são coletivos políticos que representam a diversidade social, política e cultural do Territórios de Identidade, e configuram as estruturas centrais do sistema estadual da política de desenvolvimento territorial. Legalmente e teoricamente devem ser compostos por representações civis e dos poderes públicos de cada. Também os CODETER constituem, no arcabouço jurídico, o corpo representativo dos interesses da diversidade dos territórios e atuam para fomentar, articular, conquistar e defender políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento sustentável do território. No caso aqui da Costa Do Descobrimento é compostos por representantes dos seguimentos sociais muito diversos, assim como dos poderes públicos municipais, estadual e federal que estão presentes no território, temos 71 membros homologadas já. Eu acho que as premissas da diversidade e da representatividade são condição para o reconhecimento legal e é um ato coerente com os conceitos oficiais de território de identidade e indica uma coerência interna no arcabouço legal para a afirmação de um modelo novo de democracia participativa. Nos desde a SEPLAN temos a função de coordenar e encaminhar as outras secretarias do estado as propostas que surjam no CODETER além de implementação de ações para promover suporte técnico e administrativo aos CODETER, bem como disponibilização de espaço físico e apoio logístico aos técnicos da SEPLAN e ao CODETER, através do SETAF/SDR por exemplo se disponibilizam recursos com o programa Bahia produtiva ou Bahia pesca, isso em parte conseguimos aqui na Costa Do Descobrimento mas a política territorial é um processo com avanços e desafios com certeza [...]”. (Entrevista a membro da SEPLAN, 18/10/2018, Porto Seguro Bahia)

Interpretações teóricas da intervenção planejada geralmente operam em um alto nível de abstração e tendem à reificação de cenários de políticas e às ações a serem "implementadas" por instituições e que serão "recebidas" por atores. A abordagem pela interface, ao contrário, visa explorar como várias formas de poder estatal e não estatal são constituídas e reconstituídas nas configurações e práticas da vida cotidiana. A abordagem também destaca os processos pelos quais os atores as manipulam e reinterpretam do escopo da política de DTR em suas lutas para promover seus próprios interesses e projetos.

A perspectiva do ator e dos estudos de interface procuram revelar concretamente a natureza das relações entre atores e organizações estaduais e locais. Pode-se identificar o quanto o campo da política existe no espaço social para iniciativas locais destinadas a alterar o padrão de distribuição de recursos ou a melhorar os benefícios recebidos pelos grupos locais, facilitando assim a compreensão do caráter e do significado de tipos específicos de intervenção da Política Pública TI na Bahia. Se interpretarmos “Capital Social” como acesso

aos recursos públicos na visão Bebbington (2003) isso os faz refletir sobre os detalhes das estratégias de vida dos atores e suas formas de acessar recursos, mercados e esferas nas quais as decisões públicas são tomadas. Ao mesmo tempo, o autor sugere que é importante não essencializar instituições como “o Estado” ou “o mercado” e que, ao contrário, seus formas e jeitos de funcionamento dependem muito das relações sociais nas quais os atores “incorporados”, onde eles operam junto a entidades estatais e mercados específicos; então com o apontado pelo autor, pode-se inferir que a política TI da Bahia trata-se de uma política de distribuição que tenta criar formas institucionais de repartição desses recursos estatais, através de novos canais de identificação e encaminhamento de demandas, participação social, em duplo sentido (de baixo para cima e de cima para baixo). Enquanto a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia é o órgão estadual encarregado de organizar e estimular tais mecanismos, as demandas são direcionadas para outros órgãos do Estado com o mandato específico para supri-los (i.e. Secretaria de educação, Transportes, Agricultura, etc.). Mas na visão dos atores da SEPLAN enumera cinco desafios: i) Maior internalização da abordagem Territorial pelas Secretarias de Estado, ii) Maior articulação de todas as peças do Sistema de Desenvolvimento Territorial, iii) Maior autonomia da sociedade civil organizada para abraçar a abordagem territorial, iv) Aumento no número e qualidade das ações de formação em territorialização e gestão social e v) Dificuldades na renovação da sistemática de financiamento da abordagem territorial e a perspectiva de dificuldade para a expansão das políticas de territoriais por conta do contexto político atual do Brasil.

Portanto, como argumenta Long (2007), são as situações de interface que articulam estruturas institucionais com domínios de atividade mais amplos, envolvendo duas situações que dificultam seu alcance e operacionalização: Na primeira, os fenômenos de interface são freqüentemente incorporam eventos críticos que unem várias atividades espacialmente distantes, institucionalmente complexas e culturalmente distintas. Isso se expressa na entrevista de um agricultor familiar ex- membro do CODETER época quando o território fazia parte do Extremo Sul:

“Eu já não participo do CODETER, tenho uma posição de maior responsabilidade em minha organização, mas quando participei havia muita briga. Mas o momento mais difícil foi o desmembramento com o Território Extremos sul. Tivemos que ir a Salvador porque havia pessoas da Costa das Baleias que não queriam o desmembramento. Até uma carta apareceu dizendo que o movimento social da Costa do Descobrimento não queria a divisão do território, mas isso era uma mentira, ninguém assinou a carta. Depois nós pudemos saber quem fizeram a carta. Mas a divisão do território se conseguiu e para gerar menos tensão, nossa proposta era que começássemos do zero. Tudo o que o território já tinha deixamos ficar lá no

Extremo Sul. Agora, acredito que o principal motivo da divisão foi que as reuniões sempre eram feitas em Teixeira”. (Entrevista Agricultor familiar V, 12/07/2019).

O entrevistado guarda na memória esses momentos como ocasiões de uma grande mobilização social em torno da divisão dos territórios suscitada pela própria política de desenvolvimento territorial. Então se na esfera das políticas públicas deu origem a essa categoria de território identidade como uma escala para o planejamento do desenvolvimento e, por outro, para a regulação e controle espacial. Assim, Território instalado como categoria de prática como o desenvolvimento territorial; com uma trajetória, há cerca de 20 anos, identificou-se um maior interesse nas ciências sociais por essa categoria analítica, mas também como uma categoria emergente de prática, uma categoria polissêmica a ser incorporada nos estudos. Essa “virada territorial” nas ciências sociais tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre os processos locais de apropriação e significado do espaço, como o da reprodução social e cultural, especialmente dos grupos subalternos (LOPEZ DE SOUZA, 2013; PORTO GOLCALVEZ, 2003). Brosius (1999) sugere a necessidade de observar os significados das topologias emergentes, como as criadas na contraposição global-local, pois imprimem elementos de julgamento e avaliação em construções discursivas que revelam os problemas em jogo. O mesmo autor propõe investigar como essas topologias fazem parte da configuração de certos tipos de sujeitos, como elas se inscrevem na produção do espaço (HARVEY, 1996) e como estabelecem as bases para intervenções que definem o espaço político e institucional na os atores são destacados e os códigos de manobra são estabelecidos.

A segunda observação implica em situações de interface que oferecem um grande desafio para a análise, na medida em que precisam de uma compreensão sistemática de como elementos heterogêneos (sociais, ecológicos, econômicos, políticos, tecnológicos, culturais e éticos) se unem através de múltiplos jogos de interesses de diversos atores, modos de organização, práticas de gestão de recursos e racionalizações políticas. Com a instituição do novo TI, subdividido a partir do TI Extremo Sul, o TI Costa do Descobrimento aproxima atores com interesses tão díspares quanto são suas experiências/racionalidades em negociações políticas como vereadores, diretores de clubes lojistas e associação de bairros, representantes de ONGs, professores universitários, lideranças indígenas e quilombolas, representantes de associações de produtores rurais e de assentados da reforma agrária (MST e MLT), cooperativas de agricultores familiares, sindicatos se encontram em uma situação de interface com representantes do governo do Estado em uma situação de ruptura: um novo território institucional precisa ser ocupado por estas representações e uma afinação dos

discursos necessita de um tempo de experiência além de incorporação dos *habitus* de participação social e a abordagem territorial.

Neste ponto, devemos nos perguntar se importa explorar quais são os capitais, principalmente, qual o capital simbólico em jogo no CODETER? Como o mundo é percebido, dividido, registrado pelos agentes envolvidos no CODETER? Como as estruturas cognitivas se ajustam às estruturas objetivas? Há que se precisar quais as coerções, quais as relações de dominação que estas exercem? Quais os interesses de perpetuação da dominação envolvidos? Quais os grupos de interesse? Quais os conflitos que se dão no interior deste espaço social?

Essas perguntas serão respondidas ao longo do capítulo, levando em consideração as significações atribuídas nesse espaço de participação social criado por a política pública TI com mais profundidade nos significados relacionais. Como argumenta Mueller (2002) uma política pública existe realmente através dos atores concretos que entram em relação: “[...] a Política Pública não pode ignorar, além de certos limites, a configuração das relações de força em um momento dado. A margem de manobra das Políticas Públicas fica então exatamente na interação entre o estado das relações sociais e as apresentações feitas por os atores [...]”.

2.2 Uma política inserido em uma história de longo prazo

Ao longo de mais de duas décadas, houve a ampliação do PRONAF-Infraestrutura (1997) para projetos de caráter intermunicipal como os primeiros componentes de uma política de desenvolvimento territorial. Essa estratégia foi fortemente ampliada a partir do início do Governo de Lula da Silva (2003), com a criação de uma secretaria específica (Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, 2004) que incorporou a linha do PRONAF dando lugar ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Já no governo Federal de Dilma Roussef implementaram-se os Territórios de Cidadania (2008) cujo programa principal foi o Plano Brasil Sem Miséria. Replicando-se pelas políticas territoriais dentro dos Estados, neste caso particular do estado da Bahia que instala o programa Territórios de Identidade em 2010; a experiência brasileira é tomada como um processo de aprendizagem institucional que também modifica o marco para a participação social na gestão das Políticas Públicas. Quando o foco se volta para o territorial, se passa a estimular e exigir a criação de Colegiados Territoriais.

Os atores institucionais têm uma visão claramente política da história das políticas de desenvolvimento territoriais em suas formas sucessivas. Para alguns, o lançamento do

PRONAT é interpretado como um momento dentro de uma estratégia inicial de posicionamento do MDA, em particular na sua relação como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A tensão entre os dois ministérios é considerada um elemento de importância para entender a história desse Programa. Mas, mesmo reconhecendo tais tensões, na história da política territorial do Estado da Bahia, na perspectiva dos atores institucionais o que prevalece é a noção da criação de uma nova *estatalidades* onde se constrói todo um sistema estatal de desenvolvimento territorial com foco na Agricultura Familiar, capaz de atender à gama variada de seus atores. Isso fica explícita na fala do funcionário público:

“A agricultura nordestina, o Ministério da Agricultura não atendia. No nível federal o MDA foi muito importante pra agricultura familiar, mas depois do impeachment da Dilma todas as políticas públicas para agricultura familiar começaram a ser desmanteladas. E no contexto atual não há perspectiva de melhoria, realmente é muito triste. Mas na Bahia nós temos a SETAF, a CAR, a SDR que ajudam ao agricultor familiar e nossa política territorial com a coordenação da SEPLAN e a participação social nos colegiados territoriais que deu progressos, mas é um processo” (Entrevista com funcionário público da SETAF Bahia, 31/10/2019)

Pode-se destacar três inovações introduzidas pelas políticas territoriais de caráter intermunicipal: primeiramente, o rural passou a ser apreendido como espaço, e não como setor agropecuário, conforme foi tratado pelas políticas agrárias tradicionais. Em segundo lugar, ao adotar um caráter intermunicipal e uma perspectiva espacial, o desenvolvimento de qualquer comunidade rural é vista como dependente dos laços que esta mantém com centros urbanos, particularmente com as cidades da própria região, superando a velha dicotomia rural–urbano em sua implementação. Embora estas duas inovações sejam apresentadas pelo menos retoricamente, na sua operacionalização não chega a romper com o foco setorial das Políticas Públicas. Mas não é nesse campo retórico que sua principal fraqueza se situa. Esta consiste no fato da abordagem territorial do desenvolvimento conceber a contribuição da AF para além do setor agropecuário, mas encontrar dificuldades de operacionalização associadas à premência de um foco setorial e produtivista hegemônico, tanto no ambiente externo à DTR como na mentalidade de alguns agentes que dela participam. Isso é refletido na visão e na prática dos atores, onde se dá prioridade a um determinado plano de ação territorial como o do Banco do Nordeste que se dá com foco exclusivo na apicultura; ou com o objetivo de em quatro anos duplicar a produtividade da mandioca. Também, pelo fato de mesmo que se tenha identificado 23 cadeias produtivas presentes no território, ainda não se tenha conseguido fechar algumas delas dentro do limite do território. Percebe-se, então, que se acabam por reforçar atividades tradicionais com foco no crescimento da produção agropecuária, e muitos

projetos continuam apresentando poucas inovações. Nesse caso, o limite de uma abordagem territorial que tem uma institucionalidade colegiada como o CODETER consiste na dificuldade de incorporar um referencial de desenvolvimento territorial que efetivamente confira um novo significado ao rural e aos atores que o habitam, que de lugar de produção transforma-se em espaço de vida (WANDERLEY, 2009).

Por último, outra inovação foi à elaboração de projetos intermunicipais como, por exemplo, foi a elaboração do PTDSS. Na visão de alguns agricultores familiares esse processo foi percebido como "uma dor de cabeça" deixando claro como essa elaboração levou muito tempo e muitos debates, mas todos valorizam o resultado que é reinterpretado como uma ferramenta de luta: “o PTDSS que a gente conseguiu fazer depois deu tanta dor de cabeça, muito debate, de muita briga é pra nós uma ferramenta de luta, é uma ferramenta para exigir a chapa branca (governo) e puxar a orelha deles para que cumpram a execução do plano” (Entrevista membro do CODETER, agricultura familiar, 10/09/2019.).

A respeito da análise da composição do colegiado, vê-se representação efetiva da agricultura familiar em sua heterogeneidade são 29 associações e 2 cooperativas agroindustriais, onde as atividades agrícolas mais representativas no território são: o café, o cacau, a radiocultura, a piscicultura e a apicultura. Porém, sem uma ampliação dos interesses e dos agentes envolvidos o alcance é restringido a um único setor onde seria preciso ainda criar formas e mecanismos para envolver tanto os segmentos mais precarizados dessa forma social de produção como aqueles mais capitalizados que se encontram inseridos em os mercados. A presença das organizações de representação da agricultura familiar assentada da reforma agrária, principalmente os “Sem terra” tanto por conta do MST e o MLT é muito forte. O papel da mulher também é muito proeminente, muitos deles líderes locais de seus movimentos que têm uma forte participação no núcleo diretivo do CODETER.. Isso certamente se deve ao aprendizado que a experiência na luta política promoveu, que lhes confere a capacidade discursiva, uma racionalidade específica de confrontação e negociação, a familiaridade com atividades e práticas coletivas, que falta ao campesinato tradicional típico. As famílias camponesas tem sido caracterizadas, desde do XVII Brumário de Marx ([1851 - 1852] 2006) até os estudos da campesinidade, por manter a individualidade de seus projetos familiares, mesmo operando através do valor família (WOORTMAN, 1990). A experiência adquirida no movimento social confere, no cenário do CODETER da Costa do Descobrimento, uma maior visibilidade dos agricultores familiares e trabalhadores rurais “sem terra” do que é o caso específico dos indígenas e quilombolas, também envolvidos em

lutas sociais pelos seus territórios ancestrais. Mas sua representação também é muito maior do que aquela dos AF individuais tradicionais, mesmo reunidos em associações como os observados no Vale Verde, que veremos mais adiante. Assim, apresento uma segunda ressalva negativa no que diz respeito à ausência de organizações de jovens agricultores ou da participação individual de agricultores com essas características nos CODETER.

Também, o CODETER ainda não conseguiu envolver as forças sociais com mais poder do território que apresentou uma resposta francamente negativa. O número de organizações representativas do setor patronal ou de outros setores da economia para além do agro só no setor da AF, como o comércio, o turismo, o setor da hoteleira e da gastronomia é absolutamente inexpressivo²³. Com a tendência histórica de declínio da renda agrícola e da demanda por mão de obra na agricultura, o futuro das regiões rurais passa necessariamente pela diversificação de seu tecido social e sua vinculação com os outros setores da economia dentro do território.

Pode-se dizer, portanto, que a Política de Desenvolvimento Territorial pelos Colegiados de Territórios de Identidade apresentou as seguintes mudanças em relação ao período anterior das políticas para o desenvolvimento rural na Bahia:

- a) A escala das ações passou do âmbito municipal para o intermunicipal, ainda que muitas vezes a lógica dos investimentos e dos projetos permaneça municipalizada;
- b) Houve um maior envolvimento das organizações da sociedade civil na política pública.

Porém, verifiquei que a dimensão da intersetorialidade contida na abordagem territorial do desenvolvimento, praticamente inexistente no CODETER da CdD. As entrevistas também revelaram que quando se trata de saber se os colegiados teriam uma agenda mais ampla do que a mera gestão do programa, novamente aqui a resposta não foi tão positiva. O estudo revelou que o Território de Identidade CdD, no que se refere a uma de sua dimensão central, ainda não consegue envolver em profundidade e articular o conjunto das administrações públicas federal, estadual e municipal na oferta e na gestão articulada das políticas públicas para o território.

²³No ano 2018 na UFSB aconteceu o 2º Simpósio de Ruralidades Contemporâneas em Rede organizado pelo o grupo de pesquisa DITERC – Dinâmicas Territoriais, Étnicas, Cidades e Ruralidades Contemporâneas, e coordenado pela professora May Waddington. Ela convidou estes setores a participar, mas não conseguiu a assistência de eles ao evento.

No entanto, o grande mérito do CODETER está no aprofundamento das possibilidades de controle social das políticas de desenvolvimento rural, consolidando o protagonismo dos atores locais na formulação das demandas e na gestão local do desenvolvimento. Além disso, promove a disseminação da retórica correspondente à abordagem territorial do desenvolvimento rural e uma arena para o aprendizado, por parte destes atores, no uso dessa linguagem e das condutas de negociação em ambientes colegiados.

2.3 Interpretações conflituosas dos membros do CODETER

Ao longo do processo de estudo, nas entrevistas efetuadas, os atores analisaram e avaliaram o desempenho do TI da CdD considerando: (a) sua organização interna e funcionamento; (b) os conflitos e as tensões que surgiram.

Estrutura e funcionamento do CODETER CdD segundo os atores locais

A respeito da análise da composição do colegiado, vê-se representação efetiva da agricultura familiar do território, em sua heterogeneidade. Das setenta e uma (71) organizações inscritas e homologadas no CODETER TI CdD a presença das organizações de representação da agricultura familiar se destaca. São associações de produtores agrícolas, pescadores e marisqueiras, assentamentos da reforma agrária e movimentos sociais como o MLT e o MST, assim como também cooperativas agroindustriais. Há também o envolvimento das organizações da sociedade civil por fora da agricultura familiar, com a presença de sindicatos, associações de catadores de lixo urbano, e instituições de ensino como o IFBA, UFSB e UNEB. Além disso, existe a presença de representantes do poder público do estado a nível estadual (CAR, SDR e a própria secretaria de Planejamento/SEPLAN) e municipal (principalmente através de alguns vereadores e secretarias de agricultura). Destaca-se a presença do Banco do Nordeste e seu programa de financiamento de desenvolvimento territorial.

O CODETER da CdD na sua estrutura tem como principal encontro de interface social as plenárias. Elas são feitas bimestralmente se alternando nos oito municípios do território. O núcleo diretivo é composto por 10 integrantes, eleitos por voto de organizações homologadas no colegiado. Em novembro 2019 a eleição do núcleo para o período 2020-2021 foi feita; nos depoimentos registrados nesse dia muitos membros do CODETER tem a lembrança de como

foi diferente a eleição há dois anos. Nessa memória: “A eleição passada foi horrível: muita briga teve que intervir até a polícia” (fala de membros do CODETER no dia da votação da chapa única, Eunápolis, 19/11/2019) e todos concordam que estão consolidando um processo de reconstrução do colegiado após muitas brigas que afastaram muitas pessoas. Da composição da chapa vencedora seis de dez membros são representantes de organizações da AF; dois outros membros eleitos tem uma vinculação direta com a AF sendo: o coordenador da SETAF do território e a professora da UFSB, May Waddington Telles Ribeiro. Os dois membros restantes são um pelo sindicato de agentes da saúde e um vereador da câmara do município de Guaratinga.

Outra instância de participação são as câmaras temáticas, mas nos últimos dois anos nos quais observei testemunhei um trabalho de construção árdua das mesmas que ainda não entraram em funcionamento efetivo. No ano 2016 eram 14 no total, no entanto na plenária de abril 2019 se decidiu reduzir e agrupar em sete essas câmaras temáticas. O debate foi intenso na escolha de quais câmaras temáticas se deveriam dar prioridade, assim como na escolha dos nomes a compô-las. No início foi proposta uma câmara temática para a Agricultura Familiar, porém, depois de intensos debates entre as organizações da AF, o MST, o MLT, as agências do estado e as prefeituras, foram consolidadas várias Câmaras sob o nome de em Agricultura, Pecuária, Reforma Agrária, Agroecologia e Certificação Orgânico. O foco na agroecologia e a reforma agrária foram propostas pelo o MLT e o MST, mas o poder publico da secretaria de agricultura do município de Porto Seguro incorporou a produção orgânica (a prefeitura, enquanto expressão local do poder público tem sua própria política de apoio à produção orgânica). Outra a tensão ocorreu com a incorporação da aqüicultura, pois implicaria em não se limitar apenas na agricultura familiar, já que os sentimentos dos pescadores tinham sensação de ficar por fora da câmara temática no CODETER. Essa amplitude do nome da câmara temática reflete as disputas dos diversos interesses de cada ator no CODETER e as lutas simbólicas no interior deste espaço social.

Outro órgão não conformado ainda são os Comitês Setoriais, que são importantes numa política com foco territorial que procura uma articulação intersetorial das cadeias produtivas. Na visão dos atores institucionais, o fato desses comitês não terem sido ainda criados é um sinal de que a política precisa fazer mais progressos: “é difícil reunir atores do mesmo setor e mais difícil se juntar com diferentes setores. Todos deveram entender que a política territorial não é só procurar o que me beneficia individualmente, é fazer para o

benefício do território e esse é um processo que leva tempo” (Entrevista membro CODETER, funcionário público, SETAF Bahia, 31/10/2019)

Além da inovação representada pela articulação das Políticas Públicas em nível Estadual, uma das principais novidades das políticas territoriais é o modo como buscam transferir aos territórios um papel ativo na gestão e no monitoramento das ações do Estado. Como vimos acima, a principal novidade reside na conformação do Colegiado Territorial, o qual se torna o principal responsável por delinear um plano de desenvolvimento para o território. O processo oitivas, ou “escutas-socias” desenvolvidas em grandes reuniões promovidas pelo NEDET²⁴ nos oito municípios que compõe o TI Costa do Descobrimento, elencaram as principais demandas de diferentes grupos e setores em cada município. Tratava-se de demandas objetivas, pontuais e muito variadas que iam desde estradas e ramais determinados à construção e hospitais, piscicultura, poços, etc. Ao longo das plenárias que se seguiram, avançou-se em um processo de seleção de prioridades e refinamento da classificação de tais demandas, até fazer a votação na escuta territorial para o PPA (2020-2023) e o monitoramento das ações já define um papel inovador ao Colegiado, o que sugere uma mudança importante na operacionalização da política de desenvolvimento territorial. A importância dessa estratégia aparentemente simples, que se repetiu em todos os 27 territórios de identidade do estado da Bahia, deve ser avaliada pela concretude das informações levantadas de forma objetiva, diferente de estudos abstratos ou programáticos.

Ainda que a estratégia de escuta e encaminhamento de demandas para as respectivas secretarias de governo ainda configurem em políticas distributivas, sendo ofertadas de cima para baixo, é um dos objetivos dessa Política Pública que os atores locais proponham novas Políticas Públicas. Porém isso ainda não foi alcançado. Uma de estas políticas de cima para baixo é o programa Bahia Produtiva, ele tem com objetivo e o compromisso do Governo da Bahia com a erradicação da pobreza, face aos atuais indicadores sociais e econômicos do Estado, que confirmam a existência de, aproximadamente, três milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza, sobretudo no meio rural²⁵.

O Bahia Produtiva tem como premissa básica a melhoria das condições de vida das famílias a serem contempladas, sendo imperiosa sua interlocução com a sociedade civil e os

²⁴ Um grupo de professores e acadêmicos ligado ao colegiado que recebeu financiamento e a proposta metodológica elaborada pela Secretaria de Planejamento -SEPLAN, Coordenação Estadual dos Territórios – CET e Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDETs da Bahia para executar seu trabalho ao longo no período de julho a dezembro de 2016

²⁵Relatório de Programas do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Bahia, mês de setembro de 2013.

entes institucionais das Políticas Públicas, conduzidas e operadas pelos Governos Estadual e Federal e ainda o acesso a financiamento externo, por meio da parceria com o Banco Mundial desde o ano 2012, que estabelece os seguintes termos: (i) o Estado da Bahia como Mutuário; (ii) a República Federativa do Brasil como Garantidor; (iii) o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) como Entidade Financiadora; (iv) o valor do empréstimo pelo equivalente até US\$ 150,000,000.00; e (v) contrapartida estadual no valor de no mínimo US\$ 110,000,000.00. O Governo Estadual procedeu à elaboração do Bahia Produtiva, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR.

No caso do TI – CdD, por exemplo, para o Edital de chamada pública nº 14/2019 se elegeram Subprojetos socioambientais para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Os Subprojetos visam à melhoria das condições de vida da população rural do Estado da Bahia, com foco na segurança alimentar e nutricional, na diversificação das fontes de renda e qualificação da gestão dos recursos naturais das famílias rurais residentes nos Territórios de Identidade a partir de sua importância para conservação de da biodiversidade e dos estuários. Como público beneficiário deste Edital são as Organizações Sociais e Produtivas da Agricultura Familiar (Associações, Cooperativas ou Colônia de Pescadores) e Organizações Sociais e Produtivas de comunidades tradicionais (marisqueiras, pescadores, ciganos, ribeirinhos, povos de terreiros, extrativistas, assentados da reforma agrária, fundo e fecho de pasto, quilombolas e indígenas, organizados em Associações, Cooperativas ou Colônia de Pescadores)²⁶. No caso do TI- CdD foram eleitas a Associação Das Marisqueiras De Belmonte (município Belmonte), a Associação dos Pescadores Indígenas Pataxós de Coroa Vermelha (município Santa Cruz Cabrália), Grupo de Ação Desenvolvimento Ativa Pesca Artesanal Sustentável (município Santa Cruz Cabrália), Instituto Pataxó de Etnoturismo (município Porto Seguro) e Instituto Sociocultural Brasil Chama África (município Porto Seguro). Na reunião de avaliação foi discutido por membros do CODETER da AF ante a falta de presença de algumas organizações se corresponde perder pontos de avaliação, estabelecendo uma disputa pelo capital simbólico de representação da AF. Ante o inquérito a resposta dos técnicos da CAR foi negativa a esta objeção.

Outro projeto com recursos para o TI-CdD foi “Desenvolvimento Territorial Solidário”. Na reunião do CODETER TI CdD do 17/04/2019 - Cidade Eunápolis; o Instituto

²⁶ Todas devem ser legalmente constituídas, com mais de um ano de funcionamento regular, conforme estabelecido na Lei Federal nº11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Mãe Terra, o CODETER, o CONDESC e os Municípios do território, divulgaram a relação dos 20 (vinte)²⁷ empreendimentos econômicos solidários a ser estruturados e fortalecidos pelo projeto, executado pelo Ministério do Trabalho da união – MTE, em colaboração com a Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE da Bahia), através da Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo (SESOL). A comissão de seleção buscou contemplar todos os municípios do território, bem como grupos sociais de agricultores familiares, apicultores, artesões catadores de lixo, pescadores, povos indígenas e organização de mulheres e cadeias produtivas variadas, objetivando garantir a diversidade de iniciativas solidárias a serem assistidas. A decisão levou em consideração o histórico, a relevância e os impactos sociais, políticos, econômicos e culturais dos empreendimentos inscritos, dentre outros aspectos.

Por último, outro ponto na análise da interface social criada com o CODETER é a relevância do adensamento das relações sociais e da confiança no vínculo entre os funcionários técnicos e os agricultores familiares na implementação da Política Pública. Isso implica que os técnicos sejam considerados mediadores; a categoria de mediador foi sugerida por Silverman (1967). Se na antropologia rural uma das linhas abordava o "campesinato" e a "comunidade rural" como uma sociedade tradicional parcialmente "isolada", "fechada" com relação à sociedade abrangente onde as relações no interior da comunidade eram estudadas (Wolf, 1980), os vínculos com o exterior podem ser concebidos através dos indivíduos que funcionam como mediadores. Eles seriam os que lidariam com os dois modelos culturais, entendendo os dois: Um dos esforços mais promissores para descrever essa interação são o conceito de "mediador", um indivíduo ou grupo que atua como um elo entre o sistema local e uma escala mais ampla (Silverman, 1967: 279). Por outro lado, Pessanha Neves (1987) enfatizou que esses mediadores podem se tornar os técnicos encarregados de operacionalizar a

²⁷Pelo município Belmonte: Associação Das Marisqueiras De Belmonte (AMBP), Associação Margaridas de Belmonte e Associação de pequenos produtores de Petrolândia. Pelo município de Eunápolis: a Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis de Eunápolis (COONÁPOLIS) e Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Baixa Verde (ASCOMBAVE). Pelo município de Guaratinga: Associação de Apicultores e Meio Ambiente (ASAPMAG) e Associação Cultural e Artística; Pelo município de Itabela: Associação Apícola de Itabela (APISBELA). Pelo município de Itagimirim: a Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais da Zona do Córrego da Prata e Associação dos Pequenos Produtores Rurais da União Baiana. Pelo município de Itapebi: Associação Comunitária Agropecuária Cosme e Damião, Associação das Mulheres de Itapebi – As Margaridas, Associação dos Pescadores Artesanais da região do Baixo Jequitinhonha (ASBAPE); Associação. Pelo município de Santa Cruz Cabrália: Associação dos Agricultores Indígenas Pataxó de Coroa Vermelha (AGIP - COVER) e Associação dos Produtores Rurais do Projeto Maravilha II. Pelo município de Porto Seguro: Associação Pataxó Aldeia Juerana, Grupo de mulheres da Rede Povos da Mata, Cooperativa de Costura e Artesanato de Porto Seguro (COOPCIARTE), Associação Pataxó Aldeia Pé do Monte, Associação de Mulheres Produtoras Rurais agroecológica (AMPRA).

proposta de política de mudança no nível local, uma vez que, se conhecerem os dois códigos, a proposta de mudança poderia ser aceita. Esses mediadores atuam como líderes locais e arrastam outros a mudarem através de mecanismos tradicionais como lealdade e confiança e, ao mesmo tempo, interagem nos dois modelos culturais.

Se concentrando aqui na figura dos técnicos e em seu relacionamento com os atores do CODETER. Destacaremos a importância de seu papel de mediador e os diferentes estilos de ser técnico. O assessor territorial no olhar dos atores é uma pessoa-chave do processo. Quase todos os entrevistados citam seu nome como alguém a quem há de se referir para coletar informação e resolver problemas. Em palavras de um agricultor familiar: “Uma mudança importante foi a chegada de um novo assessor territorial, antes dele houve muitos conflitos entre a presidente do núcleo e a técnica” (Entrevista membro CODETER, agricultor familiar, Eunápolis, 25/10/2019). Também os agricultores familiares percebem os diferentes estilos dos técnicos na diferença entre os técnicos que estavam "comprometidos" com a proposta e os que apenas o fizeram por "outros interesses". Atribuir a responsabilidade de uma eventual falha ao Estado ou aos agricultores familiares implica a impossibilidade de pensar sobre a questão do desenvolvimento territorial, em certo sentido, ambas são verdadeiras entanto: o Estado estaria ignorando a realidades locais e propondo um modelo idealizado e, ao mesmo tempo, os AF seriam resistentes à mudança.

Então analisando a dinâmica de atuação e funcionamento do CODETER, atentando-se para como a representação é construída e reconhecida, enfatizando conflitos, tensões e problemas estruturantes das práticas dos agentes diante da dinâmica de relações no espaço social do CODETER. Da mesma maneira, a dinâmica das organizações da agricultura familiar repercute diretamente na atuação de diferentes representações dentro do CODETER e como os representantes encaram a sua participação. Verifica-se um núcleo diretivo politizado, além ser um espaço de socialização, politiza as pessoas, dando importantes passos na construção de agricultores familiares mais participativos rumo a sua legitimação e que incorpora parcialmente o *habitus* da participação social e do discurso da política territorial que incentiva a participar; mas os representantes dos agricultores familiares “de base” pouco se manifestam e pouco discordam das opiniões do núcleo diretivo. Além disso, os atores reconhecem que o funcionamento de forma geral do CODETER melhorou depois da saída do da antiga presidente, que numa postura centralizadora e autoritária dificulta e até impede os debates, forçando consensos e afugentando membros do CODETER.

Em consequência sustentar a idéia de que uma maior ou menor participação dos representantes dos agricultores familiares não dependem de um único fator, mas de vários: do grau de organização da AF e de sua trajetória política. Dependem ainda do apoio governamental e de apoios externos (mediadores, ONGs, Universidade). Ou seja, a natureza dessa participação, seus limites e potenciais encontram-se, direta ou indiretamente, relacionados a uma interface social, onde a campo da política e seus arranjos institucionais e mesmo cultural local em certa medida determina a força ou fragilidade dos agricultores familiares e seus representantes no CODETER.

Esta reflexão está baseada em um estudo de caso do CODETER do TI – CdD que está funcionando há nove anos e seu PTDSS só tem quatro anos; que com as observações participantes permitiu perceber alguns resultados e a evolução de uma prática de colegiado a internalização e apreensão por parte de alguns membros do CODETER de regras de funcionamento de um colegiado. Não se refere à qualidade da participação mas sim a ideia de incorporação de *habitus* dos atores com mais experiência coletiva do território como são os movimentos “sem terra” resultando numa vitalidade política forte, ou seja, com a tradição de luta política das mais fortes do TI – CdD e com capacidade organizativa muito grande. Sem dúvida as reuniões periódicas do bimestrais ajudam a esta incorporação prática de colegiado, onde no meu observação de dois anos a dinâmica das reuniões teve grades melhorias com uma passagem de reuniões só de divulgação de informações ou editas há propostas que são levadas para discussão por exemplo da necessidade de priorizar pelo menos três cadeias produtivas.

Isso foi debatido na reunião do dia 3/10/2019 na cidade de Guaratinga, famosa por suas pedras gigantes que se impõe na paisagem rural. Nesta plenária o agente territorial do Banco do nordeste apresenta o plano para a cadeia da apicultura que depois de uma avaliação o Banco fiz a escolha, mas no foi votado pela plenária; e nas falas seguintes o membro dá ao SETAF, ele fala de uma jeito para chegar a um consenso que, se o banco já escolheu a mel tem que priorizar outras dois ou três além da mel mas com “o objetivo de produzir mais e melhor; após da fala do membro do SETAF, fala do núcleo diretivo representante dos “sem terra” do MLT com a ideia de cadeia do café; depois a Professora Waddington, ele diz que os cafeicultores do vale verde estão se organizando novamente e que em Cabrália também mas com a aroeira (pimenta rosa). O próximo em falar e o assessor territorial da SEPLAN, fez a proposta do café, mandioca e piscicultura. Outro integrante do MLT apóia ao respeito da mandioca. Após fala o Professor do IFBA, Aldemir De Azevedo perguntando o critério de eleição da cadeia da mel ao agente territorial do Banco e propôs fazer um Seminario para

diagnosticar e escolher as dois ou três cadeias além da mel. Em seguida fala a presidenta de núcleo diretivo liderança do MST, agradecendo e destacando a importância da parceria com o IFBA, a UFSB e a UNEB, depois falou de não romantizar a farinha de mandioca e traz o debate de artesanal vs. industrializadas e concluiu fazendo reclamação pela burocracia de selos, médio ambiente que atrapalha a os agricultores familiares. Após o técnico do Instituto Mãe Terra desviou o debate para os problemas mais estruturais do território: lutar pela terra, necessidade de recursos para a perda de fundos, investimentos em tecnologias, ferramentas e implementações apropriadas para AF. Posteriormente a representante da secretaria de agricultura de Porto Seguro, explicou que a PAA compra farinha de mandioca mas que tem algumas muito rústicas e com problemas de selo do MDS. Por último, o agente bancário respondeu a Professor De Azevedo que a mel foi escolhida por questões ambientais e sócias, além de econômicas com problemas com a comercialização, a figura do intermediário e preços baixos, mas o plano é projetado a 3 anos esperando para o ano 2022 dois salas de inspeção, um nova casa de mel e financiamento \$2 milhões de Reais em insumos a 100 apicultores com articulação com o SETAF. E que na comercialização pensa-se nas prefeituras (PAA- PNAE), atacadistas do território e até na exportação.

Portanto, esse relatório da deste plenário é um exemplo claro de interface social onde foi possível identificar atores de diferentes campos e *habitus* se encontram no CODETER e as questões da AF e o DTR se inter-relacionam. Como a multiatorialidade tanto de mediadores sociais como de agricultores familiares na interface representada pelo CODETER do TI- CdD, se relacionam com base em interesses, *habitus* e capitais diferenciados. E estas relações são em torno da questão do DTR e da AF.

Analisar a representação de interesses dos agricultores familiares no CODETER a partir das relações de poder que são aí tecidas, onde o envolvimento desta categoria específica numa teia de relações que tem projetos políticos complementares e muitas vezes contraditórios com outros atores do território, outras entidades que historicamente se configuram como dominantes, como o caso, por exemplo, das envolvidas com o agronegócio com a plantação de eucalipto, que tem poder de influencia nas políticas voltadas ao meio rural no território. Por outro lado, não se pode compreender a representação de uma categoria como AF sem entender as relações com os vários agentes em jogo e como as ações destes agentes influenciam a representação da agricultura familiar. No CODETER principalmente na sua relação com as *estatalidades*, relação de reconhecimento, mas também relação de necessidade mesmo e de dependência para obtenção de capital econômico e outros recursos. Então o

Estado aparecendo como instância para a inclusão e diminuir os efeitos da exclusão dos agricultores familiares no campo econômico e político. Mas também esta relação com as *estatalidades* é contestada já que o território é um território em disputa.

Neste sentido também a concepção de Bourdieu sobre campo, representação e delegação pode ser fundamental para uma maior compreensão da dinâmica, dos impasses e dos desdobramentos da representação e construção de interesses dos agricultores familiares no CODETER, já que o autor ressalta a idéia de campo como espaço de conflitos, de embates de desigualdade de força. Para Bourdieu (1989), ao estudar sobre campo político, ressalta que a participação na política implica uma capacidade de conhecimento que foi formulada por um pequeno grupo e que não é acessível a todos, sendo que esse conhecimento é fundamental, pois legitima a entrada ou permanência no campo político; “O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (BOURDIEU, Idem). Outro aspecto importante analisado por Bourdieu (Idem) diz respeito a concepção de representação como aprendizado e os fatores que garantem uma continuidade. Para ele, todo grupo possui um porta-voz e há uma certa tendência à continuidade da representação, a pessoa/representante vai aprendendo as regras do jogo. Isso no CODETER é possível de ser observado nas lideranças que representa as bases de suas organizações, onde a necessidade de estas e por que alguns dos atores sociais da multiatorialidade do CODETER, como por exemplo. Enquanto representantes das *estatalidades* não precisam de muita organização para defender seus interesses já que contam com monopólio da violência simbólica sendo grande fonte e reserva de capital simbólico (BOURDIEU, [2012] 2014). Além de isto, por exemplo, a exigência de paridade entre o poder publica e a sociedade civil é um mecanismo que procura suavizar a diferença de dotação de capital simbólico entre os atores envolvidos no CODETER.

No caso tanto das lideranças do MST e do MLT no CODETER são atores com uma trajetória de luta no território, pessoas que mais maduras, melhor capacitadas e que fazem parte da cúpula dirigente da suas organização, de modo a terem melhor preparo para entender os assuntos tratados e participar com desenvoltura nas reuniões, ou seja, pessoas que detinham um capital político. Entendendo esse tipo de capital segundo Bourdieu (1989, p. 187) como “[...] uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento (...) nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa os próprios poderes que eles lhe reconhecem” [...] e o que implica para o sociólogo que a delegação do

capital político pressupor a objetivação desta espécie de capital em instituições permanentes, neste caso o CODETER, e como capital sua reprodução contínua por estratégias. Enquanto também se expressa à disputa política em torno do significado dos conceitos de desenvolvimento, a agroecologia vs. orgânico e de significados da participação desenha distintos horizontes, limites e possibilidades. Onde estes conceitos não expressam o mesmo significado para todos os atores, pois são construídos recuperando suas trajetórias pessoais, dimensões históricas, políticas e até ideológicas de sua elaboração.

Mas compartilhando a visão de Veiga (2000 p.81) que entende o desenvolvimento como um processo endógeno registrado em pequenas unidades e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população; o papel jogado pela intencionalidade do CODETER, não podemos entender estes espaço social de interface como mero exercício de engenharia institucional, pois ao contrário, mudanças na estrutura e na dinâmica institucional que engloba a Política Pública TI implicam alterações na correlação de forças entre atores, trazendo necessariamente, resistências, conflitos e pressões. No contexto de um território em a luta é pela apropriação real e simbólica dos bens sociais (bens naturais tornados recursos ou editas das políticas do governo) ali existentes onde a análise do território deve ser relacional, na interface social criada pelo CODETER.

Conflitos e tensões no território

Se os tipos de interfaces associadas à intervenção para o desenvolvimento fornecem um campo rico para explorar o espaço social do CODETER, pois lançam em relevo todas as ambivalências e complexidades da diversidade cultural e do conflito. Eles também revelam a natureza paradoxal de intervenções planejadas de todos os tipos - mesmo que promoção de programas "participativos" - que simultaneamente abrem espaço para negociação e iniciativa para alguns grupos, bloqueando os interesses, ambições e agência política de outros. Na primeira fase da aplicação da política territorial, com a implantação do Território de Identidade, permanece também para muitos como uma experiência fundamental; caracterizada pela mobilização de um amplo abanico de atores, apoiada em uma reflexão coletiva sobre as prioridades do desenvolvimento local e com o objetivo da elaboração de um Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável. Aqui as tensões ocorrem ao tomar a AF em meio da multiatorialidade e as multiterritorialidades já que na visão dos AF o território

tem duas identidades, uma idealizada a “Costa do descobrimento” e a outra a “Costa da invasão” para expressar o avanço da monocultura de eucalipto no território. Na suas falas afirmam: “Não temos domínio do nosso território. quem nos dá garantia? somos nós com foco na luta, na resistência. Temos que ocupar o espaço do território contra o avanço do agronegócio. Temos que resistir e trazer mais sociedade social para o território, mas também deixar nosso micro-território, nosso assentamento ou aldeia” (Entrevista membro CODETER, MST, 16/10/2019).

Outra impressão comum diz respeito às dificuldades existentes no enfrentamento da questão fundiária na região, a qual se expressa de modos distintos em vários espaços do território: os assentados de reforma agrária, a retomada de terra publica que foi grilada²⁸ e terras de aldeias de comunidades indígenas reivindicando o retorno às suas terras de origem ancestral. Na suas alocações ficou claro as posições contestadas: “[...] nós temos que sair da defesa de nosso território. não esperar nada de governo nenhum, a terra é nossa. O agricultor familiar, o preto e o índio estamos sofrendo juntos. O governo é perverso, mas precisamos de Políticas Públicas” (Entrevista membro CODETER, Indígena Pataxó, 20/10/2019)

Portanto, a proliferação de conflitos territoriais e a emergência de movimentos de resistência e defesa mostram que o território se tornou um símbolo e objeto de uma disputa civilizacional e de padrões de desenvolvimento no território, uma disputa que tem novos rostos e outros de longa data. As características comuns dos “territórios contestados” no ambiente rural concentram-se na disputa territorial e ocorrem em uma estrutura de violência, interiorização das comunidades rurais e indígenas, legalização da exploração, cumplicidade de empresas e instituições estatais, assassinato de defensores de territórios, criminalização de movimentos sociais e decomposição social.

Os processos de desapropriação que atingem o TI CdD têm uma dinâmica econômica que incentivou a pilhagem do território e de seus ativos naturais. Essa dinâmica econômica tem sido caracterizada como acumulação por desapropriação (HARVEY, 2007) ou neoextrativismo (GUDYNAS, 2013). Mas são suas lutas socioterritoriais, adotando a perspectiva de Svampa (2012) sobre a virada ecoterritorial (nos referimos ao surgimento de lutas ambientais e outras resistências coletivas realizadas por agricultores familiares e comunidades indígenas que defendem suas terras e territórios) são formas de ação coletiva que expressam a capacidade de agência que os atores sociais têm de conduzir respostas para fazer mudanças sobre os problemas que afetam seus territórios e modos de vida e que apresentam uma relação

²⁸O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra.

conflituosa com os atores hegemônicos devido à disputa de capital econômico e simbólicos que estão localizados em espaços social e culturalmente adequados, baseados em processos de identidade coletiva. Dessa forma, as lutas sócio-territoriais destacam o território como o local onde são gerados conflitos por bens naturais, neste caso gerado pelo avanço da monocultura de eucalipto, e onde, por meio de várias ações e respostas sociais do MST e do MLT, o território é re-apropriado e transformado, tendo como horizonte referência um projeto de sociedade alternativa.

Se o conflito na América Latina devido à especulação financeira, grandes projetos de infraestrutura e "extrativismos" são uma marca histórica. É necessário explicitar a noção de conflito, inerente às relações sociais, que também surge da compreensão das raízes da desigualdade sócio-histórica que estão por trás de cada um dos atuais conflitos socioambientais territoriais (MERLINSKI, 2013). Por outro lado, isso nos permite analisar as modalidades de mobilizações sócio-territoriais em torno dos extrativismos (SVAMPA, 2013; GUDYNAS, 2017; MERLINSKY, 2013 e 2016). No caso particular da TI-CdD, a grande expansão da monocultura de eucalipto. Um aspecto a ser destacado é o papel da mobilização dos sujeitos subordinados da TI-CdD em seu processo de construção como sujeitos políticos no Brasil e na América Latina, o que coloca em cena o debate, o direito ao território e a direito ao desenvolvimento ou desenvolvimento em escala humana (MAX-NEEF, 1994). Nesse mesmo sentido, considerar a disputa territorial pelos sujeitos subordinados da TI-CdD, com o objetivo de ter maior poder de decisão sobre seus territórios, é central para a compreensão dessa virada ecoterritorial (SVAMPA, 2013) das mobilizações expressas pelos conflitos.

2.4 A percepção dos atores sobre o território e suas estratégias

As contribuições anteriores tendem a propor a necessidade de investigar a díade entre o território e do desenvolvimento, levando em consideração não apenas as práticas de intervenção estatal, mas principalmente recuperando a ideia de território como um projeto em disputa no qual convergem interesses diferentes e as relações de poder. O território e, mais especificamente, a prolífica corrente de pensamento no pós-desenvolvimento (SOUZA SANTOS, 2011; ESCOBAR, 2014) é um eixo significativo a ser analisado no contexto do IT-CD. Recuperando pensadores como Corboz (2015), que usa a idéia de palimpsesto, a temporalidade é revivida na dinâmica de acumulação nos territórios, o território como um processo, como múltiplas camadas de territórios projetados. Embora, em alguns casos, os

traços materiais permaneçam e se tornem evidentes, os intangíveis, a produção simbólica desses territórios, emergem em certos contextos nas práticas sociais dos sujeitos, pensam na noção de território contemplando sua polissemia, tanto esta como a categoria de análise, bem como categoria de prática. Portanto, é no território em que as relações humanas são direcionadas como um espaço para as relações de poder (tanto na dimensão material quanto política e simbólica) com o objetivo de amalgamar a cooperação baseada na própria identidade territorial, mesmo que existam relações conflitantes que se expressam em um espaço institucionalizado de políticas públicas como CODETER.

No caso do TI-CdD, sua história foi perpassada pela grande concentração de terras, exclusão dos agricultores familiares e o não reconhecimento das suas populações originárias e tradicionais que ainda lutam para a demarcação de suas aldeias. Mas existe uma heterogeneidade de práticas social, concentrando-nos nas respostas sociais diferenciais a condições estruturais aparentemente semelhantes dessa maneira podemos explicar a importância de certos tipos de agência e a relevância que os atores analisam e avaliam o desempenho do TI considerando os obstáculos e os resultados obtidos para o desenvolvimento local.

Os obstáculos e os resultados do TI sob o olhar dos atores locais que participam das reuniões do CODETER

A origem da palavra território, afirma Roberto Lobato Correa (1997, citado por MONTAÑEZ; 2001) é derivada do latim terra e torium, juntos significam "... a terra que pertence a alguém". Esse sentimento de "pertencer" se manifesta de muitas maneiras diferentes: ocupação, apropriação e valorização. Nessa perspectiva, um território, independentemente da escala geográfica que possa adotar, pode ser analisado com base em como os atores sociais se apropriam, ocupam, usam, valorizam, exploram, degradam, preservam ou redefinem. Uma concepção de território - como espaço social - são pilares na compreensão do desenvolvimento territorial e das políticas públicas dos territórios de identidade. Território²⁹ como Estado, Sociedade ou Meio Ambiente são conceitos polissêmicos de grande complexidade e amplo escopo. Segundo Bozzano (2009), o território como conceito substantivo - com maior grau de abstração teórica - é considerado um "macro-objeto de estudo", do qual podem ser derivadas aplicações muito variadas e mais concretas,

²⁹ Bozzano et. al. (2009) interpretam em 5 núcleos temáticos de acordo com 21 critérios 540 noções e pré-noções de território escritas por universitários de várias disciplinas.

úteis para incorporar conceitos operacionais em uma ampla gama de objetos de estudo. O autor baseia a razão da escolha de territórios reais (o ontológico), territórios passados (o histórico), territórios vividos (o perceptivo), territórios legais (o prescritivo), territórios pensados (o explicativo e / ou interpretativo) e territórios possíveis (o intencional); onde cada uma dessas instâncias de análise permitirá uma melhor abordagem do território em estudo, o TI-CdD. Embora o método *Territorii*³⁰ (BOZZANO, 2000, 2009, 2013, 2017) não seja aplicado nesta pesquisa, suas fases cumprem uma função de ordem da análise do estudo de caso do TI-CdD.

Se os "territórios reais" são aqueles que são objeto de uma instância descritiva, referem-se a realidades reconhecidas nos territórios, não necessariamente escolhidas ou acordadas por todos; eles respondem o quê dos territórios, a perguntas como quais componentes analíticos compõem o território? Quais recursos permitem entender o TI-CdD? Os territórios reais são preferencialmente analíticos, estão expressando um aspecto da realidade complexa: uso real da terra, o relevo geográfico, o clima, a população, as infra-estruturas, a hidrografia, o equipamento, as necessidades básicas insatisfeitas, a dimensão das explorações agrícolas, etc.; Nesse sentido, o PDTSS é um registro de "território real" da CdD.

Se analisarmos a partir da dimensão histórica, podem ser identificadas seis lógicas de construção territorial vinculadas a práticas sociais e culturais, várias delas com forte impressão econômica: 1) Primeiro assentamento de povos nativos, 2) Consolidação territorial durante a Coroa Portuguesa, 3) Valorização econômica e vínculo com o exterior com a produção de cacau. 4) Avaliação econômica e vínculo com o país por meio da construção BR-101 e seu impacto sócio-territorial; 5) Desenvolvimento da produção agrícola e da pesca que inclui mais de um período histórico. 6) Expansão da produção florestal, uso recreativo / turístico e sua diferenciação territorial litoral / interior.

Como "territórios vividos" sob um exemplo de análise perceptiva, eles se referem a uma forma particular de percepção: sensorial, intuitiva, artística, emocional, simbólica ou bem referida às necessidades, problemas, interesses ou expectativas daqueles que vivem no território. Esse "território vivido" refere-se à percepção e / ou sentimento dos sujeitos no território, respondendo a perguntas como quais percepções são as mais significativas sobre o território? Como os habitantes do CdD vivem esses territórios? A avaliação dos territórios vividos implica uma instância perceptiva das necessidades, problemas, interesses ou expectativas daqueles que vivem lá. Uma preocupação sempre latente é o avanço do

³⁰ *Territorii* é um método geográfico incorporado em pesquisa interdisciplinar.

agronegócio com a silvicultura e os impactos do turismo, nas palavras daqueles que realizam um projeto de etno-turismo: "Não é que não recebemos o turismo, mas queremos que os turistas cuidem também do nosso território".

Os "territórios legais" são aqueles que são objeto de uma instância prescritiva referem-se ao dever dos territórios, à jurisdição territorial, por exemplo, dos municípios que compõem a TI-CdD. Nesse ponto, quando os critérios de funcionalidade não estão relacionados a outros territórios - reais, vividos e / ou pensados-, os territórios legais estão perdendo eficácia e significado. É o caso, por exemplo, das Marisqueiras de Belmonte, que, ao fazer fronteira com outro território identitário onde está localizada a reserva extrativista de Canavieiras, experimentam um tipo de multiterritorialidade.

Os territórios projetados têm um nível explicativo e interpretativo cuja elaboração é em grande parte uma combinação e articulação dos territórios reais, passados, vividos e legais analisados anteriormente. Para entender um território de pensamento, usamos basicamente o entendimento de territórios reais e territórios vividos, mas também de outras interpretações não necessariamente territoriais referentes a processos sociais que influenciam a ocupação e apropriação territorial da TI-CdD. Alguns desses territórios de pensamento que podemos identificar no TI-CdD são: assentamentos de reforma agrária, aldeias indígenas, vilarejos como o quadrado do Vale Verde e suas outras comunidades, que serão analisados no capítulo seguinte.

Finalmente, os "territórios possíveis" são aqueles que são objeto de uma instância proposicional, referem-se a quais são os territórios desejáveis: respondem a perguntas como: como os territórios são mais sustentáveis no espaço-tempo? Que grau de acordos e apropriação existem nos atores dos territórios para torná-los possíveis? Como os territórios reais, vividos, pensados e legais participam dos territórios possíveis? Embora exista um diagnóstico e um roteiro no PDTSS da TI-CdD, a idéia de colocar esse plano em prática é um desafio para o futuro do território. Os atores sociais do TI-CdD identificam vários obstáculos que os afetam: a) a dificuldade de acesso à informação referente aos editais, o que provoca a perda freqüente dos prazos estabelecidos; b) a dificuldade da burocracia para AF com os selos dos ministérios do MDA, MDS e secretarias municipais de Médio Ambiente; c) Problemas com o acesso à comunicação em tempo; d) as carências no que diz respeito à própria capacidade técnica para a elaboração dos projetos; e) o atendimento parcial e incompleto da demanda encaminhada ou demoras na execução dos projetos.

Tanto para representantes das prefeituras quanto para responsáveis de entidades da agricultura familiar, constata-se que os resultados concretos do programa são pouco percebidos ainda. No entanto, alguns representantes dos servidores públicos do estado apresentam uma visão menos negativa. Continuam acreditando no sucesso da iniciativa: “A ideia da política é boa, mas ela é um processo; o importante no território e para nossos agricultores familiares temos que produzir mais e melhor” (Entrevista membro CODETER, SETAF, Eunápolis, 31/10/2019). Porém na visão de uma liderança do MLT; “Eu acho que ele resolveu algumas coisas. Mas o êxito que se esperava, acho que não teve, por exemplo, com a educação no campo” (Entrevista membro CODETER, MLT, Eunápolis, 10/09/2019). Todos os atores numa perspectiva de mais longo prazo continuam esperando que acabe dando melhores resultados: “No contexto atual pode ser que se a política concluir pelo menos deve ficar a nossa articulação e teríamos que pensar em mais políticas, o TI não é só um canal (para captar recursos); pensar em políticas para educação no campo de estas comunidades, porém têm pouco ou nenhum conhecimento acerca do TI”.

A visão de quase todos os entrevistados é que, mesmo com avanços, a atuação do CODETER e a política territorial devem ser mantidas, mas as falhas precisam ser corrigidas. Muitos acreditam que tem potencial para desenvolver políticas de médio e longo prazos numa perspectiva de unificar Estado e Sociedade Civil na demarcação e na resolução dos principais problemas do território. Onde cabe ao território unificar principalmente a os atores em torno de uma causa única; continuar discutindo os problemas e transformá-los em projetos de solução. Fica com clareza em suas alocações: “Cabe a nós, nos organizarmos melhor, temos o PTDS nós temos que escolher nossas prioridades”

As estratégias dos atores da Agricultura familiar

No final, pode-se perceber, por meio dos depoimentos, o lugar que atribuem às Políticas Públicas em face de suas próprias estratégias de ação social. A Política Pública é diversamente apropriada pelos agricultores familiares, os quais reinterpretam as formas de intervenção externa ao seu mundo de vida, às suas estratégias cotidianas de reprodução social. Em consequência nota-se como a política é incorporada pelos agricultores em face das condições que se impõem aos seus mundos, às suas trajetórias, seus valores, suas percepções e seus interesses.

Se o território tende a se manifestar como uma forma objetiva e consciente do espaço, apropriadamente material, organizada simbolicamente e administrativamente, na qual a população da TI-CdD opera, territorialidade (RAFFESTIN, 1982 e SACK, 1986) pode ser definida como o sentimento de pertença ou identificação com um território. Em virtude disso, o indivíduo, participante ativo de uma sociedade estruturada, adquire o sentimento de inscrever sua existência, sua atividade, seus projetos e seu mundo de relações dentro de uma entidade territorial, espacial e culturalmente concebível de acordo com sua percepção e que Ele assume como tal através de ações realizadas em um ambiente diário de sensibilidades e interações sociais compartilhadas. O conceito transcende, portanto, a perspectiva meramente individual de adquirir uma dimensão coletiva, como opção integradora de uma estrutura social que se desenvolve a partir dos vínculos que mantém com o território por meio de comportamentos - de estratégia econômica, de reafirmação cultural, de segurança e controle do território - construído e valorizado sob a égide da vida associativa participativa. Obviamente, essas relações evoluem em sintonia com as mudanças ocorridas no próprio território, correspondendo aos efeitos induzidos pela mobilidade interna, diversificação cultural, surgimento de novos agentes, linhas estratégicas de desenvolvimento, abertura a outros. escalas, cooperação interterritorial ou, em suma, adaptando-se às demandas de um ambiente que impõe padrões de adaptação contínua de sua dinâmica estrutural.

Dessa maneira, longe de simplificar as visões, as territorialidades sempre tendem à complexidade e à mudança, pois as referências ou elementos-chave nos quais se baseiam oferecem modificações substanciais que alteram os recursos fornecidos por seus elementos constituintes. Isso se reflete nos processos diferenciais observados nos dois níveis em que as referências de suporte do conceito de territorialidade podem ser desagregadas. Por um lado, é necessário distinguir o significado daqueles que poderiam ser definidos como referências básicas, que funcionam como elementos ou fatores simbólicos da personalidade do território, o que os torna a base do patrimônio territorial e, portanto, o complexo espinha dorsal de projetos, objetivos e interesses comuns. Por outro lado, existem as referências complementares, que devem ser interpretadas em função do papel adicional que desempenham na remodelação dos valores de apoio de uma territorialidade permeável a influências ou desafios externos, assumidos como desafios opcionais ou inevitáveis, sem isso implicar o enfraquecimento das características da espinha dorsal do grupo social que se identifica com ele. A configuração sistêmica do território baseia-se em ambos os níveis referenciais - que evoluem de maneira entrelaçada e enriquecedora - como forma de

compreender a articulação e articulação dos fatores que contribuem tanto para sua assimilação simbólica quanto para sua adaptação estrutural e para a formalização das relações. modelos de intervenção exercidos sobre ele. Considerado dessa maneira, o sistema territorial - que possui uma dimensão ideológica, cultural e política - evolui de acordo com as relações entre o território, a população identificada com ele e os agentes envolvidos em sua transformação, cristalizando-se na representação organizada de os fenômenos e processos espaciais que contribuem para a recomposição permanente da territorialidade com base nas relações de poder que moldam seus processos de reestruturação.

Sem uma visão totalizante, pelo menos dois tipos de apropriação diferenciada podem ser identificados. Por um lado, um setor da AF com uma visão política de longo prazo onde eles apenas nos disputam por capital econômico, mas também por capital simbólico de representação da agricultura familiar como luta política, também consegue se apropriar parcialmente da retórica territorial como espaço de construção das Políticas Públicas. Em sua fala: “movimento social que não participa que não vai para fora e que não luta sai do radar das Políticas Públicas”. Entretanto por outro lado, setores da AF com uma visão de curto prazo, eles buscam apenas melhorar sua posição econômica como estratégia de sobrevivência e no máximo, tendem a ver a política como mais uma fonte de recursos financeiros.

CAPÍTULO III – A RURALIDADE NO VALE VERDE, ENTRE O CAPITAL SOCIAL E A MARGEM DO ESTADO

No presente capítulo se debate a pertinência do Capital Social como ferramenta para entender as dinâmicas rurais locais. Ela é identificada e analisada no distrito rural de Vale Verde como também as formas através das quais se expressa o Capital Social dos agricultores familiares. Isto permitirá analisar o contexto da implementação da Política Pública territorial em uma escala local e identificar por meio de que modalidades expressa-se os diversos tipos do Capital Social no distrito rural de Vale Verde.

3.1 Capital Social: Uma ferramenta para entender as dinâmicas rurais locais?

O último conceito a abordar é o de Capital Social. Ele conta com diversas acepções, segundo filiações teórico-metodológicas distintas. A difusão do termo no meio acadêmico foi adquirida a partir da década de 1980, e já face à sua larga utilização por parte de sociólogos, antropólogos, economistas³¹, cientistas políticos e planejadores. Seu destaque provém tanto de sua vinculação a conceitos derivados da teoria social quanto de sua associação a disciplinas como a economia, que tem como cerne a ideia de capital. O capital social deve-se imbricar ao marco geral proposto por Pierre Bourdieu, que foi o pioneiro na sistematização do conceito. Dentro desse marco, o conceito de capital, em todas as suas manifestações, constitui a chave para dar conta da estrutura, funcionamento e classificação do mundo social. Bourdieu define o Capital Social como:

“[...] o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis [...]” (BOURDIEU , 1998, p. 67)

Como ele próprio assinala essas ligações não se reduzem às relações objetivas de proximidade no espaço geográfico ou mesmo no espaço econômico e social, posto serem, inseparavelmente, fundadas em trocas materiais e simbólicas; cuja prática supõe o reconhecimento dessa proximidade. Neste sentido, o *quantum* de Capital Social portado por

³¹ISHAM, KELLY e RAMASWAMY (2002), documentam o crescimento exponencial do número de citações sobre Capital Social em literatura econômica entre 1993 e 2000.

um dado agente depende da extensão da rede de relações por ele mobilizada, assim como do volume de capital – econômico, cultural ou simbólico – que é exclusivo de outro agente ou grupo de agentes ao qual se encontra vinculado. Logo, o Capital Social, apesar de ser irredutível ao capital econômico e ao capital cultural portado por um dado agente, não pode jamais ser visto como independente de ambos. E também o conceito está necessariamente associado à noção de estratégias, já que são elas que constroem a rede de ligações como investimento – consciente ou não – orientado para a reprodução de relações sociais imediatamente utilizáveis.

Na literatura acadêmica contemporânea, o conceito de Capital Social é discutido de duas maneiras relacionadas. A primeira, associada na literatura sociológica: quem primeiro falou de Capital Social foi Pierre Bourdieu (1986) seguido pelos sociólogos Ronald Burt (2000), Nan Lin (2001) e Alejandro Portes (1998). Eles entendem que refere-se aos recursos que os indivíduos são capazes de procurar em virtude de suas relações com outras pessoas. Esses recursos ('capital') são 'sociais' na medida em que são acessíveis somente dentro e por meio dessas relações, contrariamente ao capital físico (ferramentas, tecnologia, dinheiro) e cultural (educação), por exemplo, que são, essencialmente, propriedades dos indivíduos. Portes (1999) aponta que, assim como as fontes do Capital Social são plurais, suas conseqüências também devem ser distinguidas e suas três funções básicas, aplicáveis em vários contextos: (a) como fonte de controle social; (b) como fonte de apoio familiar; (c) como fonte de benefícios através de redes extra-familiares. Também levanta a visão de quatro conseqüências negativas do Capital Social: exclusão de estranhos, reivindicações excessivas aos membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de rebaixamento. Algumas de as formulações, desses sociólogos, desvendam que existem assimetrias na obtenção de recursos através das redes de relação social; este pode ser chamado de foco estruturalista.

Outra versão foi formulada nas universidades norte-americanas através dos estudos de James Coleman e Robert Putnam do conceito de Capital Social que datam da primeira metade da década de 1990. Com um foco utilitarista, para James Coleman (1988) o Capital Social é entendido em termos funcionais, já que consiste em todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses. Dentro das estruturas sociais há, pelo menos, três grupos de elementos com essa funcionalidade: em primeiro lugar, as obrigações, expectativas e lealdades, em segundo, os canais de informações e, em terceiro, as normas e as sanções estabelecidas. A partir dessa perspectiva, Coleman vê o Capital Social, de forma semelhante a

outras formas de capital, como produtivo no sentido de que torna possível atingir certos fins que de outra maneira não seriam atingidos. O capital social não é tangível e não é uma característica da pessoa, como o nível educativo ou as destrezas. É altamente intangível, no que concorda com Bourdieu, mas para Coleman só existe no espaço relacional por meio e entre as pessoas, estando mais associado com mudanças nas crenças e opiniões das pessoas. A segunda abordagem no foco utilitarista é do cientista político Robert Putnam (2000), que refere-se à natureza e extensão do envolvimento de um indivíduo em várias redes informais e organizações cívicas. O Capital Social é usado, nesse sentido, como um termo conceitual para caracterizar as muitas e variadas maneiras pelas quais os membros de uma comunidade interagem.

Na segunda metade da década de 1990, os organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, BID, UNESCO) ressignificaram o conceito para incorporá-lo à sua estratégia de desenvolvimento para os anos iniciais do século XXI. O Capital Social adquire nesse contexto importância fundamental na redefinição do papel econômico e de legitimação social do Estado contemporâneo. Francis Fukuyama (2000) foi quem sustentou o horizonte ideológico das instituições multilaterais (FMI e Banco Mundial) quanto à definição de Capital Social desses organismos. Para ele, consiste em um bem comunitário que supõe a existência de grupos homogêneos com valores e interesses comuns. Em sua definição, Capital Social são normas ou valores compartilhados que promovem a cooperação social. Dentro dessa perspectiva, o Capital Social é uma maneira utilitária de olhar a cultura. Porém, esta ideia não leva em conta a inequidade na distribuição e reprodução do poder nem na reprodução das desigualdades sociais.

Outra perspectiva sobre esse disputado conceito é da CEPAL, que define o Capital Social como um conjunto de relações sociais caracterizadas por atitudes de confiança e comportamento de cooperação e reciprocidade. Sendo para Ocampo um recurso de pessoas, grupos e coletividades em suas relações sociais, com ênfase, ao contrário de outros significados do termo, nas redes de associatividade de pessoas e grupos. Este recurso, como a riqueza ou a renda, é desigualmente distribuído na sociedade (OCAMPO, 2003). Adversando e ao mesmo tempo reconceituando o pensamento de Ocampo, Durston (2002 e 2003) entende por Capital Social:

[...] “el contenido de ciertas relaciones y estructuras sociales, es decir, las actitudes de confianza que se dan en combinación con conductas de reciprocidad y cooperación. Ello constituye un capital en el sentido de que proporciona mayores beneficios a quienes establecen este tipo particular de relaciones y que puede ser acumulado”[...]. (DURSTON, 2002, p. 15)

Ele levanta uma definição operativa comportamental de Capital Social que, ao contrário de outros, não se concentra nas normas nem na cultura. Diferentemente de autores como North, Putnam e Fukuyama que colocam a ênfase em aspectos culturais, valores, simbólicos e abstratos em uma espécie de "determinismo cultural". Durston segue os postulados de Coleman e Bourdieu que vêem o Capital Social como um recurso de pessoas, grupos e coletividades em suas relações sociais. O autor identifica três planos de um único grande sistema sociocultural, no qual o Capital Social está localizado no plano comportamental das relações e sistemas sociais; enquanto no plano abstrato, há capital humano e o capital cultural e no plano material, o capital econômico e os recursos naturais.

O autor recomenda que a análise dos três planos deva concentrar-se na interação entre as condições objetivas (nos planos material e comportamental) e a diversidade de discursos (plano abstrato). Analisando os três conteúdos das relações de Capital Social (confiança, reciprocidade e cooperação), postula a existência de seis formas diferentes do mesmo: o indivíduo; do grupo; da comunidade; o Capital Social ponte (individual ou comunitário de tipo horizontal, que conecta as pessoas de posição social mais ou menos igual); o Capital Social de escada (vertical seja individual ou comunitário) e o Capital Social de uma Nação.

Para o meu propósito, interessa também a definição de Bebbington sobre o Capital Social enquanto acesso ao bem e recurso público, o esquema conceitual desenvolvido por ele, que privilegia a noção de *acesso* a recursos, na medida em que define *acesso* como “*the most critical resource o fallif people are to build sustaibnable, povertyalleviating rural livelihoods.*” (Bebbington, 1999). De forma a estabelecer estratégias de solicitação dos tais recursos disponibilizados pelas instituições e a Políticas Públicas do TI que consiste claramente em uma estratégia de disponibilização dos canais de acesso, através da SEPLAN e das outras secretarias de estado ao que o governo do estado da Bahia disponibiliza os recursos onde a interface do CODETER é fundamental já que em ela são disputados.

Por ultimo, os principais conflitos que surgem entre as diferentes definições de Capital Social derivam do fato, no que alguns chamam de Capital Social é o que os outros consideram manifestações ou produtos do Capital Social. Existem aqueles que acreditam que o Capital Social é um conceito fundamentalmente micro e outros pensam que é um conceito macro. Alguns equiparam o Capital Social a conceitos como instituições, normas e redes, enquanto outros preferem identificar esses conceitos separadamente como elementos do paradigma do Capital Social. Dado que o Capital Social é, freqüentemente, definido em termos dos grupos, confiança e cooperação/reciprocidade de que as pessoas dispõem para fins produtivos, a

pesquisa explorará (a) os tipos de grupos e redes com os quais as pessoas do Vale Verde interagem, (b) as percepções subjetivas dos entrevistados acerca da confiabilidade das outras pessoas e (c) como as normas de cooperação e reciprocidade que envolve as tentativas de se trabalhar juntos para resolver problemas. Como o conhecimento empírico das dimensões sociais do desenvolvimento econômico seja ampliado e, com isso, nossa capacidade conjunta para desenvolver e implementar políticas públicas e desenvolvimento territorial rural mais eficazes.

3.2 A dinâmica rural em Vale Verde

a) Configuração histórica de Vale Verde

O Vale Verde é um distrito rural do Município de Porto Seguro, no Estado da Bahia, localizada às margens do rio Buranhém a aproximadamente 40 km da sede municipal, entre Arraial d'Ajuda e Trancoso. A história do distrito de Vale Verde coincide com o processo de colonização Portuguesa, visto nesse local, durante a segunda metade do século XVI, foi fundada a primeira Missão Jesuítica no Brasil, denominada Aldeia do Espírito Santo dos Índios. Vale Verde foi oficializada como Vila no ano de 1758 em decorrência de um conjunto de medidas tomadas pela Coroa Portuguesa visando destituir os padres jesuítas da administração dos aldeamentos e transformar os núcleos de catequização em Vilas (CANCELA, 2007, p. 47). Por este motivo, a origem da localidade se organiza no entorno de um quadrado jesuítico, como o quadrado mais conhecido turisticamente que é o quadrado de Trancoso. O quadrado consiste em uma disposição retangular de casas ao redor de uma pequena igreja católica, dedicada ao Espírito Santo. Embora não se tenha uma noção muito clara sobre as etnias que foram sedentarizados no local, atribuiu-se o nome de “Aldeia Patatiba” ao local em referência a um grupo que não mais existe, apesar de haver uma família local que carrega o sobrenome.

Em uma região de florestas espessas e densas, a Missão servia a função de abastecer a cidade de Porto Seguro de viveres, como a farinha, e crustáceos pescados no rio Buranhém e secos ao sol, como o camarão e o pitú. Os habitantes viajavam de canoa para o Arraial da Ajuda e de lá em embarcações maiores para Porto Seguro onde comercializavam esses produtos. Assim, havia uma distribuição de famílias indígenas pelo interior do aldeamento missionário no qual atividades de agricultura tradicional de abastecimento com baixos

excedentes, que negociavam com as famílias moradoras do quadrado, onde faziam suas trocas e se abasteciam de bens externos.

Mudando a uma escala regional, o processo de formação da região Sul da Bahia³² se caracterizou pela inserção na economia mundial como um “espaço derivado”, ou seja, a formação territorial teve como vetor principal uma ordem forânea, que se sobrepunha à ordem local, o que lhe tem outorgado constantes e contraditórios períodos de crescimento econômico e crise. O conceito criado pelo geógrafo Milton Santos a partir das leituras de Maximilien Sorre, no livro *L’Homme sur la terre* (1961) fazendo uma diferenciação na mudança da palavra paisagem para espaço. Santos escreveu:

[...] É a Maximilien Sorre que se deve a denominação paisagens derivadas. Desde que ele a adotou para as regiões dos países subdesenvolvidos, tentou mostrar as relações entre a história dos países industriais e a dos países subdesenvolvidos.(...) É o que chamamos de *espaço derivado*, cujos princípios de organização devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais. Pelo fato de serem derivados, estes espaços se organizam e se reorganizam em relação a interesses distantes [...] (1978, p. 104)

Em toda a região do sud da Bahia como projeto de espaço derivado com a decadência da lavoura cacaueteira, passa a ocorrer um brutal desmatamento agravando a já dramática redução da cobertura de Mata Atlântica que vem se dando ao longo dos anos. No caso do Vale Verde desde a década dos ´70 e ´80 com a chegada de uma forte migração de agricultores familiares de outras regiões do Brasil o desmatamento foi profundizado com a abertura de estradas onde as comunidades se instalavam e para conseguir ter como primeira fonte de renda a atividade da produção de carvão para depois poder fazer agricultura. Assim com o crescimento da população, tendo como principal motivo a chegada de famílias de outras regiões e outros estados, foram surgindo povoados bem próximos um de outros formando uma rede de comunidades. A pressão populacional acabou gerando a necessidade de se preservar uma área, criando-se o Parque Nacional Pau Brasil no 20 de abril de 1999, em comemoração aos 500 anos do Brasil. Ele possui cerca de 19 mil hectares, sendo uma das mais importantes áreas protegidas da Mata Atlântica no sul da Bahia, localizando-se integralmente no município de Porto Seguro. Ele tem titulação de reconhecimento mundial e a região onde está inserido, TI CdD, declarada Sítio do Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO devido ao seu excepcional valor do ponto de vista da ciência e da preservação de ecossistema de interesse universal. Assim, nessa região podem ser encontrados diversos testemunhos do início da ocupação do Brasil, seja pelos sítios arqueológicos pré-históricos e

³² Subdividida em três TI: o Baixo Sul, Litoral Sul e Costa do Descobrimento.

históricos, seja pelos remanescentes das aldeias jesuíticas como Vale Verde. Também na década '90, Porto Seguro se converte numa atração turística muito procurado pelo turistas nacionais e estrangeiros. Com a chegada do turismo a território Vale Verde é um ponto de atração pela sua produção de cachaça artesanal e beiju, mas o turismo rural ainda é pouco explorado como uma alternativa de pluriatividade e geração de renda por parte dos agricultores familiar do distrito rural, eles tem como prioridade a produção agrícola. Atualmente, o distrito é constituído por 16 comunidades no entorno deste parque nacional, entre elas as comunidades do quadrado de Vale Verde, São Valentim, Bom Jesus, Nossa Senhora da Aparecida, São Miguel e Santa Rita. O IBGE, em 2010, estimou que aproximadamente 1900 habitantes divididos em cerca de 700 domicílios particulares que inclui a os habitantes do Quadrado e as outras comunidades do distrito.

No quadrado as casas datam do tempo da colonização e remontam a arquitetura típica de aldeias jesuíticas implementadas pelos Portugueses no Brasil. As outras pequenas comunidades rurais que margeiam o Parque Nacional Pau Brasil, em muitas de elas são possíveis de observar a aplicabilidade do o conceito de comunidade de Ferdinand Tönnies ([1887], 1947), que apontou a forma de sociabilidade comunitária através dos laços de consangüinidade (parentesco), como por exemplo, as Comunidades da Boa Esperança e Nossa Senhora Aparecida onde se instaram famílias migrantes do Espírito Santo que têm como atividade econômica a plantação de café e pimenta do reino. Estas famílias de migrantes capixabas descendentes de italianos, de religião católica, procuraram a Sul Bahia como alternativa durante uma forte seca que atingiu o norte do estado do Espírito Santo no fim da década de 1980.

No limite Vale Verde com o distrito de Vera Cruz existe, desde o ano 2005, o Assentamento do MST Serro Azul. As terras com plantio de eucalipto foram ocupadas e, como eles explicam na suas falas, tiveram uma re-localização negociada com a empresa Veracel. Depois que “o eucalipto foi cortado, trouxeram 800 pessoas sob custódia policial de seis ônibus” (Entrevista agricultora familiar, assentamento Serro Azul – MST, 17/03/2018). Atualmente, lá vivem 25 famílias, fabricando farinha de mandioca em 14 “casas de farinha”. Cada família ocupa 9 ha. para sua exploração individual, mas além disso, se utilizam as terras comunitárias. A família só pode herdar se for fazer agricultura, mas já houve rotatividade de famílias, de acordo coma explicação uma das lideranças do assentamento:

“Após do processo de acampamento quando fomos realocados muitas famílias desistiram e ficamos cerca de 25. Nas primeiras assembléias de nosso assentamento tomamos a decisão da quantidade de terra seria para cada família e foi um requisito

que concordamos entre todos no aquele momento que a terra é para aproveitar e fazer a agricultura, produzir alimentos que é o que nos sabes fazer. E que só se pode ter herança o membro da família se vão a fazer agricultura isso deu muita rotatividade de famílias”. (Entrevista agricultora familiar, assentamento Serro Azul – MST, 17/03/2018)

Assim, encontramos no Vale Verde a confluência das três referências com que Wanderley e Favareto (2013) recortam, sociologicamente, o espaço rural de vida e de trabalho, dando conteúdo ao que se considera a ruralidade contemporânea no Brasil. A primeira referência tem a prioridade que é atribuída à construção e à reprodução do patrimônio fundiário (valor terra) eminentemente familiar (valor família) onde o ideal de quem vive no campo é ser proprietário de uma área que lhe permita assegurar a sobrevivência familiar. Os grupos analisados também contam com uma dinâmica social que guarda materiais próprios, atores e relações sociais específicas. Por exemplo, a propriedade é sempre familiar e a produção também guarda um caráter familiar expressado nas práticas sociais que envolvem desde as regras que norteiam as uniões patrimoniais até as transmissões sucessórias. (WANDERLEY, 2003, p. 45 – 46). No caso de Vale Verde a forma como os pais passam aos filhos a administração das suas plantações, por exemplo, na família de Seu Pedro da Vitória³³ seus filhos (dois homens e uma mulher) administram suas plantações de café e pagam 10% da produção ao pai. Eles optaram por não desmembrar a propriedade mantendo o componente tradicional, uma lógica que tenta poupar ao máximo a integridade dos patrimônios familiar assegurando a manutenção da área como camponesa. A relação familiar também compartilha padrões cognitivos na suas técnicas de produção, agindo quase como cientistas, experimentando e guardando os acertos. Esse conhecimento adquirido e construído empiricamente é passado para entre as gerações futuras através da tradição oral, assim como Nazareth Wanderley apresenta “o saber tradicional camponês e a sua transposição”. (WANDERLEY, 2003, p. 46).

A segunda se refere a relações de pertencimento a um pequeno grupo, como exemplificada pela prática tradicional da religião católica local, que estabelece o termo comunidade para se referir ao grupo que congrega em determinada igreja, normalmente vizinhos, em uma localidade (ex: comunidade de São Miguel, de São Valentim, etc.). Além disso, há expressões mais modernas e atualizadas de pertencimento institucional como a Associação de Moradores de Vale Verde, Associação de Produtores Rurais da Comunidade Santa Rita e Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Cafeicultores da Comunidade da

³³ Seu Pedro é irmão de Seu Jorge da Vitória. Ambos colaboraram com a criação da comunidade da Boa Esperança. Mais tarde seu Jorge criou a comunidade de Nossa Senhora Aparecida.

Boa Esperança. Em cada uma das 16 comunidades estudadas pelo grupo de pesquisas DITERC, nada é mais valorizado do que a vida entre vizinhos, que se conhecem e estabelecem entre si relações de interdependência e formas de solidariedade que viabilizam a sobrevivência de todos e que dão conteúdo ao espaço rural como lugar de vida e de trabalho.

Finalmente, a terceira referência diz respeito à necessidade de os habitantes do meio rural se integrarem a espaços de vida mais amplos, cujo primeiro elo é o próprio município a que pertencem. A sociabilidade católica estimula as diferentes comunidades a se visitarem em festas religiosas, como apontam os trabalhos do grupo de pesquisas DITERC. As trocas entre o campo e a cidade fazem plenamente parte da vida rural seja pela comercialização da produção em feiras de Porto Seguro, Arraial d'Ajuda e Trancoso, e também pela busca do acesso aos bens, empregos e serviços privados ou públicos disponíveis nas cidades mais próximas a Vale Verde.

b) A economia rural e as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares de Vale Verde

Se no TI-CdD como os dados do censo agrícola se pode observar uma configuração denominada estrutura agrária bimodal, composta esquematicamente por um segmento de médias e grandes empresas capitalistas com diferentes graus de modernização e outro de agricultores familiares com diferentes graus de diferenciação, no Vale Verde essa configuração bimodal é replicada. Dentro da heterogeneidade da agricultura familiar do Vale Verde (onde a maioria substancial da força de trabalho é fornecida pela família, reduzindo os custos de transação unitários da força de trabalho), também se pode encontrar agricultores de tempo parcial (nos quais o responsável dedica parte substancial de seu tempo em outras atividades) assim como a agricultura de subsistência (unidades que produzem principalmente alimentos básicos). Levando em consideração a classificação da agricultura familiar feita pela FAO / BID 2007, se identificaram três tipologias: Agricultura Familiar de Subsistência, Agricultura Familiar em Transição e Agricultura Familiar Consolidada. As três estão presentes no distrito rural de Vale Verde e podem ser homólogas as diferentes formas de produção mercantil identificadas por Ploeg (2006): a Doméstica com objetivo auto-abastecimento; a pequena produção mercantil – sobrevivência e a produção simples de mercadorias – renda. Para Carneiro (1999 e 2000) a categoria camponês e agricultura familiar seguem trajetórias distintas, recebendo tratamentos diferenciados quanto aos elementos

definidores. Enquanto a primeira destaca o componente cultural, o camponês como modo de vida, correspondente a um contexto não capitalista, a segunda é formulada com ênfase nas relações com o mercado capitalista. Mas não seria adequado identificar o agricultor familiar a uma classe social em oposição ao camponês.

No quadrado se pode encontrar Agricultura Familiar de Subsistência em que predomina o autoconsumo em agricultura de fundo do quintal combinado com emprego agrícola na colheita do café e emprego não agrícola nas cidades próximas, existindo uma tendência à proletarização.

Outra tipologia presente em Vale Verde é a Agricultura Familiar em Transição, que possui maiores recursos agrícolas tanto para o autoconsumo como para a venda no mercado que, embora sejam suficientes para a reprodução da unidade familiar, não são suficientes para gerar excedentes para a reprodução prolongada. São unidades de produção com pluricultivos para o autoconsumo, além disso, sua fonte principal de renda é a Casa de farinha mandioca e a produção de beiju, tendo como os principais canais de comercialização as feiras de Arraial d'Ajuda e de Trancoso.

Também se há a presença da Agricultura Familiar Consolidada, com maior potencial de recursos agrícolas, o que permite gerar excedentes para a capitalização de sua unidade produtiva, como possuir trator e seus implementos. Um claro exemplo dessa categoria no Vale Verde, são os agricultores familiares capixabas da comunidade de Santa Rita, da Boa Esperança e Nossa Senhora Aparecida. Muitos deles têm como atividade principal a cafeicultura em conjunto com a produção da pimenta do reino, sendo um de seus principais conflitos a figura do intermediário na comercialização. No entanto, aproximando-os da moralidade camponesa, um ponto que se destaca nesse subtipo de agricultores familiares é a capacidade de manter sua autonomia demonstrada em suas falas, quando eles afirmam se sentir muito orgulhosos de “não vender o dia”, o que quer dizer não trabalhar para outros. Por último esse subtipo de agricultores familiares é o que mais acesso teve às políticas públicas como o PRONAF, PAA e PNAE. Isso se reflete em suas falas: “nós somos pequenos, nós somos fracos ainda, mas com as políticas do governo Lula nós, os agricultores, começamos a ser reconhecidos, por exemplo, com as compras públicas (PNAE³⁴ e PAA³⁵). Isso foi

³⁴ Instituído pela Lei no. 11.947/2009, o PNAE prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. É alimento fresco e de qualidade na alimentação escolar. É garantia de geração de renda para os agricultores e o município, dinamizando a economia local. A compra é feita por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. O Programa possibilita a aquisição de alimentos da agricultura familiar. O PNAE é uma importante ferramenta na garantia de segurança alimentar e nutricional, bem como para o desenvolvimento local.

importante pra nós. Mas no contexto atual temos que pensar além do governo, por nós mesmos”. Também se vê como a valorização das Políticas Públicas tem um limite no atual contexto retrógrado na política brasileira que ameaça as conquistas dos agricultores familiares no Brasil.

3.3 O Capital Social em Vale Verde

a) A operacionalização do Capital Social

Nesta dissertação adota-se a definição de Capital Social que Durston propõe por considerar-se que ela fornece categorias de análise que possibilitam seu estudo, além de serem compatíveis com a conceitualização que Bourdieu faz desta noção. Para Durston, Capital Social é entendido como o “conteúdo de certas relações sociais que incorporam atitudes de confiança e comportamentos de reciprocidade e cooperação” (DURSTON, 2001 p. 40). No entanto, é importante aclarar que o Capital Social não são as relações sociais em si mesmas, mas sim os recursos com que o agente conta como produto da existência destas relações; mas Bourdieu, na sua conceitualização, explicita que este é o agregado de recursos mediante os quais um agente pode cumprir determinados objetivos. Porém, estes recursos são intangíveis; ou seja, não podem ser observados de forma direta, nem se manifestam durante todo o tempo. Isto faz com que a identificação destes recursos deve ser realizada de forma indireta a partir das relações sociais que envolvem reconhecimento mútuo entre agentes e que são uma fonte de apoio para estes. Estas relações sociais podem estar institucionalizadas (em grupos, organizações, o CODETER etc.) sendo, portanto, facilmente identificáveis para o pesquisador. Mas, freqüentemente estas relações sociais não estão institucionalizadas em redes sociais de agentes, o que implica na necessidade de utilizar uma definição operacional do Capital Social que facilite a identificação da sua existência nas relações sociais não formalizados.

³⁵ Uma das ações do Fome Zero, do Governo Federal de Lula Da Silva, o PAA garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar. Por meio do Programa, criado em 2003 e atualizado pela Lei no 12.512/2011, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais podem adquirir os alimentos diretamente dos produtores. Os beneficiados são: Agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. O funcionamento da compra se dá mediante processo de dispensa de licitação. Os preços não devem ultrapassar o valor dos praticados nos mercados locais. Produtos orgânicos ou agroecológicos admitem sobre preço de até 30%.

Assim, com esta definição operacional devem entender-se as atitudes de confiança como aquelas situações nas quais os agentes têm uma determinada certeza de como vai agir o parceiro com quem estabelecem um contrato ou acordo explícito ou implícito. Por cooperação, entendem-se aquelas situações nas quais dois ou mais agentes convergem em uma ação coletiva com o objetivo de procurar um benefício mútuo. E por ultimo as relações sociais de reciprocidade são sistemas de intercâmbio baseados em ajudas ou favores. Nestes sistemas não mercantis de intercâmbio, a recompensa por um favor, um empréstimo ou um presente é obrigatória, mas não deforma imediata e nem sempre de equivalência precisa, diferentemente das transações mercantis (DURSTON, 2000).

Estas relações podem ser de dois tipos: as *relações recíprocas verticais*, as quais ocorrem entre dois agentes com diferentes graus de poder, o que determina uma relação assimétrica; e as *relações recíprocas horizontais*, as quais se estabelecem entre agentes com semelhante dotação de poder, ou seja, são simétricas (DURSTON, 1998). Então a simetria das relações deve ser avaliada em função da dotação de capitais (econômico, social, simbólico e cultural) que têm os agentes envolvidos na relação. Para Bourdieu: “O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado” (BOURDIEU, 1998, p. 67). As redes significariam incremento das probabilidades de realização, já que oferecerem possibilidades de relacionamentos.

b) Capital Social individual

No caso da agricultura familiar no Vale Verde, pode-se observar que no interior das famílias existem relações sociais de cooperação e de reciprocidade as quais são muito amplas. Um momento em que esses relacionamentos são mais visíveis no "tempo da festa", que diz respeito ao antes, durante e depois das festividades religiosas de cada comunidade. Conforme Durston salienta,

“O capital social é construído com base nos insumos ou precursores socioculturais existentes em quase todas as sociedades humanas: confiança e afeto associados à familiaridade (amizade e vizinhança) e à extensão das regras de solidariedade do lar nuclear a mais ampla rede de parentesco” (Durstun, 2000 p. 15).

No Vale Verde realça-se a manutenção de vínculos entre o núcleo familiar original e os filhos que já deixaram o lar paterno, mas ficam dentro da mesma comunidade. Estas

práticas constroem-se uma identidade como grupo ou comunidade e também se intercambiam aspectos simbólicos, como o afeto, transformando-se em os momentos festivos e de socialização das crianças na cultura nativa seja na romaria, nos rituais de agradecimento à divindade da comunidade ou na participação na comemoração da missa católica durante os festejos. A maioria destes eventos começam com o agradecimento à divindade que dá o nome à comunidade. Ao longo do dia, cantam-se as músicas tradicionais e se apresentam performances teatrais, como por exemplo, a aparição da virgem negra, de Aparecida, que se tornou a padroeira do Brasil. É através destas manifestações e rituais que os jovens vão sendo iniciados na cultura local.

Outros momentos da vida cotidiana onde se podem observar comportamentos de reciprocidade e cooperação individual são nas “trocas” ou “ajudas”. Estes podem dar-se entre membros da mesma família ou entre vizinhos. As do primeiro tipo, as que são dentro de membros da mesma família, elas geralmente são “ajudas” de natureza produtiva. Por exemplo, quando é dia da feira para a comercialização quem fica na casa “ajuda” com as tarefas produtivas do dia. Outro exemplo se pode observar de um agricultor da comunidade Santa Rita em sua fala: “[...] com meu sogro cada um tem sua plantação, mas se ele precisar de alguma coisa pega aqui e se eu precisar pego da plantação de ele [...]”. Entanto as “trocas” são comportamentos de reciprocidade e cooperação individual entre vizinhos, pode ser para fornecer alguma ferramenta ou intercambio de sementes.

c) Capital Social grupal

Esse tipo de Capital Social é um dos mais importantes para empreendimentos associativos que visam gerar renda. É uma extensão de redes autocentradas, quando muitos elos são cruzados em um grupo em que todos se conhecem, como é o caso das comunidades de Vale Verde com grupos de pessoas pertencentes a várias famílias, com laços familiares ou não familiares no caso de vizinhos. Por esse motivo, existe um alto grau de fechamento, pois são pequenos grupos, ou seja, as relações se cruzam e se densificam, mas se o grupo capaz de funcionar em equipe como o caso da Associação Dos Pequenos Produtores Rurais e Cafeicultores da Comunidade de Boa Esperança (APROCABE). São pessoas que confiam bastante uma na outra, porque acumularam múltiplas experiências de reciprocidade. Além dos laços religiosos e de origem das famílias³⁶ têm também similaridades nas suas produções, e

³⁶Os integrantes da APROCABE a maioria são as famílias em sua origem migrantes capixabas.

grande parte das famílias, acessam ou já acessaram a Políticas Públicas como PRONAF e PAA. Nas comunidades da Boa Esperança e Nossa Senhora Aparecida é possível perceber esses laços imediatos que unem e dotam de solidariedade, reciprocidade e cooperação, lá onde também participam ativamente ligados à Igreja Católica na comunidade; é muito comum que as reuniões da associação sejam os domingos após da missa.

Antes da APROCABE, as famílias produtoras de café das comunidades transportavam o café até a cidade de Eunápolis (cerca de 50 km de distância), pois era onde havia o equipamento para a secagem do café. Para isso enfrentavam estradas de “terra ruim” dificultando todo o processo. A aquisição dos equipamentos de secagem por cada família de forma individual era praticamente impossível por conta da falta de recursos financeiros. De acordo com seus comentários surgiu a ideia de formar a associação com a finalidade de “buscar recursos para resolver o problema da secagem e beneficiamento do café”. A associação trouxe inúmeros benefícios para a comunidade, aumentando significativamente o Capital Social dos membros no que se refere a acesso de recursos através de Políticas Públicas, mas desde 2016 a associação estava inativa em decorrência de problemas com o imóvel onde se localiza depois da venda da fazenda de um dos associados que havia doado o espaço. Foram muitos os prejuízos sofridos pela comunidade com inércia da associação nos últimos tempos na secagem e beneficiamento do café. Houve dificuldades com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Seguro quanto à emissão de licença para represamento de água para a irrigação da plantação e com o pedido a instalação da energia trifásica para o funcionamento da maquinaria de secagem de café. Na fala de um dos membros APROCABE é reconhecida a importância que tem voltar a funcionar, “[...] com a associação se tem mais representatividade [...]”, ter a associação já facilitou o acesso a recursos, como o uso de incentivos públicos através da CAR, e que hoje, se tornou mais difícil acessar a incentivos semelhantes com a paralisia da associação.

Mas com o aconselhamento jurídico gratuito do Mestre Rafael Tossati (dissertação 2019 deste programa de pos-graduação e integrante do DITREC) a associação já regularizou sua situação jurídica e ela está ativa novamente como na época antes do conflito com o imóvel, onde eles acessaram a recursos da CAR e agora se preparam para estarem prontos para concorrer a novos editais. Esse acesso por conta de Capital Social de grupo, somado ao de escada pode-se compreender melhor com a abordagem do conceito de Capital Social de Anthony Bebbington (1999), desde sua perspectiva como facilitador de acesso a recursos públicos, onde esse capital social é facilitador de acesso a recursos e auxiliador no diálogo de

grupos minoritários com os atores que regulamentam ou fazem a gestão esses recursos, neste caso o programa Bahia Produtiva da CAR. Portanto as relações entre indivíduos que pertencem a um mesmo grupo social como os agricultores familiares da APROCABE estão associadas ao Capital Social de ligação, sendo normalmente representados nas relações de confiança, reciprocidade e coesão do grupo, favorecendo trocas de informação e o desenho de estratégias compartilhadas, consenso sobre normas reguladoras, promoção da ação coletiva e gestão dos conflitos internos ao grupo (BEBBINGTON, 1999, p. 19 – 21). Diante da problemática de desativação da APROCABE, os chefes de família estavam impossibilitados de iniciarem qualquer diálogo com a CAR já que não haviam conseguido fechar as contas de financiamentos anteriores, devido à inatividade da Associação.

Logo da reativação da APROCABE junto ao DITERC, esforços foram feitos para que todas as comunidades do Vale Verde fossem informadas sobre os Editais do Projeto Bahia Produtiva, que poderia renovar e reformar o maquinário da Associação, assim como oferecer possibilidades de fomento de distribuição do produto desses grupos, inovação em suas embalagens, elaboração de identidade comercial, entre outros. Por exemplo, neste ponto com pesquisadores que entramos na categoria de mediador social (PESSANHA NEVES (1997) e SARDAN (2005)) e o papel social da universidade como instituições formador social de agentes transformadores para o desenvolvimento territorial.

Também nos dias 15 a 18 de outubro de 2018 ocorreu na UFSB no campo Sosígenes Costa, em Porto Seguro, o 2º Simpósio de “Ruralidades Contemporâneas em Rede”³⁷. O evento teve como programação uma Conferência de abertura, Grupos de Trabalho, Exposição de Pôsteres, Minicursos, Conferências e Palestras e a reunião do CODETER. Seu Jorge da Vitória, Seu Pedro da Vitória e Marco Gobbi foram ao simpósio representando a APROCABE e as comunidades de Nossa Senhora Aparecida e da Boa Esperança respectivamente. No evento puderam participar de duas mesas de debate sobre a “Comercialização dos Produtos e Feiras de Comercialização” e “Políticas Públicas de Comercialização” coordenadas pela Professora May Waddington e pelo Vanduy Cordeiro dos Santos (Coordenador de Governança Territorial da Diretoria de Planejamento Territorial - DPT/SPE/SEPLAN), respectivamente, junto de importantes atores políticos como o Secretário de Agricultura de Porto Seguro, o representante do CDS – Consórcio do Desenvolvimento Sustentável da Costa do Descobrimento e o representante da SDR – Bahia

³⁷ O 1º evento que nasce em 2016 foi com a intenção de identificar pesquisadores, atores e instituições que atuam junto às populações rurais e povos tradicionais no Sul da Bahia em pesquisas e ações de extensão voltadas para o desenvolvimento territorial, assim como a identificação e análise de conflitos socioambientais

Produtiva. Nos debates Seu Jorge da Vitória, em nome da APROCABE apresentou os principais problemas da comunidade sobre a comercialização do Café e da Pimenta ao respeito da figura do intermediário e trocaram experiências como lideranças de outras comunidades. Sem dúvidas uma experiência de muito peso para os agricultores familiares das comunidades, onde e a UFSB figurou como articulador da interface social juntando vários atores do território para que possam somar e agregar um para os outros, além de dar fala à algumas frentes diante de atores políticos de peso local.

Conforme no apontado no parágrafo anterior, a plenária do CODETER aconteceu o mesmo dia do Evento, nela participaram Seu Jorge da Vitória, Seu Pedro da Vitória e Marco Gobbi. Sendo a primeira vez em eles testemunham e se envolveram com o CODETER, mas não volaram a participar das seguintes reuniões do colegiado. Mas naquele dia pude observar seus gestos desaprovação ante a fala do secretário de agricultura onde os três agricultores cruzam os braços. Depois no momento de suas falas eles reclamavam mais e melhores apoios por parte do secretário e contavam também sua experiência com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Seguro quanto à demora na emissão de licença para represamento de água para a irrigação, “[...] Sem água não podemos produzir [...]”. Como conclusão da minha observação é claro que os agricultores de Vale Verde pousem Capital Social, mas a falta de participação na política territorial da minha atenção na falta de incorporação por parte de ele do *habitus* que precisa sair do estritamente de setorial e individual e adquirir uma visão coletiva e territorial por parte deles. Mas também na entrevista com Seu Jorge da Vitória ele reconhece que: “[...] é muito difícil sair da roça [...]”.

d) Capital Social comunitário, de ponte e de escada no Vale Verde

As comunidades de agricultores familiares no distrito do Vale Verde apresentam de forma clara a característica que constituem como uma *part-society* (REDFIELD, 1965), ou seja, são um segmento de classe de uma sociedade maior, dependente e explorada por essa sociedade, com vinculação ao mercado. Seu traço central, sem dúvida, é constituído pela forma de dependência que possui com a sociedade maior em termos de exploração, além que a noção de comunidade que essas famílias guardam está intimamente ligada ao grupo associado através da igreja que freqüentam.

No caso da Associação de Moradores de Vale Verde, os moradores mais antigos e nativos do quadrado, constituem um grupo ligado ao lugar em que vivem, conservam seu

ambiente, mantendo suas tradições culturais e sociais. Uma das atividades culturais em Vale Verde é bem representada pelas festas religiosas que a comunidade realiza. As mais conhecidas são a festa do Divino Espírito Santo, São Miguel Arcanjo e a festa de São Sebastião, tradicionalmente católicas e comuns na história de festas religiosas brasileiras. Essa última, embora ainda seja tradicional na comunidade, e contar com a participação de moradores e visitantes, está em decadência, tendo proporções menores do que a Festa do Divino que, resulta em comemorações para além do sagrado, com atrações musicais, entre outras, patrocinadas pelo poder público municipal. Em diversos momentos da festa, percebem-se as relações de parentesco, amizade e vizinhança, características que integram os grupos e a comunidade entre si. Também nestas festas se pode observar o Capital Social de ponte com as visitas de várias comunidades de perto que chegam para participar das celebrações.

Nas comunidades da Boa Esperança e Nossa Senhora Aparecida é possível perceber esses laços imediatos que unem e dotam de comportamentos de reciprocidade e cooperação atitudes de confiança dos indivíduos de um grupo. Também o senso de solidariedade é claramente perceptível, mesmo que seja composto por grupos de migrantes que se encontraram na região e não oriundos do mesmo grupo familiar. Mas as redes de parentesco, laços comunitários e da convivência face a face, pude perceber de forma acentuada nas comunidades. Por exemplo, na suas memórias de quando chegaram ao sul da Bahia na década de 1980, eles lembram que as terras eram “apenas mata”, e que por isso a primeira atividade econômica foi à carvoaria, também que por conta dos da religiosidade desenvolveram uma noção de comunidade vinculada aos participantes da igreja local já que participavam das celebrações semanais na paróquia do Divino Espírito Santo no Quadrado do distrito do Vale Verde. Entanto a comunidade Nossa Senhora Aparecida (localizada dentro da comunidade da Boa Esperança) é formada basicamente pela família “da Vitória”. Por ser a família que mais se desenvolveu em número de membros e produção, seu fundador, Jorge da Vitória com a ajuda de outras famílias construiu na sua propriedade uma Igreja, um colégio e escolheram como padroeira a Nossa Senhora de Aparecida.

Todos os anos em 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida, acontece à festa da padroeira da comunidade na propriedade de “Seu” Jorge. Nesta festa se pode observar nitidamente o Capital Social da comunidade e, em especial, do principal líder e atual presidente da APROCABE Seu Jorge da Vitória. Na festa também é expresso o Capital Social de ponte com as visitas de várias comunidades de Vale Verde e da região que chegam para

participar das celebrações, elas são anunciadas assim que chegam à propriedade de Seu Jorge. Também é observável o Capital Social de “escada” quando se recebeu personalidades políticas como a Prefeita do município de Porto Seguro, Secretário Municipal de Meio Ambiente, pesquisadores da universidade, líderes de outras comunidades, vereadores, empresários locais e até representantes de fábricas de agrotóxicos. A articulação decorrente da festa gera um aumento considerável do Capital Social da comunidade, permitindo que Seu Jorge da Vitória e outros membros da comunidade se relacionem com as personalidades locais. Neste caso quando os vínculos de sociabilidade cruzam os estratos sociais, se conecta um ator de baixa potência verticalmente a outro de maior potência, a função de "escada" do Capital Social pode dar acesso a outros recursos, econômicos e políticos, escassos na comunidade.

O Capital Social de "escada" geralmente adota as características de um relacionamento entre patrão e cliente (patronagem), ou seja, existe um Capital Social de propriedade (em proporções desiguais) de ambos. Outro exemplo deste tipo de Capital Social de “escada” pode ser encontrado na obtenção da eletrificação rural da comunidade Santa Rita por causa de um contato político de um membro da associação de produtores rurais com um vereador do município de Porto Seguro. O vereador por sua vez, tinha contato com um deputado que conseguiu que a COELBA (empresa de serviços de eletricidade) fizesse a eletrificação da comunidade.

Outro exemplo de Capital Social de escada foi na minha primeira observação participante no dia 26/03/2018, numa reunião em Vale Verde entre agricultores familiares com o técnico da SDR (que também era seu primeiro contato com AF de Vale Verde) com o objetivo para comunicar e explicar sobre os editais do programa Bahia Produtiva que estavam muito perto de fechar (Editais para projetos de Economia solidaria e cooperativismo; Recursos Hídricos para abastecimento de água; Acesso a Mercado para AF; Apoio Agroindústria da AF). A reunião aconteceu de manhã no anexo da escola do quadrado de Vale Verde, um dos agricultores levou café e beiju para compartilhar. Os agricultores vieram e se cumprimentaram uns aos outros, além de alguma piada a minha condição de argentino e eles se referiram a mim como “gringo”. No início da reunião todo mundo estava sentado nas cadeiras da escola respeitando as fileiras. Como foi minha primeira abordagem, tive dúvidas em propor uma roda, portanto, a reunião prosseguiu com essa disposição e o técnico na frente do que seria a mesa do professor de sentado de costas a placa de marcador. Os AF escutaram atentamente, mas em suas falas dos agricultores percebe-se que eles não estavam em condição

de competir para obter recursos com as edições já que em aquela época a APROCABE estava desativada a causa dos conflitos já enumerados nos parágrafos da cima, além de isso, os editais de Acesso a Mercado para AF, tinha como requisito reunir 6 organizações ativas e eles não obtiveram esse quantidade em tão curto prazo, além que os prazos para a apresentação do projeto estarem muito perto de encerrar. Na fala de um dos agricultores “[...]Eu não recebi dinheiro do governo da Bahia Produtiva ainda mas pelo que sei de outros que sim, é que o atraso na execução e os recursos dos projetos ai o agricultor fica desanimado; o que funcionam bem são o PAA e o PNAE”[...] (Entrevista AF, Vale Verde, 28/11/2019)

Por último nos diferentes momentos da vida social do Vale Verde nos quais se manifesta a existência de Capital Social fica explícito como se articulam as esferas produtivas e sociais da vida comunitária, no Quadro 1 se procura resumir os momentos nos quais se expressa o capital social dos agentes no Vale Verde. Entanto como indica Portes (1998) se podem distinguir as três funções básicas do Capital Social, aplicáveis em vários contextos: (a) como fonte de controle social; (b) como fonte de apoio familiar; (c) como fonte de benefícios por meio de redes extra-familiares.

Quadro 1 Momentos nos quais se expressa o capital social dos agentes no Vale Verde

Simetria das relações	Tipo de Capital Social				
	Individual	Grupal	Comunitário	De Ponte	De Escada
Simétricas	Parentesco Vizinhança	Grupos religiosos Associação de Moradores de Vale Verde Associação de AF MST	Festas comunitárias	Festas comunitárias	
Assimétricas					Patronagem (agentes políticos)

Fonte: elaboração própria, baseada na informação primária

3.4 Vale Verde um margens do Estado

Nesta seção analisa-se o Vale Verde como um margem do estado. O conceito de margens é importante para a compreensão do funcionamento do estado, onde uma margem é uma borda que envolve a metáfora do centro e da periferia (DAS e POOLE, 2008). Aqui discuto um lugar "marginal" ou periférico como o distrito de Vale Verde e suas comunidades. Também exploro a margem entre o estado e os agricultores familiares, essa cúspide preocupante entre a vida do coletivo e a vida do indivíduo. Como DAS e POOLE (2008)

apontam, devemos ir além daquelas abordagens que se concentram apenas nas práticas repressivas do estado e que pensam nas margens no sentido sobre as dinâmicas claras da inclusão e exclusão; para olhar as margens como espaços fora do controle total do estado sendo, portanto, locais de possível resistência mesmo que penetradas pelo o Estado.

O Estado reivindica o território e formas particulares de vida e experiências de desenvolvimento como um conjunto de práticas através das quais as reivindicações de inclusão (territorial, econômica e social) por parte do estado são freqüentemente tornadas ilegíveis e opacas. Portanto, ao se colocar a margem do estado em algum lugar entre os espaços urbanos e rurais em que os agricultores familiares vivem, se pode procurar naquele ambiente estranho e altamente móvel, entre o desenvolvimento e o não-desenvolvimento, a relação entre a política pública de DTR e a AF.

Especificamente, quero pensar nesse momento em que a relação entre elas é tornada tênue e ilegível como uma margem em vários sentidos da palavra. Primeiro, podemos pensar nessa relação de incerteza como constituindo uma espécie de margem pela qual se pode desvendar a legitimidade do poder do Estado diante da busca por maior autonomia dos movimentos sociais da AF. Segundo, essa luta se intensifica nessas áreas que são consideradas espacial e socialmente "marginais" para o Estado. Finalmente, é um local a partir de uma perspectiva espacial de centros e margem se torna ilegível.

Pode-se pensar margem tangível (e geograficamente localizável) de inclusão e exclusão quando as comunidades da AF do Vale Verde encontram o Estado quando entram em agências do governo, ou vão à secretaria de agricultura do município ou participando das reuniões do CODETER Onde se assumem um modelo de relações espaciais nas quais uma margem é imaginada como algo que pode ser localizado, cruzado, expandido ou fixo, uma borda externa de uma determinada unidade social, portanto as comunidades AF como distantes rurais, mas sobretudo, marginais a um Estado que se torna incursões em suas vidas na forma as vezes de escolas, postos sanitários e projetos ocasionais de desenvolvimento através de visitas de técnicos do estado.

Certamente, alguma linguagem de marginalidade espacial é inevitável quando se fala de comunidades cujas vidas foram restringidas e reduzidas de maneira bastante violenta por um estado cuja administração dessas populações se baseia em uma série de suposições políticas de classe sobre sua marginalidade. Um exemplo disso são as falas dos sem-terra do assentamento Serro Azul do MST. De fato, a marginalização é uma poderosa técnica de poder, precisamente porque a margem é ao mesmo tempo um local real onde, no caso do Vale

Verde, as estradas não penetram, ficam inutilizáveis nas épocas de chuvas ou a estrada com asfalto não têm manutenção, as mercadorias raramente alcançam, as escolas mal existem ou quando a comunidade do quadrado por causa da quebra de uma bomba ficou sem abastecimento de água isso implicou reclamações à prefeitura e à empresa prestadora de serviços públicos e protestas na pista até encontrar uma solução. Então devemos procurar o vínculo entre as margens do estado e os regimes particulares de cidadania e modelos de desenvolvimento hegemônicos por meio dos quais o Estado define e contrasta seus territórios e populações.

Neste sentido pode nos ajudar ver o Estado não simplesmente como organização puramente racional-burocrática, mas como uma forma de regulação que oscila entre um modo racional e um modo mágico de ser (DAS e POOLE, 2008). Como entidade racional, o Estado está presente na estrutura de regras e regulamentos incorporados na lei, bem como nas instituições na implementação das Políticas Públicas. Mas o Estado também adquire um tipo diferente de presença, que se pode chamar de mágica, na vida das comunidades por meio das práticas locais. Como entidade racional, está presente na estrutura de regras e regulamentos; mas suas qualidades mágicas são evidentes na presença misteriosa que ela alcança na vida da comunidade, mesmo em momentos de desafio com o Estado - como se a comunidade derivasse sua própria existência de uma leitura específica do Estado. Com os exemplos do parágrafo anterior mostram o modo em que o Estado está presente na vida da comunidade entre uma entidade burocrática racional e uma entidade mágica.

Por último essa duplicidade fica com nitidez no apontado por Nelson:

“Por sua vez, o estado, como uma exibição lateral, tem duas faces: uma legítima, a outra criminosa, corrupta e assassina; um racional, o outro irracional e mágico. Em um, o estado é o povo, nosso representante; no outro, o estado é contra o povo, avaliando constantemente o risco de nossa rebelião, sempre pronto para reprimir. De um lado, o estado é regulador, criando e mantendo padrões normalizando; com o outro, é um show de horrores funcionando precisamente através de sua anormalidade, sua grandiosidade, sua enorme diferenciação do cotidiano”. (NELSON, 2004, p. 135)

Se existem uma série de parcerias através das quais o Estado e as comunidades da AF do Vale Verde se envolvem mutuamente é bom pensar nesse lugar marginal, pois é nesse ponto que o Estado lida com a implantação, efeitos, articulações, resistências e execução da política. Mas também se o Estado pode parecer acessível às classes populares por meio de serviços públicos de educação, transporte, comunicação e assistência médica. Existe uma ilegibilidade do estado, a ilegibilidade de suas regras e regulamentos, bem como a localização da legitimidade da instituição criada como CODETER que permite a oscilação entre o

racional e o mágico tornar-se a característica definidora do estado nessas margens. São as experiências duplicadas de desejo de presença do Estado e de terror nas práticas repressivas do estado. Nessa margem aparente, podemos contemplar a estranha concatenação do Estado como repressivo e o Estado como o local e campo luta em procura de melhorar as condições de vida da agricultura familiar: como disciplinar e governamental, como duplicidade.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi iniciada com a primeira saída campo no dia 17/03/2018 junto com a orientadora a Professora May, a Professora Ana Carneiro e um estudante de graduação membro do DITERC. Visitamos o assentamento Serro Azul do MST. Ouvir de duas mulheres “Sem terras” cantar o hino do MST e receber de presente o boné do movimento social mais importante de recampanhação da América Latina; foi uma vivência inesquecível. Ainda mais escutar de primeira mão o principal conflito territorial sócio-ambiental da Costa do Descobrimento que é a monocultura de eucalipto onde o Estado fez uso do monopólio da violência física e simbólica; intervindo com seis ônibus da polícia.

A pesquisa conseguiu demonstrar como as questões do Desenvolvimento territorial rural e da Agricultura Familiar, longe de se basearem em uma unidade e coerência de pensamento, são categorias moldados em torno de esquemas fragmentados da ação e articulados com base em noções-chave que adquirem diferentes significados e relações entre si segundo os enunciadores e seus contextos. Em primeiro lugar já que ambas questões são objeto de disputa em muitos diversos campo desde o acadêmico até o político. No campo da política e seu reflexo nas políticas públicas ainda são mais fragmentados. Em segundo lugar a falta de unidade e coerência tem que ver com as práticas e os sentidos diferenciados respeito da política pública tem os diversos atores sócias que interatuam na interface do CODETER.

A noção de interface social como a perspectiva do ator foi de grande ajuda para analisar o CODETER., como também a teoria geral de Bourdieu. A multiatorialidade que compõem o colegiado é muito diverso e expressa a diversidade do território, além de isso não é uma multiatorialidade completa já que muitas outras atores da sociedade não participam da política territorial, embora possam ser beneficiados direta ou indiretamente. Se essa multiatorialidade diversa, mas incompleta seria a chave para pensar que na implementação da política de desenvolvimento territorial no estudo de caso o CODETER da CdD seria mais uma política setorial com aspirações territoriais que não chega a ser pluri-setorial. Na sua (re) configuração da política pública ele teve grandes avanços que norteia uma dinâmica de melhora ainda mais tendo em conta o contexto atual do Brasil como foi apontado na dissertação além dos atores sejam de campos distintos e possuidores de diferentes *habitus* e capitais. Porém o contexto do país e regressivo para as políticas públicas para a AF, é necessário converter a política pública Territórios de Identidade de uma políticas públicas de capacidade de governo a capacidade do Estado, o que mais importa para conseguir isso são as capacidade políticas e não as administrativas.

Outro ponto a ressaltar nessa inter-relação a figura dos mediadores sociais na interface social e no desenvolvimento, são outra noção chave, de eles depende a conexão entre as prática estatais e as prática dos atores da AF. Foi possível com as observações identificar diferentes atores sociais se relacionam com base em interesses, *habitus* e capitais diferenciados na interface representada pelo CODETER do TI- CdD. Seja no caso dos AF suas estratégias pelo acesso a capitais econômicos (recursos ou os editais) depende da incorporação de um *habitus* alinhado ao paradigma DTR e seu graus de politização como no caso dos “Sem terra”, no entanto AF familiares alinhado ao paradigma de políticas setorial não implica que não acessem a os recursos da política territorial além de sua pouca participação no CODETER por exemplo os AF de Vale Verde, mas eles precisam de seu capital social para o acesso.

Ao respeito da segunda pergunta da pesquisa, pelo menos em este estúdio de caso com foco no CODETER da Costa do descobrimento não se conseguiu distinguir as estratégias de intervenção específicas para a agricultura familiar no conjunto de instrumentos para o desenvolvimento territorial, sinais disso são o peso do programas como a Bahia produtiva financiado pelo Banco Mundial, instituição com uma longa história de influencia no desenvolvimento rural na America Latina. Esta sugere que as abordagens e idéias sobre o desenvolvimento rural que são impostas, além dos diferentes épocas históricas, geralmente impregnam o conjunto de estas agências de financiamento que, com maior ou menor ortodoxia e diferente temporalidades, acabam incorporando-as aos desenhos dos programas que financiam. Isso não deve ser interpretado como a imposição de uma receita uniforme, mas como a predominância de uma série de idéias, conceitos, instrumentos e expressões comuns são impostas, mas também algumas exigências que limita a Soberania dos Estado (pensando em términos de dívida externa) e instrumentos que não fazem distinção de fronteiras como agências que concentram todos os programas com financiamento internacional, no caso da Argentina no nível federal de governo a *Unidad de Cambio Rural* (Unidade de Mudança Rural); no caso do Estado da Bahia a CAR.

Por outro lado como a visão dos atores que intervêm na (re) configuração da política pública Território de Identidade do estado da Bahia, as respostas são muito variáveis dependendo do ator, entre os atores institucionais se tem otimismo e a certeza que a política territorial é um processo que leva tempo. Mais um ponto de acordo não visão de quase todos os entrevistados é que, mesmo com avanços, a atuação do CODETER e a política territorial devem ser mantidas, mas as falhas precisam ser corrigidas.

Por ultimo, esta pesquisa tento responder a como opera o capital social do Vale Verde na participação das políticas públicas? A hipótese que se tinha é que nessa escala local, a dinâmica rural do distrito de Vale Verde e sua dotação de capital social resulta em uma escassa participação na política pública TI do estado da Bahia. Tal vez ela não foi a melhor das hipóteses por motivos metodológicos na dificuldade da medição do capital social após de deixar de lado o questionário elaborado no princípio e criticado na banca de qualificação e também minha formação de Economista agrário teve o viés cognitivo de quere medir o concito de capital social com números com um questionário fechado. Além de isto se conseguiu analisar os diversos tipos do conceito e como se operam modificações no capital social dos agricultores familiares do Vale Verde no acesso a recursos públicos através tanto das política pública setoriais como o programa Bahia Produtiva, associado à análise da dinâmica rural nessa escala local se observou empiricamente a diversidade de agricultores familiares do distrito rural de Vale Verde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas/São Paulo: Ed.Unicamp/Hucitec, 1992.

———. **O capital social dos territórios – repensando o desenvolvimento rural**. *Economia Aplicada*, n. 2, Vol. IV: 379-397. São Paulo, 2000

———. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALMEIDA, M. W. B. **Narrativas agrárias e a morte do campesinato**. *Revista Ruris*, Vol. 1 N° 2, Setembro 2007, p. 157-186.

ANDERSON, B. R. (1991). **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism** (Revised and extended. ed.) 2a ed. [S.l.]: Verso. p. 224.

AZCUY AMEGHINO, E. **De la percepción empírica a la conceptualización: elementos para pensar teóricamente la estructura social de las explotaciones agrarias pampeanas**. En *Estudios agrarios y agroindustriales*. Buenos Aires: IMAGO MUNDI. 2012. p. 3-66.

BALSA J. y LÓPEZ CASTRO N. **La agricultura familiar `moderna´. Caracterización y complejidad de sus formas concretas en la región pampeana**. En López Castro, N. y Prividera, G. (Eds.). *Repensar la agricultura familiar. Aportes para desentrañar la complejidad agraria pampeana*. Buenos Aires: CICCUS. 2011. p. 45-76.

BEBBINGTON, A. **Capitals and capabilities. A Framework for Analysing Peasant Viability, Rural livelihoods and Poverty in the Andes**. London: IIEDDFID January, 1999.

———. **El capital social en el desarrollo: teoría, concepto o estrategia?** En Irma ARRIAGADA I e MIRANDA F. (comp.) *Capital social: potencialidades analíticas y metodológicas para la superación de la pobreza*, Seminario taller “Capital social, una herramienta para los programas de superación de la pobreza urbana y rural” Santiago de Chile, CEPAL - SERIE Seminarios y conferencias N° 31, 2003.

BEDERGUE, J. **Cambios globales y locales: implicaciones para las dinámicas del desarrollo territorial**. Conferência proferida no III Congresso Internacional Gestão Territorial del Desarrollo Rural, Brasilia 7-10 nov 2016.

BOISIER, S. **Desarrollo (Local): De qué estamos hablando?** In: BECKER, D. / BANDEIRA, P. (Org.) *Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p.151-185, 2002.

———. **El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico**. *Redes*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.4, n. 01, p. 61-78, jan/abr,1999.

BONNEWITZ, P. **Pierre Bourdieu, vie, œuvres, concepts**. Paris: Ellipses Éd. Marketing, 2002.

BOURDIEU, P. **Champ du pouvoir, champ intellectuel et habitus de classe**, en Scoliés, I, País, 1971. Traducción de Jorge Dotti para la edición: Pierre Bourdieu, **Campo de poder, campo intelectual**, Buenos Aires, Folios, 1983

———. **Quelques propriétés des champs** en **Questions de sociologie**, París, Minuit, 1980. Trad. de Martha Pou para la edición: Pierre Bourdieu, **Sociología y cultura**, México, Grijalbo, 1990.

———. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

———. **The forms of capital**. Em RICHARDSON J., Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. Greenwood Press, New York. 1986.

———. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro/ Lisboa: Bertrand Brasil/ Difel, 1989.

———. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

———. **A propos de La famille comme catégorie réalisée**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 100, 1993.

———. **El espíritu de familia ("L'esprit de famille")**, págs. 135-145. En: Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción. (Raisons pratiques sur la théorie de l'action). Ed. du Seuil, 1994. Neufeld, M.R.; Grinberg, M.; Tiscornia, S. y Wallace, S. (comps.) Antropología Social y Política. Hegemonía y poder: el mundo en movimiento. Buenos Aires, EUDEBA, 1998.

———. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

———. **Entrevista a Yvette Delsault: sobre o espírito da pesquisa**. Tempo Social, v. 17, n. 1, p. 175-210, jul. 2005.

———. **Sobre o estado: cursos no Collège de France (1989-1992)**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, [2012] 2014.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C; PASSERON, J.C. **A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BOZZANO, H. **Territorios Reales, Territorios Pensados, Territorios Posibles. Aportes para una Teoría Territorial del Ambiente**. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2000.

———. **Territorios posibles. Procesos, lugares y actores**. Buenos Aires: Lumiere, 2009

———. **Geografia, Útil de Transformação. O método Territorii, o diálogo com a Inteligência Territorial, Campo e Território**, 8 (16). 2013 Disponible en: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/current>

———. **Territorios posibles y utopías reales. Aportes a las teorías de la transformación: inteligencia territorial y justicia territorial**. Colombia. Arquetipo Volumen (15). pp 71-91. 2017.

BOZZANO, HORACIO; CIRIO, GASTÓN; DAMICO, GABRIELA; **¿Qué entiende por territorio?. TERRITORIOS POSIBLES.** Procesos, lugares y actores. Buenos Aires: Lumiere. 2009. p57 – 75

BROSIUS, P. **Analyses and Interventions: Anthropological Engagements with Environmentalism.** Current Anthropology Vol. 40, No. 3: 277-310, 1999

BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M. NAVARRO, Z. **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro.** Revista de Política Agrícola, junho de 2013 – Ano XXII, n.2.

BUCHANAN, J. **The Demand and Supply of Public Goods.** Rand McNally, Chicago. 1968

———. **Cost and Choice.** Markham, Chicago. 1969.

———. **Public Choice: The Origins of a Research Program.** Center for the Study of Public Choice, George Mason University Press, Fairfax. 2003.

BURT, R **The Network Structure of Social Capital,** in Robert Sutton and Barry Staw (eds.) Research in Organizational Behavior Greenwich, CT: JAI Press, 2000, p. 345-423.

CALLEGARIS, P. **Políticas públicas comparadas de los países del MERCOSUR para la agricultura familiar en el marco del derecho a la alimentación.** Tesis de grado LEAA – FAUBA – 2014.

CANCELA, F, **A Presença de não-índios nas vilas de índios de porto seguro: relações interétnicas, territórios multiculturais e reconfiguração de identidade – reflexões iniciais.** Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 42-61, jul./dez. 2007.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** São Paulo, 8ªed. Ed. 34, 1997[1964]

CARDOSO, F. y FALETTO, E. **Dependencia y desarrollo en América Latina.** México, Siglo XXI editores, México. 1969.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro , N. 11., outubro/1998. pp. 63-75

———. **Agricultores e Pluriatividade: tipologias e políticas.** In: Luís Flávio de Carvalho Costa, Roberto José Moreira e Regina Bruno (org.) **Mundo Rural e tempo presente.** Rio de Janeiro – Mauad, 1999.

———. **Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade.** Campinas: NEA – IE – UNICAMP, 2001

———. **“Rural” como categoria de pensamento.** Revista RURIS, Vol. 2 , N° 1, Março 2008.

CARNEIRO, M. J. e SANDRONI L **Tipologias e significados do “rural”:** uma leitura crítica Em Pereira Leite, S e Bruno R.(Org.). O rural brasileiro na perspectiva do século XXI. Rio de Janeiro, RJ : Garamond, 2019.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XIX: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 2005

CLARE, N, HABERMEHL, H and MASON-DEESE, L. **Territories in contestation: relational power in Latin America.** Territory, Politics, Governance. 2017

COBB, R., ROSS J. & ROSS, M. **Agenda Building as a Comparative Political Process.** In: The American Political Science Review 70:126-138. 1976. https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/articles/Cobb_Ross_and_Ross_1976.pdf

COLEMAN, J. S. **Social Capital in the Creation of Human Capital.** American Journal of Sociology, 94(Suplement), 1988, p.95-120.

CORBOZ, A. **El territorio como palimpsesto. En: Orden disperso: ensayos sobre arte, método, ciudad y territorio.** Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires. 2015.

COWAN ROS, C. **Estatualidades, políticas públicas y movimientos sociales en su configuración interdependiente.** Revista Científica Contested Cities –WorkingPaper Series. ISSN 23412755, 2016.

CHIBBER, V. **Bureaucratic Rationality and the Developmental State.** American Journal of Sociology, vol. 107, N° 4, pp. 951-989. 2002.

—. **Locked in Place: State-Building and Late Industrialization in India.** Princeton, University Press. 2003.

CHIRIBOGA VEGA, M. **Campesinos, utopía y planificación** (Estudios – análisis). Revista Ecuador Debate (CAAP), N° 15, 1988, p. 231-254

DAGNINO, E., org. **Sociedad civil, espacios públicos y democratización: Brasil.** México: Fondo de Cultura Económica. 2002.

DANTAS FLORE, C. **Territórios de identidade na Bahia: saúde, educação, cultura e meio ambiente frente à dinâmica territorial.** Dissertação de mestrado. UFBA. Instituto de Geociências. Curso de Pós-graduação em Geografia. Salvador – Bahia, 2014

DAS, V e POOLE, D. **El estado y sus márgenes.** Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social, n° 27:19-52. 2008.

DE AZEVEDO A. I., DA SILVA, I., CASTRO BRITTO, J.R., SENA CUNHA, L., DE ALMEIDA, L. **Plano territorial de desenvolvimento sustentável e solidário – PTDSS.** Território de Identidade Costa do Descobrimento, Dezembro de 2016

DELSAULT, Y. **Depoimento sobre LesHéritiers.** Tempo Social, v. 17, n. 1, p. 211-228, jul. 2005.

DENZIN, N. **The Research Act A Theoretical Introduction to Sociological Method.** Chicago: Aldine. 1970.

DE SARDAN, O. **Anthropology and development.** Understanding contemporary social change. London: Zed Book. 2005

DORNBUSCH, R. y EDWARDS, S. **The Macroeconomics of Populism.** Journal of Development Economics, N° 32, Washington. 1990.

DURSTON, J. **Building social capital in rural communities (where it doesn't exist). Theoretical and policy implications of peasant empowerment in Chiquimula, Guatemala.** CEPAL Trabajo presentado no Encontro da Latin American Studies Association, Chicago 24 – 26 setembro 1998.

———. **¿Qué es el capital social comunitario?** Santiago de Chile. División de Desarrollo Social, CEPAL, 2000.

———. **El capital social en seis comunidades campesinas de Chile: adelantos y desafíos de una investigación en marcha** (pp 39-51) In: DURSTON, J. e MIRANDA, F. (comp.) **Capital social y políticas públicas en Chile. Investigaciones recientes.** Santiago de Chile, CEPAL, v. 1, serie Políticas Sociales, n. 55, 2001.

———. **El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural.** CEPAL – ONU Santiago de Chile, noviembre de 2002

———. **Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe.** En ATRIA R., SILES M., ARRIAGADA I, Et Al. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma.** CEPAL - ONU - Universidad del Estado de Michigan (MSU), Santiago de Chile, enero de 2003.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y Diferencia.** Medellín, Ediciones UNAULA. 2014.

ELLIS, F.; BIGGS, S. **Evolving themes in rural development 1950s-2000s.** Development Policy Review, Oxford – UK, v. 19, n. 4, p. 437-48, 2001.

EVANS, P. **Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation.** Princeton University Press, Princeton. 1995.

———. **El Estado como problema y como solución.** Desarrollo Económico, vol. 35, N° 140, IDES, Buenos Aires, enero-marzo. 1996.

FAO/BID. **Políticas para la agricultura familiar en América Latina.** Oficina regional de la FAO para América Latina y el Caribe. 2007.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** São Paulo: Ed. Iglu/Fapesp, 2007.

———. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou inovação por adição?** Estudos Avançados (USP), v. 24, p. 299-319, 2010a.

———. **Tendências contemporâneas dos estudos e políticas de desenvolvimento territorial.** Em: BACELAR, T. (Org.). Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil – avanços e desafios. v. 12. Brasília: IICA, 2010b, (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12) p. 15-46.

———. **Cambios globales y locales: implicaciones para las dinámicas del desarrollo territorial.** Conferencia proferida no III Congreso Internacional Gestión Territorial del Desarrollo Rural, Brasília 7-10 nov 2016.

———. et al. **Quinze anos de desenvolvimento territorial rural – a experiência dos programas e planos do Estado da Bahia/Brasil.** Relatório de Pesquisa, Projeto Coesión Territorial, Rimisp São Paulo/Santiago do Chile – Dezembro/2015

FERGUSON, J. **The Anti-politics machine. “Development”, depoliticization, and bureaucratic power y Lesotho.** Mineapolis-London: University of Minnesota Press. 1994.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and freedom.** The University of Chicago Press, Chicago. 1962.

FUKUYAMA, F. **What is Social Capital.** 2000. Disponível em: www.ifm.org

GALLART, M. A. **La integración de los métodos y la metodología cualitativa. Una reflexión desde la práctica en la investigación.** Métodos cualitativos II. La práctica en la Investigación. CEAL. 1993.

GAMBINO, S. **Los profesionales de las ciencias agropecuarias y ambientales y el Desarrollo Sostenible: a modo de conclusión.** En: “Derechos humanos, ambiente y desarrollo: los Objetivos del Milenio”. Logegaray (comp.). Editorial Facultad de Agronomía., 2016

GARCÍA LINERA, A. **El Estado en transición. Bloque de poder y punto de bifurcación.** En GARCÍA LINERA A, PRADA R., TAPIA L. e VEGA CAMACHO O. El Estado. Campo de lucha. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Muela del Diablo Ed. La Paz, Bolivia, 2010.

GERSCHENKRON, A. **Economic Backwardness in Historical Perspective.** Harvard University Press, Cambridge. 1962.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp/IE. Coleção Pesquisas, n. 1, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001.**

GRILLER, R. **The Return of the Subject? The Methodology of Pierre Bourdieu.** Critical Sociology, 1996.

GRINDLE, M. **The New Political Economy: Positive Economics and Negative Politics**.en MEIER, G. (ed.) *Politics and Policy Making in Developing Countries*, ICEG, San Francisco. 1991.

GUDYNAS, E. **Extracciones, extractivismos y extracciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales**, Observatorio del Desarrollo, CLAES, núm. 18. 2013.

_____. **Los ambientalismos frente a los extractivismos**. *Revista Nueva Sociedad* 268: 110-121. 2017.

HABERMAS J, **Más allá del Estado nacional**, Ed. Trotta, Madrid, 1997.

HAESBAERT, R. **Des-reterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” nonordeste**. Niterói: Editora UFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2006.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

_____. **De categoria de análise a categoria da prática: A multiplicidade do território numa perspectiva latino-americana** em FRIDMAN F. *Políticas públicas e territórios Onze estudos latino-americanos*. 2018

HAMMERSLEY, M. y ATKINSON, P. **Etnografía. Métodos de investigación**. Barcelona: Paidós. 1994.

HARVEY, D. **Justice, nature, and the geography of difference**. Oxford: Blackwell. 1996.

_____. **El nuevo imperialismo: acumulación por desposesión**, *SocialistRegister*. Argentina: Clacso. 2007.

HIRSCHMAN, A. **The Strategy of Economic Development**, Yale University Press, Yale. 1958.

HIRST, P. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro : J. Zahar. 1993.

KRUEGER, A. **The Political Economy of the Rent-Seeking Society**. *American Economic Review*, N° 64 (3), pp. 291-303. 1974.

LAHIRE, B. **Reprodução ou prolongamentos críticos?** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar, Vol. I e II**.Campinas: Ed. Da Unicamp, (1993/1998).

LATTUADA, M. **Políticas de desarrollo rural en la Argentina. Conceptos, contexto y transformaciones**. *Temas y Debates* 27:13-47. 2014.

LATTUADA, M.; NOGUEIRA, M. E. **Capacidades estatales y políticas públicas. Una propuesta para el abordaje de las políticas agropecuarias en la Argentina contemporánea (1991-2011)**. Estudios Rurales. Publicación de Centro de Estudios de La Argentina Rural. Bernal, Vol. 1 N° 1, 2011. ISSN: 2250. (p.30-54)

LATTUADA, M., MARQUEZ, S., & NEME, J. **Desarrollo rural y política. Reflexiones sobre la experiencia argentina desde una perspectiva de gestión**. CICCUS. 2012.

LIN, N. **Social capital: a theory of social structure and action**. Cambridge, Cambridge University Press, 2001

LONG, N. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: El Colegio de San Luis-CIESAS. [2001] 2007.

LOPES DE SOUZA, M. **Espaço geográfico, espaço social, organização espacial e produção do espaço” y “Território e (des)territorialização”**. En Lopes de Souza, Marcelo: Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Río de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.

MALINA, L. **A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013

MANZANAL, M **Desarrollo: perspectiva crítica desde el análisis del poder y del territorio**, en Realidad Económica N° 283- IADE, BsAs, Argentina, 2014, p. 17-48.

MANZANAL, M., e GONZALEZ, F. **Soberanía alimentaria y agricultura familiar. oportunidades y desafíos del caso argentino**. Realidad Económica, (255), 12–42. 2010.

MANZANAL M. Y SCHNEIDER S. **Agricultura Familiar y Políticas de Desarrollo Rural en Argentina y Brasil (análisis comparativo, 1990-2010)**. Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios N° 34, año 2011. p. 35-71.

MARGIOTTA, E. y BENENCIA R. **Introducción al estudio de la Estructura Agraria: la perspectiva sociológica**. En: “Sociología y Extensión Agrarias 1”, Durand (comp.). Editorial Facultad de Agronomía. 2016.

MARX, K. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, [1851 - 1852] 2006

MAX-NEEF, M. **Desarrollo a escala humana Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones**. Montevideo : Ed. Nordan-Comunidad .1994

MEDEIROS, L. S. L **Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política** en Manzanal M. y Neiman G. (comp.) Las Agriculturas familiares del MERCOSUR: Trayectorias, amenazas y desafíos, 1ed. –BsAs: Fundación Centro de Integración, comunicación, Cultura y Sociedad – Ed. CICCUS, 2010. Pág. 131 – 148.

MENDRAS, H. **La fin des paysans – suived´unerefléxion sur la fin de paysansvintans après.** Paris: Actes Sud, 1984.

MERLINSKY, G. **Cartografías del conflicto ambiental en Argentina;** compilado por Gabriela Merlinsky. - 1a ed. - CABA : Fundación CICCUS, 2013.

_____.**Cartografías del conflicto ambiental en Argentina 2 ;** compilado por Gabriela Merlinsky. - 1a ed. - CABA : Fundación CICCUS, 2016

MONTAÑEZ GOMEZ, G. et al, **Espacio y territorios. Razón, pasión e imaginarios.** Universidad Nacional de Colombia, RET-Red Espacio y Territorio. Ed.Unibiblos, Bogotá. 2001

MOURA, M. M. **Camponeses.** São Paulo. Ed. Ática. 1986

MORMONT, M. **Versunere définition du rural.** RecherchesSociologiques, v. XX, n. 3, 1989.

MULLER, P. **Las Políticas Públicas.** Colombia: Universidad Externado de Colombia. 2002.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdevelopment.** Duckworth, Londres. 1957.

NAVARRO, Z. e PEDROSO, M. T. M., **A agricultura familiar no Brasil. É preciso mudar para avançar.** Textos para discussão, Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, nº 42, 2011.

NELSON, D. **Anthropologist Discovers Legendary Two-Faced Indian! Margins, the State, and Duplicity in Postwar Guatemala.** In: DAS,V. e POOLE, D. (Ed.) **Anthropology in themarginsofthestate.** SchoolofA.mericanResearch 2004

NOCHTEFF, H. **Los senderos perdidos del desarrollo. Elite económica y restricciones al desarrollo en la Argentina.** en AZPIAZU, D. y NOCHTEFF, H.El desarrollo ausente. Restricciones al desarrollo, neoconservadurismo y elite económica en la Argentina. Ensayos de EconomíaPolítica, FLACSO, Buenos Aires.

NORDLINGER, E. A. **On the autonomy of the democratic state.** Harvard University Press, Cambridge Mass., 1981

NUSSBAUMER, B. **Don Camilo y Peppone reloaded. Los sentidos de comunidad y La disputa territorial Huarpe en Mendoza.** In: NUSSBAUMER; COWAN ROS (Eds.). Mediadores sociales. En la producción de prácticas y sentidos de la política pública. Buenos Aires: Ciccus, 2011, p. 131-180.

OCAMPO, J. A. **Capital social y agenda del desarrollo** En ATRIA R., SILES M., ARRIAGADA I, et. al. Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. CEPAL - ONU - Universidad del Estado de Michigan (MSU), Santiago de Chile, enero de 2003.

O'DONNELL, G. **Apuntes para una teoría del estado** en Oszlak, O. (comp.), *Teoría de la burocracia estatal*, Paidós, Buenos Aires. 1986.

OLIVEIRA ROCHA, M. **Política de Desenvolvimento Territorial na Bahia: inovação e conservadorismo político**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia. Novembro, 2015

ORTEGA, A. **As políticas territoriais rurais no Brasil: as ações do governo federal** Capítulo 2. Em ORTEGA, A e MURILO J. *As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia*. Brasília: Ipea, 2016.

ORTEGA, A e MURILO J. **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: Ipea, 2016.

OSZLAK, O. y O'DONNELL, G. **Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación**. Buenos Aires, Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), Documento G.E. CLACSO/Nº4, 1981. 116-118 p.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: SDT/MDA; IICA, 2009.

PESSANHA NEVES, D. **As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. Análise das representações dos técnicos agrícolas sobre os agricultores**, *Ciências Sociais Hoje*, pp. 106-132. São Paulo, Vértice. 1987.

———. **Saber e Poder: Fundamentos das Mediações Institucionais**. Em Neves, D. (comp). *Assentamento Rural: Reforma Agrária em Migalhas*. Rio de Janeiro, 1997.

PLOEG, J. D. van der et al. **Rural development: The state of the art**. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A; BANKS, J. (Orgs.). *Living countryside: rural development in Europe – the state of the art*. Netherlands: Elsevier, 2002.

———. **O modo de produção camponês revisitado**. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

———. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. POA, Ed. UFRGS, 2008

PORTES, A. **Social Capital: Its Origins and Applications in Contemporary Sociology**. *Annual Review of Sociology* 24, 1998, p. 1-24.

PORTO GONÇALVES, C. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina**. En José Seoane, *Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Programa OSAL. 2003.

PUTNAM, R. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon and Schuster, 2000.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro; ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. S. Paulo, EDUSP, Petrópolis, Vozes, 1973.

RAFFESTIN, Cl **Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité**, Espaces et sociétés, n° 41, 1982 pp. 167-171

REDFIELD, R. **Peasant Society and Culture** in The little community and peasant Society and Culture). Chicago University of Chicago Press, 1965 cap 2 e3, pp 17-32 e 33-51

RIST, G. **La cultura y el capital social. ¿Cómplices o víctimas del “desarrollo”?**. En: Kliksberg y Tomassini (comp.) **Capital Social y Cultura: Claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires: FCE-BID-FFH-UM. 2000

———. **Le prix des mots. Nouveaux Cahiers de L'IUED-Genève. Les mots du pouvoir**. n° 13 :9-23. 2002

———. **The history of development. From western origins o global faith**. New York: Zed Books. 2004.

ROSA, J. **Political Systems Economics of Organization and the Information Revolution (The Supply Side of Public Choice)**. European Public Choice Society Meeting, París, abril, 2001.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SABOURIN E.P., MASSARDIER G. e SOTOMAYOR O. **As políticas de desenvolvimento territorial rural na América latina: uma hibridação das fontes e da implementação**. Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública • Vol.3 No 1.FLACSO Sede Ecuador. Mayo 2016, p. 75-98.

SACK, R. D. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAUTU, R. **Todo es teoría. Objetivos y métodos de investigación**. Buenos Aires: Editorial Lumiere, 2003.

SCHEJTMAN, A; BERDEGUÉ, J. **Desarrollo territorial rural**. Santiago, Chile: Rimisp, 2003

———. **Desarrollo territorial rural**, Debates y Temas Rurales, N° 1. Santiago, RIMISP, Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2004.

———. **Desarrollo territorial rural**. En: Bengoa, J. (ed.) **Movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina**, (pp. 45-83). Santiago de Chile, RIMISP – Catalonia, 2006.

SCHNEIDER, B. R. **La relación entre el Estado y las empresas y sus consecuencias para el desarrollo: una revisión de la literatura reciente.** Desarrollo Económico, vol. 3, N° 153, abril-junio, pp. 45-75, IDES, Buenos Aires. 1999.

SCHNEIDER, S. **Desenvolvimento rural regional e articulações extra regionais.** In: I Fórum Internacional: território, desenvolvimento rural e democracia. Fortaleza/Ceará, 16 a 19 nov., 2003

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural.** Revista RURIS, Campinas/UNICAMP/SP, Vol. 4; N° 01, Março, 2010.

SCHNEIDER, S. e NIEDERLE, P.A. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura.** In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014

SCHNEIDER, S. y CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil.** Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile, 2013.

SEVILLA GUZMÁN E. e GONZÁLEZ DE MOLINA M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** Documento da Via Campesina do Brasil, Brasília, 2005.

SHANIN, T. **Peasants as a political factor.** Em SHANIN, T. comp. Peasants and Peasants Societies, Harmondsworth; Penguin Books, London. 1973.

SHAPIRO, H. y TAYLOR, L. **The State and Industrial Strategy.** World Development, N° 6, vol.18, Washington. 1991.

SIKKINK, K. **Las capacidades y la autonomía del Estado en Brasil y la Argentina: un enfoque neoinstitucionalista.** Desarrollo Económico, N° 128, IDES, Buenos Aires, 1993.

SILVERMAN, S. F. **The community-nation mediator in traditional Central Italy,** en Potter, J. M. *et al.* (eds.), *Peasant society: a reader*, pp. 279-293. Boston, Little Brown. 1967.

SOJA, E. W. **Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other Real - and - Imagined Places.** Cambridge, MA: Blackwell. 1996.

SOROKIN, P. and ZIMMERMAN, C. **Principles of Rural-Urban Sociology.** Pp. xv, 652. New York: Henry Holt and Company, 1929

SOUSA SANTOS, B. **Epistemologías del Sur. Utopía y Praxis Latinoamericana / Año 16.** N° 54 (Julio-Septiembre, 2011) Pp. 17 – 39. 2011

SOVERNA, S; TSAKOUMAGKOS, P; PAZ, R. **Revisando la definición de agricultura familiar** - 1a ED. - Buenos Aires: SAGPyA. 2008.

SVAMPA, M. **Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales. ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas?,** en Miriam Lang y Dunia Mokrani (comps.), Más

Allá del Desarrollo. Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. México: Ediciones Abya Yala/Fundación Rosa Luxemburg. 2012.

_____. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. Nueva Sociedad 244: 30-46. 2013

THWAITES REY, M. **Estado y Marxismo: Un siglo y medio de debates**. Prometeo, Buenos Aires, 2008.

TÖNNIES, F. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada. 1947 [1887].

TREBILCOCK, M. e MOTA PRADO M. **Derecho y desarrollo: Guía fundamental para entender por qué el desarrollo social y económico depende de instituciones de calidad**. Siglo XXI Editores Argentina, 2017.

TSAKOUMAGKOS P. **Cuestiones y perspectivas de la pequeña producción**. Realidad Económica, 280, 2013, p. 11-43.

VALLES, M. **Técnicas cualitativas de investigación social. Reflexión metodológica y práctica profesional**. Madrid: Síntesis. 2000.

VANDENBERGHE, F. **The real is relational; an epistemological analysis of Pierre Bourdieu’s generative structuralism**. Sociological Theory, v. 17, n. 1, p. 32-67, Mar. 1999.

VEIGA, J. **O desenvolvimento agrícola – uma visão histórica**. São Paulo: Ed. Hucitec/Edusp, 1991.

_____. **A face territorial do desenvolvimento**. Relatório de pesquisa. Fapesp. São Paulo, 1998.

_____. **A face rural do desenvolvimento – natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **A história não os absolverá, nem a geografia**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005a.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005b.

VEIGA, J. Et. Al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Texto para Discussão n. 1. Brasília: Nead, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. (org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 394 p, 1999. p. 23-56.

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas; o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** Estudos sociedade e agricultura, n. 15, outubro. 2000. pp.87-145.

_____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-62, 2003

_____. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOLF, E. **Relaciones de parentesco, de amistad y de compadrazgo en las sociedades complejas**, en Banton, M. (comp.), *Antropología social de las sociedades complejas*. Madrid, Alianza. 1980.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral.** In Anuário Antropológico 87. Brasília: Editora Tempo Brasileiro; Editora UnB, 1990, pp. 11-73

YIN, R. **Case Study Research: Design and Methods.** Sage Publications. USA. 1994.

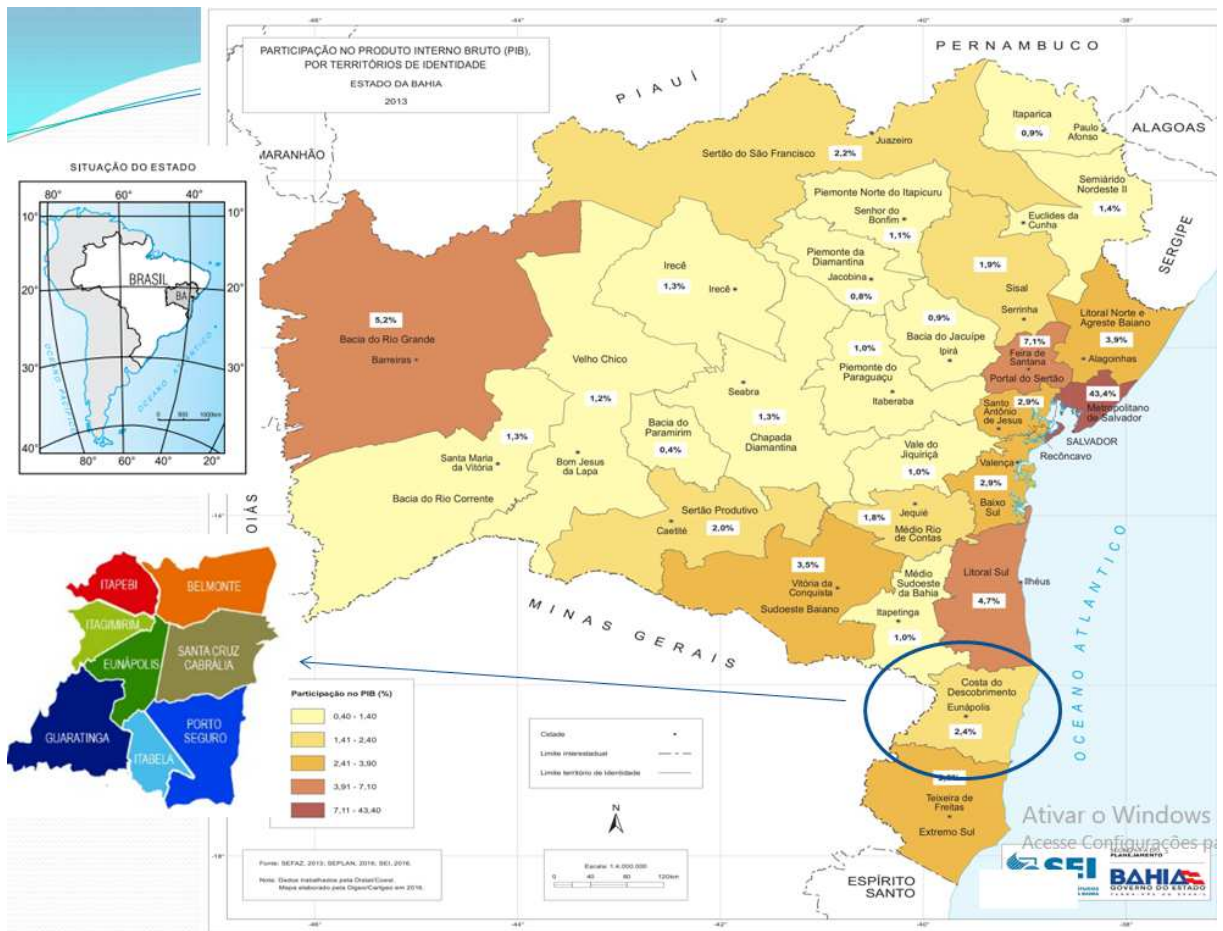
ANEXOS

Anexo I – Estabelecimentos e área da Agricultura familiar e Não familiar no Estado da Bahia, nos Municípios do TI-CdD e no TI - CdD

Censo Agropecuario - 2006				
Tabela 4.1 - Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios				
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Bahia	665 831	9 955 563	95 697	19 224 996
Belmonte	697	12 975	492	104 702
Itapebi	82	2 182	175	69 319
Porto Seguro	13 133	299 631	3 807	1 175 479
Eunápolis	501	7 896	170	49 804
Guaratinga	1 707	38 896	393	108 467
Itabela	234	7 842	140	33 933
Itagimirim	76	3 999	82	61 010
Santa Cruz Cabrália	610	15 206	250	43 539
TI - CdD	17 040	388 626	5 509	1 646 252
	75,6%	19,1%	24,4%	80,9%

Fonte: IBGE

Anexo II – Mapa do Estado da Bahia, Territórios de Identidade e TI Costa do Descobrimento.



Fonte: SEI – SEPLAN, Bahia

Anexo III- Registro Fotográfico

Plenárias do CODETER Costa do Descobrimento

Plenárias do CODETER – Itapebi/BA – 25/04/2018



Fonte: May Waddington (2018)

Plenárias do CODETER – Belmonte/BA – 12/07/2018



Fonte: TV WEB CULTURA (2018)

Plenárias do CODETER - Santa Cruz de Cabralia/BA – 13/12/2018



Fonte: Autor (2018)

Plenárias do CODETER – Guaratinga/BA – 3/10/2019



Fonte: Membro do CODETER (2019)

Propostas da Escuta Territorial PPA 2020-2023 e registro fotográfico – Eunápolis/BA – 14/02/ 2019

PROPOSTAS DA ESCUTA SOCIAL TERRITORIAL - PPA 2020-2023



Território de Identidade	Origem /Fonte	Consolidada SEPLAN (SPE/SPO/SMA/DPT)*	Secretaria
Costa do Descobrimento	PTDS	Fomentar a criação de cooperativas e associações para melhorar a renda e as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, promovendo o desenvolvimento socioambiental das famílias.	SETRE
Costa do Descobrimento	ESCUA	Instituir programa de incentivo ao acesso da juventude a espaços culturais, esportivos, além de passagens intermunicipais, tendo como modelo o ID Jovem Nacional.	SJDHDS, SETRE
Costa do Descobrimento	ESCUA	Garantir a realização de atividades culturais em áreas estratégicas, tendo como objetivo principal o combate ao genocídio da juventude negra, bem como atividades culturais promovidas por jovens e para jovens.	SECULT, SEPROMI
Costa do Descobrimento	PGP	Desenvolver uma política de formação artística e cultural no estado, ampliando as ações formativas do Centro de Formação em Artes da Fundação Cultural do Estado da Bahia, dos cursos oferecidos pela Fundação Pedro Calmon e retomando o programa Qualicultura (Programa de qualificação em Elaboração e Gestão de Projetos Culturais), com a criação núcleos territoriais com parcerias de municípios, universidades e instituições da sociedade civil.	SECULT
Costa do Descobrimento	ESCUA	Fomentar projetos culturais para Povos e Comunidades Tradicionais.	SECULT, SEPROMI
Costa do Descobrimento	PTDS	Fomentar a industrialização da produção das cadeias produtivas da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais, promovendo a agregação de valor, acesso a mercado e a ampliação do acesso ao trabalho na agroindústria.	SDR, SEPROMI
Costa do Descobrimento	PDI	Implantar Centrais de Abastecimento de produtos agrícolas no território Costa do Descobrimento.	SDR, SEDUR, SDE
Costa do Descobrimento	PTDS	Fomentar a política de transição para uma produção agroecológica.	SDR, SEMA
Costa do Descobrimento	PTDS	Organizar um banco público de sementes crioulas e mudas.	SDR
Costa do Descobrimento	PTDS	Apoiar as Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária, incentivando os produtos locais e de identidade baiana.	SDR, SETRE
Costa do Descobrimento	PTDS	Melhorar a estrutura do órgão estadual responsável pela emissão de Documento de Aptidão ao PRONAF - DAP.	SDR
Costa do Descobrimento	PTDS	Desenvolver um programa de organização do meio rural e de regularização das propriedades rurais, inclusive por ações discriminatórias, visando garantir a regularização e a titulação das terras.	SDR
Costa do Descobrimento	PGP	Implantar a Política Estadual de Agroecologia.	SDR
Costa do Descobrimento	PTDS	Implementar uma central de assessoria às organizações da agricultura familiar e movimentos sociais urbanos, qualificando-as na prática de associativismo e cooperativismo.	SETRE, SDR
Costa do Descobrimento	PTDS	Fortalecer e apoiar as estratégias socioprodutivas do trabalhador rural, principalmente as mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais, por meio da oferta de linha de crédito específico.	SETRE, SEFAZ
Costa do Descobrimento	PTDS	Assegurar o acesso aos serviços estaduais de educação integral, em tempo integral, e integrada (médio, profissionalizante, técnico, educação do campo e escolas indígenas bilíngues) a todos os municípios do território, recuperando e aprimorando os equipamentos existentes.	SEC
Costa do Descobrimento	PGP	Ampliar as ações do Projeto ESCOLAS CULTURAIS: visam envolver os estudantes de Ensino Médio da rede estadual na produção e disseminação da arte e cultura em articulação com a comunidade a partir da promoção de ações artístico-culturais e do uso das salas de cinema das unidades escolares.	SECULT, SEC, SJDHDS
Costa do Descobrimento	PTDS	Regulamentar o serviço de transporte alternativo intermunicipal.	SEINFRA
Costa do Descobrimento	PTDS	Apoiar ações para a recuperação de áreas degradadas (APPs; matas ciliares; entorno das cidades; nascentes de rios etc.).	SEMA
Costa do Descobrimento	PDI	Implantar os mecanismos necessários a recuperação das nascentes das Bacias Hidrográficas do Território (Rios Frades, Santo Antônio, Santa Cruz, Jardim, Sabacuzinho, Ubu, Santo André, Cariri e Limoeiro e especialmente o Rio Buranhem), afastando das nascentes as monoculturas presentes no Território.	SEMA, SIHS
Costa do Descobrimento	ESCUA	Implementar a Lei de Serviços Ambientais, estipulando valores para os serviços executados.	SEMA
Costa do Descobrimento	ESCUA	Executar o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR no Território Costa do Descobrimento.	SEMA, SDR
Costa do Descobrimento	PTDS	Viabilizar a elaboração e implementação do Plano de Bacias dos Rios Buranhem, Frades, Santo Antonio, Santa Cruz, Jardim, Sabacuzinho, Ubu, Santo André, Cariri e Limoeiro.	SEMA
Costa do Descobrimento	PTDS	Desenvolver ações de combate à violência contra as mulheres, incluindo a criação de Delegacia Especial de Atendimento à Mulher - DEAM, a instalação de pontos de apoio, a inclusão de agentes especializadas nas delegacias comuns, ampliação da Ronda Maria da Penha e outras ações pertinentes.	SSP, SPM
Costa do Descobrimento	PTDS	Realizar ações territoriais de aproximação e apoio aos povos e comunidades tradicionais, das políticas públicas de promoção da igualdade racial e organismos de controle social no contexto da década estadual afrodescendente 2015-2024.	SEPROMI
Costa do Descobrimento	PTDS	Desenvolver ações de promoção da autonomia das mulheres e mulheres jovens rurais e urbanas, por meio da geração de trabalho e renda, de acordo com os princípios da Economia Solidária.	SETRE, SPM
Costa do Descobrimento	PTDS	Aumentar a cobertura da atenção básica na zona rural e Comunidades Tradicionais.	SESAB, SEPROMI
Costa do Descobrimento	PTDS	Implantar um hospital materno-infantil regional, implantar e ampliar oferta de leitos de UTI no território, e incentivar o parto humanizado.	SESAB, SPM
Costa do Descobrimento	PPA	Expandir e estruturar a logística, bem como, o aumento e qualificação do efetivo para as polícias civil, militar e corpo de bombeiros. Além da criação de novas unidades nos municípios do território onde não existem. Principalmente unidades do corpo de bombeiros.	SSP, SAEB
Costa do Descobrimento	PPA	Estabelecer parceria Inter-secretarias com participação da sociedade e reativar os conselhos estaduais de segurança no território para elaboração e aplicação de um plano para o combate à violência com ações preventivas, socioculturais e socioeducativas; priorizando as comunidades dominadas pelo tráfico. (zona rural, campo, floresta e comunidades tradicionais).	SSP, SECULT, SEC, SEPLAN, CASA CIVIL.

* SPE - Superintendência de Planejamento Estratégico
 * SPO - Superintendência de Orçamento Público
 * SMA - Superintendência de Monitoramento e Avaliação
 * DPT - Diretoria de Planejamento Territorial



Fonte: Autor (2019)



Fonte: Autor (2019)

Vale Verde

Quadrado de Vale Verde



Fonte: Autor (2018)

Celebrações da festa de São Miguel Arcanjo no Quadrado de Vale Verde



Fonte: Ascom – Porto Seguro (2013)

Paróquia do Divino Espírito Santo



Fonte: Autor (2019)

Seu Jorge falando do lado da pimenta do reino



Fonte: Autor (2019)

Seu Jorge e o Secador Rotativos para o Café



Fonte: Autor (2019)

Pimenta do reino secando ao sol



Fonte: Autor (2019)

Plantação de café de Seu Jorge



Fonte: Autor (2019)